

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO  
Curso Superior de Administração Pública

O QUE TORNARIA MINAS O MELHOR ESTADO PARA SE VIVER?

Uma análise do desenvolvimento a partir do conceito de felicidade

Carolina Santos Lages

Belo Horizonte

2009

Carolina Santos Lages

O QUE TORNARIA MINAS O MELHOR ESTADO PARA SE VIVER?

Uma análise do desenvolvimento a partir do conceito de felicidade

*Monografia apresentada ao curso superior de  
Administração Pública da Fundação João  
Pinheiro, como requisito parcial para  
obtenção do título de bacharel em  
Administração Pública.*

*Orientador: Ricardo Carneiro*

Belo Horizonte  
2009

Dedico ao equilíbrio...

Agradeço ao Ricardo,  
ao Afonso e ao Eder.

*Tout le monde a une seule vie qui passe,  
Mais tout le monde ne s'en souvient pas,  
Il faudrait que tout le monde réclame  
Après des autorités,  
Une loi contre toute notre indifférence,  
Que personne ne soit oublié,  
(Carla Bruni)*

*J'ai besoin du métro  
Pour aller boire un verre  
(Mano Chao)*

## RESUMO

O trabalho analisa o que tornaria Minas o melhor Estado para se viver, visão de futuro do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) para 2023, a partir da base filosófica do Utilitarismo Clássico. Tal filosofia defende que a função máxima de governo é ampliar a felicidade de todos. São discutidas as últimas tentativas que procuram, por meio da nova psicologia, da economia, da neurociência, da sociologia e da filosofia, descobrir aquilo que gera felicidade e como cultivá-la e, então, é estabelecida uma nova visão para políticas e estilos de vida “sensatos”. Além da Qualidade de Vida, são tratados, também, de assuntos concernentes ao Desenvolvimento Sustentável, ao PIB Ajustado para melhor capturar o bem-estar da sociedade, às Condições de Vida e ao Monitoramento dos Valores da Sociedade e Aperfeiçoamento da Provisão de Bens Públicos, este último como item chave para fechar o ciclo da busca pelo bem-estar. Concomitante a todo o trabalho, são expostos vários indicadores que procuram mensurar essas variáveis e, por fim, sintetizados em um capítulo. Avaliamos, de forma geral, o impacto das Áreas de Resultados, definidas pelo PMDI, no bem-estar dos mineiros. Também expusemos alguns indicadores relevantes de se monitorar em um governo que objetiva ampliar a felicidade. É indispensável ressaltar que os resultados do *Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress* apontam para uma correlação clara entre o desenvolvimento de medidas de progresso sócio-econômico e o lançamento desses processos políticos. Por isso, a grande importância de discuti-los e desenvolvê-los no Estado de Minas Gerais. Assim sendo, ao final do trabalho, sugerimos diretrizes para a confecção de indicadores de bem-estar e políticas para ampliar a felicidade, maneira na qual se alcançaria o *status* de melhor Estado para se viver.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Função do Estado, Bem-estar, Felicidade, Indicadores, Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

## ABSTRACT

This paper examines what would make Minas the best State to live in, the vision of future from the *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado* (PMDI) for 2023, from using philosophical basis of Classical Utilitarianism. This philosophy maintains the idea that the highest function the government holds is increasing the happiness of the population. The latest attempts to discover what creates happiness and how to cultivate it are discussed using the optics of new psychology, economics, neuroscience, sociology and philosophy. A new vision for policies and "sensible" life styles are, then, established. Besides the Life Quality, issues concerning Sustainable Development, the GDP Adjusted to better capture the welfare of society, Living Conditions and the Monitoring Values of the Society and Improvement of the Provision of Public Goods are also discussed in this paper, this last item being key to close the cycle of well-being search. Several indicators that seek to measure these variables are displayed and finally summarized in a chapter. We evaluate, in general, the impact of the Results Areas, defined by PMDI, in the welfare of the people in Minas Gerais. We also outlined some relevant indicators to monitor a government that aims to enlarge happiness. It is essential to emphasize that the results of the Survey of Existing Approaches to Measuring Socio-economic Progress show a clear correlation between the development of socio-economic progress and the launch of these political processes. Therefore, it is of extreme importance to discuss and develop them in the State of Minas Gerais. Thus, in the end of this work, we suggest guidelines for preparing indicators of welfare policies and how to enlarge the happiness, way in which we would achieve the status of best State to live.

### KEYWORDS:

Function of the State, Welfare, Happiness, Indicators, Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Os vários elementos da felicidade e bem-estar.....	14
FIGURA 2 – Respostas Cerebrais para as duas imagens.....	24
FIGURA 3 – Síntese dos Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico dos Estados Brasileiros.....	58
FIGURA 4 – Legenda da Síntese das Áreas de Resultado.....	75
FIGURA 5 – Índice de Bem-estar.....	93
FIGURA 6 – Índice de Condições de Vida.....	93
FIGURA 7 – Pegada Mineira.....	93

### LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Renda e Felicidade nos EUA.....	18
GRÁFICO 2 – Renda e Felicidade.....	19
GRÁFICO 3 – Índice da Saúde Social e PNB <i>per capita</i> (USA) – 1970-2005.....	65
GRÁFICO 4 – Componentes do Índice de Bem-estar Econômico no Canadá – 1971-2002...	66

### LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Os sete fatores que influenciam na felicidade.....	25
QUADRO 2 – Indicadores de situação financeira e trabalho.....	67
QUADRO 3 – Indicadores de comunidades e amigos e relacionamentos familiares.....	68
QUADRO 4 – Indicadores de valores pessoais e liberdade pessoal.....	69
QUADRO 5 – Indicadores de saúde.....	69
QUADRO 6 – Indicadores de condições de vida.....	70
QUADRO 7 – Indicadores de desenvolvimento sustentável.....	70
QUADRO 8 – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado.....	72

### LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Se um dos gêmeos tem o problema, o outro também o terá.....	27
TABELA 2 – Problemas familiares.....	30

## LISTA DE SIGLAS

PMDI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado  
FIB – Felicidade Interna Bruta  
OFCE – *Observatoire Français des Conjonctures Economiques*  
OECD – *Organisation for Economic Co-operation and Development*  
USA – *United States of America*  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas  
ONU – Organização das Nações Unidas  
EpR – Estado para Resultados  
EUA – Estados Unidos da América  
ONS – *Office for National Statistics*  
IRM – Aparelhos de Ressonância Magnética  
PET – *Positron Emission Tomography*  
QI – Coeficiente de Inteligência  
USP – Universidade de São Paulo  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
GDP – *Gross Domestic Product*  
SCN – Sistema de Contas Nacionais  
UNECE – *United Nations Economic Commission for Europe*  
PNB – Produto Nacional Bruto  
RNL – Renda Nacional Líquida  
RND – Renda Nacional Disponível  
MEW – *Measure of Economic Welfare*  
SMEW – *Sustainable Measure of Economic Welfare*  
ISEW – *Index of Sustainable Welfare*  
GPI – *Genuine Progress Indicator*  
CEI – Centro de Estatística e Informações  
FJP – Fundação João Pinheiro  
PCA – *principal component analysis*  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
IDSE – Indicadores Desenvolvimento Socioeconômico dos Estados Brasileiros

PSI – *Personal Security Index*

CCSD – *Canadian Council on Social Development*

PAC – *Public Affairs Centre*

ONG – Organização não governamental

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ISH – *Index of Social Health*

PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

M&A-BR – Monitoramento e Avaliação baseado em Resultados

M&A – Sistema de Monitoramento e Avaliação

PAD-MG – Pesquisa de Amostra por Domicílio de Minas Gerais

SEPLAG – Secretaria de Governo de Planejamento e Gestão

IQV – Qualidade de Vida

ICV – Índice de Condições de Vida

IVS – Índice de Vida Sustentável

IBE – Índice de Bem-Estar

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. O QUE TORNARIA MINAS O MELHOR ESTADO PARA SE VIVER? .....	16
3. O QUE PODE SER FEITO .....	22
3.1. Qualidade de Vida .....	23
3.1.1. Avanços da Psicologia e da Neurociência.....	23
3.1.2. Fontes de Felicidade.....	26
3.2. Desenvolvimento Sustentável: a necessidade de uma “ecossocioeconomia”.....	45
3.3. PIB Ajustado: um objetivo em número.....	51
3.4. Condições de Vida.....	56
3.5. Monitoramento dos Valores da Sociedade e Aperfeiçoamento da Provisão de Bens Públicos.....	59
4. INDICADORES DE BEM-ESTAR: REFLEXO DAS POLÍTICAS .....	62
5. A SITUAÇÃO DE MINAS GERAIS – O QUE TORNARIA MINAS O MELHOR ESTADO PARA SE VIVER SEGUNDO O PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO?.....	71
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS .....	99
ANEXOS .....	101

## 1. INTRODUÇÃO

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – é um documento exigido pela Constituição Estadual. Aprovado na Assembléia Legislativa, sob a forma de Lei 17.007 de 26 de setembro de 2007, o PMDI é o documento que “constitui o plano estratégico do Governo do Estado de Minas Gerais e consolida um conjunto de grandes escolhas que orientarão a construção do futuro de Minas Gerais num horizonte de longo prazo e sob condições de incerteza” (PMDI, 2004, p. 5). É nele que se define a Agenda de Prioridades para se alcançar um futuro preestabelecido, ciente de que este futuro é idealizado sob condições de incerteza.

Neste mesmo documento, no capítulo referente às *Aspirações para o Futuro de Minas Gerais a Longo Prazo*, foi elaborada a imagem futura desejada para nosso Estado em 2020 “baseada: em experiências pessoais, formas e forças que vieram do passado; na situação atual da cultura, instituições, investimentos, tecnologia; e ainda em anseios, considerando fortemente as mensagens recebidas dos líderes, da mídia e dos formadores de opinião” (PMDI, 2004, p. 91). O documento defende a idéia de que resgatar a confiança dos mineiros no futuro, agir para que anseios e aspirações sejam atendidas e “fazer de Minas Gerais o melhor estado para se viver” é o que sintetiza a vontade dos mineiros.

No capítulo seguinte, o Plano é enfático ao estabelecer a visão de futuro para 2020: “A visão de futuro que nos inspira é tornar Minas Gerais o melhor Estado para se viver. Esse será o objetivo final de todo o esforço do nosso governo” (PMDI, 2004, p. 99). Portanto, esse é o princípio que inspira formalmente todas as Opções Estratégicas e Agendas de Prioridades do governo.

Mas o que tornaria, de fato, Minas o melhor estado para se viver? Responder à pergunta ou, ao menos, discutir possíveis respostas, é fundamental para nortear as políticas públicas e tornar a inspiração do governo factível, não apenas um instrumento de demagogia. Esse é o primeiro objetivo dessa monografia.

Uma vez definidos os critérios que tornariam Minas o melhor estado para se viver, num contexto de *Estado para Resultados*, isto é, políticas públicas voltadas para resultados, é também fundamental criar uma forma de mensurá-los para permitir o acompanhamento de sua evolução. A discussão dessa questão é o segundo objetivo dessa monografia.

Assim sendo, ao recorrer à Teoria Econômica do Bem-Estar Social com o intuito de responder à pergunta da visão de futuro, percebe-se que tal literatura reserva ao Estado a função de maximizar o bem-estar da população. O bem-estar é agregado e sintetizado por uma função que considera determinadas variáveis e, de posse dos recursos disponíveis, o governo a maximiza. Mas a generalidade da satisfação de vida é suficientemente complexa para limitar nossa compreensão de bem-estar. Sentimos satisfeitos com a vida, mas a pergunta interessante é “Por quê?”.

Há uma tendência mundial recente de desenvolver indicadores sociais para monitorar o progresso social, da mesma forma como as contas nacionais são usadas para monitorar a performance econômica. O precursor dessa idéia foi o Butão<sup>1</sup>, onde a prioridade do governo é incentivar as atividades que aumentam o grau de felicidade da nação e dificultar aquelas que têm efeito contrário. Para tanto, foram feitas várias pesquisas de campo que levaram às seguintes variáveis relevantes:

- bom padrão de vida econômica;
- boa governança;
- educação de qualidade;
- saúde;
- vitalidade comunitária;
- proteção ambiental;
- acesso à cultura;
- gerenciamento equilibrado do tempo; e
- bem-estar psicológico.

Todavia, a realidade do país é bem distante das características das sociedades ocidentais, sendo influenciada fortemente pelo budismo. Acredita-se que a satisfação pode vir de dentro para fora, com a meditação, e não necessariamente com incentivos externos, como o consumo. Para tal sociedade, um país com baixa renda *per capita* e estagnado economicamente pode apresentar uma performance satisfatória de governo.

De qualquer forma, países ocidentais também já começaram a se movimentar no sentido de aperfeiçoar os indicadores que norteiam a política pública, congruentes com a

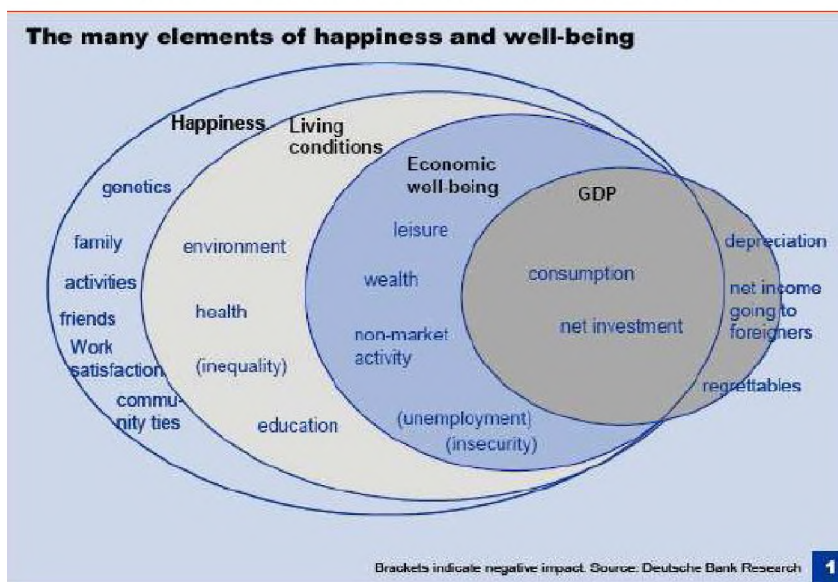
---

<sup>1</sup> País asiático, monarquista, com uma população de quase 700 mil, expectativa de vida ao nascer de 65,53 anos, renda *per capita* \$1.400, crescimento do PIB real em 2005 de 8,8%, taxa de desemprego de 2,5% (2004), que, a partir de 1998, possui uma política voltada exclusivamente para o crescimento do que rotulam Felicidade Interna Bruta – FIB.

noção de FIB. A *Commission Sarkozy*<sup>2</sup>, por exemplo, foi criada a partir da demanda do governo francês para arquitetar novos indicadores de performance econômica e progresso social, seja inventando novos índices, seja aprimorando o cálculo do PIB com elementos antes não quantificáveis. Segundo essa Comissão, “*Changes in goals necessarily go along with changes in indicators*” (2008, p. 2).

Várias pesquisas estão sendo aplicadas e aprimoradas para captar o que, de fato, é importante para a vida de uma pessoa. Como exemplo, o quadro abaixo, desenvolvido pelo Banco Alemão de Pesquisa, sintetiza alguns desses itens. Quatro dimensões são destacadas, sendo aquelas entre parênteses – no figura – negativamente relacionadas ao bem-estar (FIG.1): PIB (consumo e investimento líquido); Bem-estar econômico (lazer, riqueza, atividade não mercadológica, desemprego e insegurança); Condições de vida (meio ambiente, saúde, educação e desigualdade); e Felicidade (genética, família, atividades, amigos, satisfação no trabalho e laços comunitários).

FIGURA 1 – Os vários elementos da felicidade e bem-estar



Fonte: Deutsche Bank Research (2007)

A luz desses princípios utilitaristas cresce, atualmente, a ciência da felicidade, tendo como um dos principais expoentes o economista inglês Richard Layard. Essa ciência resulta

<sup>2</sup> “The Commission is chaired by Professor Joseph E. Stiglitz, Columbia University. Professor Amartya Sen, Harvard University, is Chair Adviser. Professor Jean-Paul Fitoussi, Institut d’Etudes Politiques de Paris, President of the Observatoire Français des Conjonctures Économiques (OFCE), is Coordinator of the Commission. Members of the Commission are renowned experts from universities, governmental and intergovernmental organisations, in several countries (USA, France, United Kingdom, India). Rapporteurs and secretariat are provided by the French national statistical institute (Insee), OFCE, and OECD.” (Fonte: <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/en/index.htm>)

da interação da nova psicologia, economia, neurociência e filosofia. Layard (2008) defende uma visão alternativa à economia de bem-estar baseada exclusivamente na renda. A partir de análises empíricas, e não de afirmações não tão bem fundamentadas, procuram-se identificar quais políticas e estilos de vida, de fato, são mais “sensatos”. O autor afirma que há como quantificar a felicidade e, além disso, procura definir quais fatores levam as pessoas a serem felizes assim como a sofrerem. Contribui para essa base teórica a ciência do hedonismo, representada por Daniel Kahneman, que procura os motivos que trazem felicidade.

Para sintetizar essa tendência mundial são apresentados, a seguir, três depoimentos que reafirmam a necessidade de mudança de paradigma:

Entre os economistas tem havido por muito tempo uma forte convicção que o PIB não é uma boa métrica. Não mede as mudanças em bem-estar. Se os líderes estão tentando maximizar o PIB, e o PIB não é uma boa métrica, estamos maximizando a coisa errada. As medidas padrão do PIB não medem a degradação do meio-ambiente, o esgotamento dos recursos naturais e nem o agudo declínio na qualidade de vida dos cidadãos. Acho que em todos os lados do espectro político há o reconhecimento dessas deficiências, e a convicção que é importante desenvolver melhores métricas, independentemente se você estiver à esquerda ou à direita. (Joseph Stiglitz, economista prêmio Nobel requisitado pelo presidente francês Nicolas Sarkozy para desenvolver um novo sistema de cálculo econômico incluindo fatores de qualidade de vida).

Uma vez que as Metas de Desenvolvimento do Milênio quanto à saúde, educação, proteção ambiental etc., sejam atendidas em um determinado número de países na data limite de 2015, necessitaremos de um novo conceito para ser discutido. O FIB [Felicidade Interna Bruta] pode ser a versão futura das Metas de Desenvolvimento do Milênio – considerando o bem-estar psicológico, a manutenção do equilíbrio na vida. Essas são coisas que serão mais importantes na próxima década. (Bakhodir Burkhanov, um dos diretores do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD – no Butão, ao explicar que a ONU está apoiando essa pesquisa e o desenvolvimento do FIB no Butão e no mundo).

O Butão tem praticado aquilo que outros países precisam cumprir. Precisamos estender o conceito de Produto Interno Bruto para Felicidade Interna Bruta. Nós, do Banco Mundial, estamos aprendendo muito com o Butão. (Graeme Wheeler, Diretor Gerente do Banco Mundial)

Introduzimos nosso trabalho com a filosofia do Utilitarismo Clássico, que prega a busca da maior felicidade de todos, sendo esta, portanto, a função do Estado. Ele é o princípio fundamental ou base teórica que norteará todo o desenvolvimento do trabalho. Uma vez definido o objetivo de felicidade maior é preciso, então, delimitar o que seria melhor para os mineiros, isto é, conceituar o que torna a vida melhor. Logo, discutimos os fatores que nos fazem feliz, assim como as diversas maneiras de mensurá-los e monitorá-los. Por último, confrontamos as diretrizes políticas do Estado de Minas Gerais, baseados nas definições do PMDI e nos indicadores monitorados pelo Programa Estado para Resultados (EpR), com a

literatura exposta e propusemos indicadores síntese que avaliam essas questões. No capítulo final fazemos considerações acerca de como um governo que priorize a felicidade da sociedade poderia conduzir sua empreitada.

## 2. O QUE TORNARIA MINAS O MELHOR ESTADO PARA SE VIVER?

Jeremy Bentham, no início de sua vida profissional, como advogado, não se satisfazia com a lógica das leis e punições vigentes. Afirmava que deveria haver um princípio unificador que as compatibilizasse. Ele foi o filósofo que difundiu a doutrina do utilitarismo clássico baseado no Iluminismo do século XVIII, muito bem esclarecida no trecho abaixo:

A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a *dor* e o *prazer*. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado e, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos.

Os dois senhores de que falamos nos governam em tudo que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos, sendo que qualquer tentativa que façamos para sacudir este senhorio outra coisa não faz senão demonstrá-lo e confirmá-lo. Através das suas palavras, o homem pode pretender abjurar tal domínio, porém na realidade permanecerá sujeito a ele em todos os momentos da sua vida.

O *princípio da utilidade* reconhece esta sujeição e a coloca como fundamento desse sistema, cujo objetivo consiste em construir o edifício da felicidade através da razão e da lei. Os sistemas que tentam questionar este princípio são meras palavras e não uma atitude razoável, capricho e não razão, obscuridade e não luz.<sup>3</sup> (Jeremy Bentham, 1948 [1789], p.1)

Segundo Bentham, todas as leis e ações devem visar à produção de maior felicidade possível e os governos são leais e legítimos na medida em que buscam maximizar a felicidade da nação. Assim como os indivíduos, eles deveriam racionalizar suas ações conforme estas ampliassem ou não a felicidade. Apenas governos que difundissem a felicidade ao maior número de indivíduos triunfariam. O conceito de felicidade, a quem cabe ser feliz e quem decide essas definições são os pontos conflituosos do utilitarismo clássico. De qualquer forma, Bentham defende que a melhor sociedade é aquela em que as pessoas são felizes, “portanto, a melhor política pública é aquela que produz mais felicidade” (Layard, 2008, p. 123), o que parece suficientemente razoável. Esse é o princípio da Felicidade Maior.

---

<sup>3</sup> Jeremy Bentham, *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation* (Nova York, Hafner Publishing Co., 1948 [1789]), p.1.

Apesar de convincente pela simples obviedade, essa foi uma filosofia difícil de aplicar por não conhecermos a origem da felicidade, sendo assim, carregada de conceitos religiosos de moralidade. Por muito tempo, foi ignorada pela inaplicabilidade. Com o advento do individualismo, a “auto-realização” tornou-se uma hipótese de fonte de felicidade. Todavia, ela falhou, pois trouxe consigo inúmeras distorções que serão discutidas mais à frente. Existe um vazio filosófico para guiar políticas públicas ou moralidade privada. Os *policy makers* da atualidade afirmam estar realizando políticas que ‘funcionam’. Cabe sublinhar: mas estas funcionam para que fim? É fundamental uma idéia clara de boa sociedade e de boa ação.

A *proxy* utilizada para a variável de bem-estar é a renda. Todavia, as críticas a essa *proxy* são quase tão antigas quanto ela própria. Apesar de captar boa parte do bem-estar, o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) possui duas grandes limitações<sup>4</sup>:

- sendo um agregado monetário, presta pouca ou nenhuma atenção para problemas distributivos e elementos da atividade humana ou bem-estar nos quais a valoração monetária direta ou indireta não está disponível, como serviços domésticos;
- mensura flutuações produtivas, sendo assim, ignora o impacto dessas atividades nos estoques, inclusive estoques de recursos naturais.

A partir desses limites é possível destrinchar vários efeitos perversos que uma busca “irresponsável” pelo crescimento do PIB pode impactar na sociedade e contrariar a função pública de maximizar o bem-estar. Se há uma guerra, vários países enriquecem fornecendo insumos para as regiões atingidas, todavia não podemos afirmar que o bem-estar aumentou. Pelo contrário, pois a insegurança e sofrimento proveniente desses conflitos são enormes. Além disso, existe uma discrepância entre estatísticas oficiais e percepções individuais, isto é, é difícil, para o indivíduo, ligar macro-agregados com micro-percepções. Evidência inegável do desvio do PIB como medidor de bem-estar é a constatação empírica de que a felicidade não cresce conforme a renda aumenta, como exemplificaremos ao longo do trabalho.

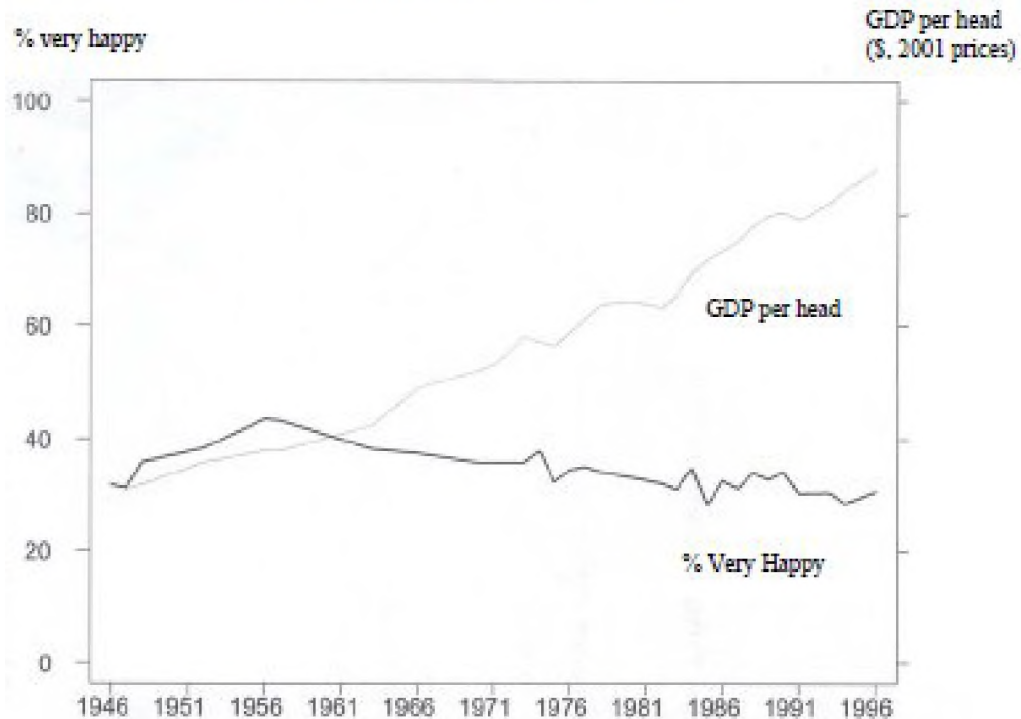
Através de bons meios de avaliação da felicidade descobrimos que, apesar da renda média ter mais que dobrado – ou seja, mais conforto, alimentos, carros, roupas, saúde e menos trabalho –, as populações de países como Estados Unidos, Inglaterra e Japão não são mais felizes do que eram há cinquenta anos, como mostra o Gráfico 1. Importante ressaltar que, nos países subdesenvolvidos, o crescimento da renda acompanha o crescimento da felicidade. Isso

---

<sup>4</sup> *Commission on the Measurement of Economic Performance and social Progress* (2008)

implica que “com a renda de subsistência garantida, não é fácil tornar as pessoas mais felizes” (Layard, 2008)

GRÁFICO 1 – Renda e Felicidade nos EUA  
**Income and happiness in the USA**

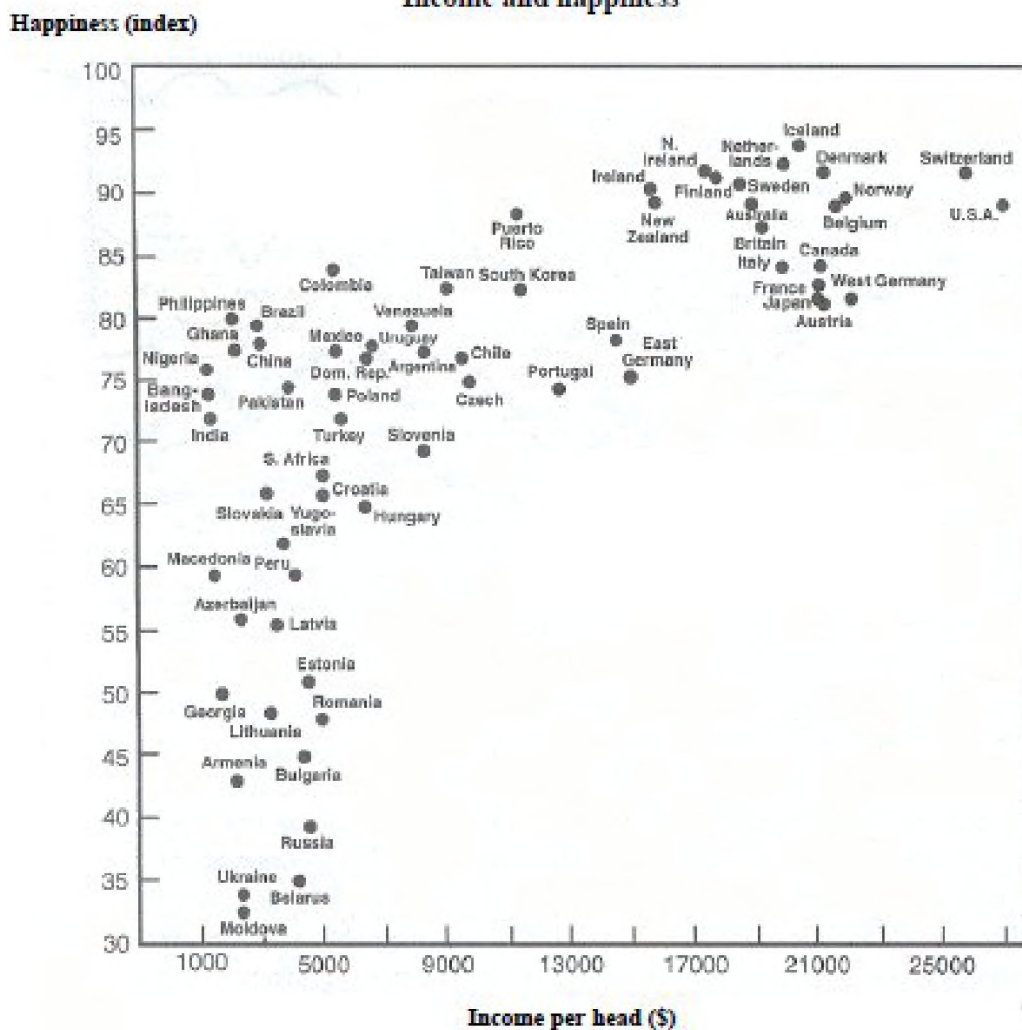


Fonte: *Happiness: has social science a clue?* (Richard Layard, 2003)

Há quem defenda que, na medida em que a qualidade de vida melhora – como vem melhorando –, os indivíduos tomam por base esse novo padrão de bem-estar. Isso implicaria que elas estão mais felizes, entretanto, não se declaram. Layard (2008) contra-argumenta a afirmação de três formas:

- a) pesquisas que acompanham as mesmas pessoas durante toda sua vida constatam que elas não se tornaram mais felizes apesar do progresso econômico;
- b) a comparação da felicidade em países ricos e pobres mostra que, em países com mais de 20 mil dólares *per capita*, a renda adicional não está associada com a felicidade extra (GRAF.2). Em países pobres, o aumento da renda proporciona a saída da pura pobreza física. Daí surgiu a crença basilar da economia do século XIX de que renda estaria intimamente ligada ao aumento da felicidade;

GRÁFICO 2 – Renda e Felicidade

**Income and happiness**

Fonte: *Happiness: has social science a clue?* (Richard Layard, 2003)

- c) o aumento considerável da tendência à depressão, do alcoolismo e do crime são também indícios fortes da não evolução da felicidade no período pós-guerra. Hoje, nos Estados Unidos, 15% das pessoas de até 35 anos já experimentaram uma grande depressão, sendo que, em 1960, esse número era de 2%. A cada ano, cerca de 6% dessa população se encontra nesse estado. Relativamente ao alcoolismo, tanto o número de pessoas que declaram ter tido problemas com o álcool nos EUA aumentou, quanto os diagnósticos de cirrose hepática crescem em toda Europa (exceto França) desde 1950<sup>5</sup>. O suicídio, que

<sup>5</sup> “No Reino Unido, 26% das pessoas fizeram uso arriscado da bebida no último ano (ONS, 2001, tabela 2.14). A proporção de pessoas que experimentaram “dependência do álcool” nos últimos 6 meses foi de 8% e “dependência de drogas” 4% (mais da metade apenas de maconha). Ambos os números são do ano de 2000 e pelo menos 75% mais altos do que sete anos antes. O governo do Reino Unido estima que o custo de crimes,

reflete a infelicidade extrema, aumentou na maioria dos países desenvolvidos, com exceção do EUA, Inglaterra, Suécia e Suíça, sendo que o de jovens aumentou em todos os países desenvolvidos, menos Alemanha. Por último, desde 1950 o crime aumentou pelo menos 300%, contrariando as expectativas formadas pelos cientistas sociais diante dos mais de 50 anos de aumento de emprego e prosperidade.

Todavia, a percepção da felicidade está condicionada a dois fatores: “do que as outras pessoas recebem e do que você mesmo está acostumado a receber. No primeiro caso, seus sentimentos são governados pela comparação social, e no segundo, pelo hábito.” (Layard, 2008, p.60)<sup>6</sup>. Quando questionados qual seria a renda necessária para uma família de quatro pessoas sobreviver, percebemos uma forte correlação entre a renda *per capita* do entrevistado e a sua resposta, indícios que comprovam o hábito. Já na questão da comparação social, os americanos que se dizem ‘bastante satisfeitos’ com sua situação financeira vêm diminuindo desde que essa pergunta lhes é feita, 1972, mesmo que sua renda *per capita* tenha quase dobrado desde então. Os dois fatores são bem evidentes nas nossas vidas atuais, basta fazer uma reflexão.

Tal argumento pode, aparentemente, contrariar os três fatores que justificam a não correlação entre renda e felicidade – a partir de certo nível de riqueza. Porém, isso não é verdade. O paradoxo é o seguinte: “em toda sociedade os ricos são mais felizes do que os pobres, mas com o correr do tempo as sociedades mais ricas não se tornam mais felizes do que as mais pobres” (Layard, 2008, pg. 62). Logo, fica claro que os dois fatores reduzem o poder do crescimento econômico de aumentar a felicidade.

Nesse mesmo sentido funciona a chamada “esteira hedonista”: nós nos acostumamos aos bens adquiridos, como por exemplo, uma casa maior, e depois de um tempo precisamos continuar com esse novo nível adquirido para mantermos o mesmo bem-estar. Na psicologia, a “esteira hedonista” de Layard (2008) – “em que precisa continuar a correr para que sua felicidade permaneça fixa” – recebe o nome de adaptação. Outras experiências não sofrem desse “mal”, como o tempo em que passamos com familiares e amigos. Isso nos gera um nível de felicidade contínuo.

---

doenças, faltas ao trabalho e dissolução da família é de cerca de 20 bilhões de libras por ano (Cabinet Office, 2004)” (Layard, 2008, p. 277)

<sup>6</sup> Foi perguntado aos alunos de Harvard em qual dos mundos prefeririam viver: no primeiro mundo ganha-se 50 mil dólares por ano enquanto as outras pessoas 25 mil (em média); e no segundo 100 mil dólares por ano e a média das outras pessoas 250 mil (os preços são iguais em ambos os mundos). A maioria preferiu o primeiro mundo. (Layard, 2008)

Atualmente, quando analisamos as tendências de políticas públicas num caminho de mudança de paradigmas para a priorização de indicadores de bem-estar, Bentham parece retornar para nos ajudar a responder à pergunta. A ciência também está contribuindo para fornecer uma base empírica dos fatores que influenciam a felicidade.

Além da alegria óbvia de ser feliz, pessoas felizes, em geral, possuem um sistema imunológico mais forte, níveis mais baixos de cortisol liberado pelo estresse, tendem menos a contrair gripe e recuperam melhor de grandes cirurgias. Somado aos benefícios físicos, a busca da felicidade é favorável à nossa sobrevivência na medida em que evitamos sofrimento. (Layard, 2008)

Por que não escolhermos a Felicidade Maior como o objetivo de um governo? Poderíamos considerar outros objetivos – como liberdade, democracia – todavia, eles frequentemente se contrapõem. Por outro lado, a felicidade como objetivo é supremo e não conflita com outros princípios. Ela, por si só, é evidentemente boa. Isso não implica que uma sociedade e/ou governo devam satisfazer os desejos de todos, o que, por sinal, diminui a felicidade. A felicidade de todos os envolvidos deve ter o mesmo peso.

Nesse sentido, bens como saúde, autonomia e liberdade são bens instrumentais, importantes, porém não supremos. Existem ocasiões em que é desejável que se abra mão deles, caso contrário prisões, pagamento de impostos e policiamento seriam bens indesejáveis.

Outra discussão importante é quanto à justiça de se ter como objetivo a felicidade de cada pessoa igualmente, não importando quem ela seja. Isto implica o desejo de uma política que aumente muito a felicidade de uma pessoa feliz mesmo que intensifique um pouco a infelicidade de uma já infeliz. Apesar de extremo, o exemplo nos leva a ver que são necessários ‘pesos’ diferentes nas mudanças de felicidade de uma pessoa com base no nível de felicidade inicial. Podemos concluir que o mais importante seja reduzir o sofrimento do que gerar felicidade extrema.

Segundo Layard (2008), a economia oferece uma grande ferramenta para pensarmos uma política pública: a análise da relação custo-benefício. O custo é dado pelo valor do bem. Já o benefício é a ‘disposição a pagar’ daquele que será beneficiado pelo bem comparada com a ‘disposição a pagar’ daquele que será prejudicado pelo bem para que ele não se efetue. O bem ou serviço se consolidará de maneira eficiente caso os ganhadores ganhem mais do que os perdedores percam. Todavia, uma análise de custo-benefício benthamiana substitui a comparação do dinheiro pela comparação da felicidade para concluir a respeito da realização ou não de obras ou serviços. Isso ocorre porque, conforme defendido, o dinheiro tem importâncias diferentes para pessoas diferentes. É necessário identificar os ganhadores e

perdedores para uma análise custo-benefício benthamiana eficiente. Portanto, seguimos duas etapas: “primeiro calculando as mudanças para cada grupo em termos de ‘disposição a pagar’”, como se faz usualmente, “e depois avaliando essas mudanças pelo quanto o dinheiro é importante para cada grupo. (Além disso, devemos dar um peso especial às mudanças na felicidade que afetam as pessoas mais infelizes)” (Layard, 2008, p.167).

Diante desse rápido esclarecimento sobre o utilitarismo clássico, consideramos razoável propor que o melhor Estado para se viver é aquele onde as pessoas são mais felizes. A base para essa sociedade é um maior nível de solidariedade e princípios morais mais sólidos de imparcialidade. Dessa forma, como a felicidade poderia guiar as políticas públicas?

### **3. O QUE PODE SER FEITO**

O presente trabalho definiu cinco áreas que se articulam no intuito de fornecer caminhos para a definição, prática e mensuração do bem-estar. Essa divisão é meramente didática para facilitar a sistematização dos esforços públicos no diagnóstico, desenvolvimento, execução e avaliação de políticas públicas. São elas:

- 1) Qualidade de Vida
- 2) Desenvolvimento Sustentável
- 3) PIB Ajustado
- 4) Condições de Vida
- 5) Monitoramento dos Valores da Sociedade e Aperfeiçoamento da Provisão de Bens Públicos

A literatura acerca de progresso do bem-estar normalmente percorre os três primeiros itens. No entanto, sua origem são países desenvolvidos, que possuem as condições de vida satisfatórias, ao contrário de Minas Gerais. Por isso optamos por incluir também o item, agregando-o aos outros três. Para fechar essa lógica política ressaltamos, ao final, a importância do monitoramento da performance do governo e dos valores da sociedade.

### 3.1. Qualidade de Vida<sup>7</sup>

Muitas das formas de se medir o bem-estar são baseadas em afirmações ao invés de evidências. Isto significa que as variáveis que influenciam a felicidade são determinadas por elementos valorativos. A tentativa procura, por meio da nova psicologia, da economia, da neurociência, da sociologia e da filosofia, descobrir aquilo que gera felicidade e como cultivá-la e, então, estabelecer uma nova visão para políticas e estilos de vida “sensatos”.

A contribuição da nova psicologia veio em forma de *insight* real da natureza da felicidade e do que a ocasiona. Nossa vida é dividida em momentos nos quais nos sentimos bem e mal, seja por fatores externos ou internos, e essas sensações podem ser avaliadas por meios de perguntas às pessoas ou monitoramento cerebral. O resultado é o nível básico de felicidade.

Discutiremos nossos desejos e como eles variam conforme nossos hábitos e as poses das pessoas ao nosso redor, assim como o efeito da genética, da educação, da publicidade, da televisão e da competitividade. Abrangemos, também, questões acerca da sensação de segurança, não só na comunidade, no seu sentido estrito, com no trabalho e na família, e a confiança nas pessoas. O objetivo é debater os fatores que influenciam a felicidade.

#### 3.1.1. Avanços da Psicologia e da Neurociência

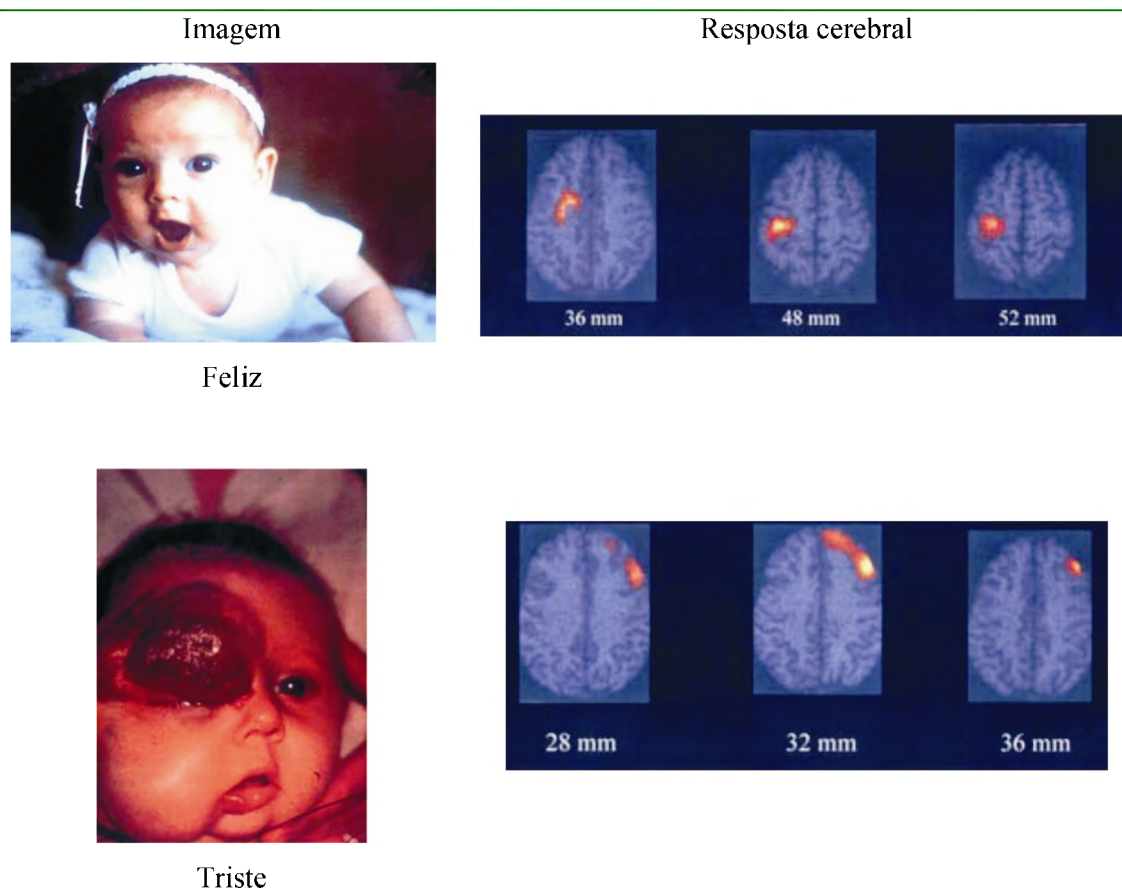
Graças às observações médicas, percebeu-se que pessoas com danos no lado esquerdo do cérebro tendiam a ficar mais deprimidas e vice-versa. Daí emergiu a ciência da felicidade, que avalia as sensações apresentadas pelas pessoas e seus estímulos cerebrais. A correlação das ondas cerebrais e dos sentimentos descritos pelos indivíduos em várias pesquisas realizadas por Richard Davidson, da *University of Wisconsin*, contribuíram para objetivar cientificamente questões antes consideradas subjetivas. A conclusão de que há uma conexão direta entre a atividade cerebral e o humor pode ser demonstrado no Figura 2, num escaneamento direto do que ocorre no cérebro quando as duas imagens são mostradas aos

---

<sup>7</sup> Baseado principalmente em Layard (2008)

indivíduos. Elas são feitas em aparelhos de ressonância magnética (IRM) ou tomografia por emissão de pósitron (PET, de *positron emission tomography*).

FIGURA 2 – Respostas cerebrais para as duas imagens



Fonte: *Happiness: has social science a clue?* (Richard Layard, 2003)

Inúmeras pesquisas avaliaram a atividade cerebral de bebês a adultos, em diversas circunstâncias, inclusive levando em consideração fatores externos, e concluíram que “as boas sensações são experimentadas pela atividade no lado esquerdo do cérebro, atrás da testa; (...) as más sensações estão ligadas à atividade cerebral atrás do lado direito da testa” (Layard, 2008). Isso mostra indícios claros de que a felicidade é mensurável, para muito além da percepção via um sorriso ou um choro. Também gera evidências suficientes para validar pesquisas baseadas em questionários a respeito do nível de bem-estar<sup>8</sup> em determinado

<sup>8</sup> “Portanto, a neurociência confirma o caráter objetivo da felicidade e da dor. Eis uma experiência fascinante realizada com várias pessoas. É aplicada uma compressa muito quente, com a mesma temperatura, na perna de cada pessoa. Elas fazem relatos muito diferentes, mas altamente relacionados com os diversos níveis de atividade cerebral na parte relevante do córtex. Isso confirma a ligação entre o que as pessoas relatam e a atividade cerebral objetiva. Não há diferença entre o que as pessoas pensam que sentem e o que “realmente” sentem, como alguns filósofos sociais gostariam que acreditássemos.” (Layard, 2008, p. 36-37)

momento de nossa vida – como a típica pergunta “Em geral, você diria que é muito feliz, razoavelmente feliz ou não muito feliz?”.

Os fatores geradores de felicidade e a ordem em que aparecem são resultados das pesquisas via questionários, como o *U.S. General Social Survey* e o *World Values Survey*. Por meio disso, descobrimos as dimensões mais importantes da vida. Segue sua síntese no Quadro 1:

---

QUADRO 1 – Os sete fatores que influenciam na felicidade

(os primeiros cinco são apresentados em ordem de “importância”)

---

Relacionamentos familiares

Situação financeira

Trabalho

Comunidade e Amigos

Saúde

Liberdade pessoal

Valores pessoais

---

Fonte: Layard (2008, p. 84)

Na comparação entre 50 países, em quatro anos diferentes, seis fatores intimamente ligados aos sete itens acima explicam, com competência, os diferentes níveis de felicidade, assim como explicam 57% da variação da taxa de suicídio e a escala de mortes no trânsito. São eles:

- a) Taxa de divórcio
- b) Índice de desemprego
- c) Nível de confiança
- d) Participação em organizações não-religiosas (Principalmente de ajuda a jovens, idosos, doentes ou pessoas em dificuldade; políticas de lobby, lazer [artes, esportes] e étnicas)
- e) Qualidade do governo (estado de direito, a eficiência dos serviços públicos, a ausência de corrupção e a eficiência dos sistemas de regulamentação)
- f) Crença em Deus.

Por outro lado, temos um diagnóstico daquilo que não influencia na felicidade, que envolve:

- a) Idade
- b) Gênero
- c) Aparência

d) QI

e) Educação (influencia pouco diretamente, apenas quando determina a renda)

Todas as evidências não esgotam, em hipótese alguma, a necessidade de se descobrirem novas maneiras de percepção científica da felicidade. Muito menos consistem em verdades inquestionáveis. Todavia, elas são um bom começo e dão segurança para se prosseguir em busca das fontes de bem-estar para, então, torná-las base de políticas públicas de governos que tenham como objetivo a máxima benthamiana de ampliar a felicidade.

### ***3.1.2. Fontes de Felicidade***

Proseguimos, assim, com a descrição dos fatores que nos tornam felizes. Inicialmente discorreremos acerca da influência genética e do ambiente sobre a felicidade. Em seguida, discutimos as questões mais relevantes sobre os outros fatores: relacionamentos familiares, situação financeira, trabalho, comunidade e amigos, saúde, liberdade pessoal e valores pessoais.

#### **Genes e Ambiente**

Como qualquer outra característica dos seres humanos – salvo algumas exceções – a felicidade é fruto da combinação genética, que fornece as instruções operacionais para o caminho a ser perseguido, e do ambiente que a influencia<sup>9</sup>. Um exemplo claro é a altura média dos homens ingleses: nos últimos 100 anos, ela aumentou cinco centímetros, influenciada pela altura dos pais e pela melhora na alimentação.

Descobrimos que os genes afetam a felicidade com base em estudos de gêmeos idênticos (mesma carga genética) e não idênticos (metade dos genes em comum), e aqueles criados juntos e separados. Os resultados demonstraram que gêmeos idênticos possuem um nível de felicidade similar ao contrário daqueles não idênticos. Além disso, gêmeos idênticos criados separados apresentaram mesmo nível de felicidade em ambos, assim como aqueles

---

<sup>9</sup> “Para explicar a depressão, o grupo isolou um certo gene que influi no fornecimento de serotonina para o cérebro. Se uma pessoa tem versões inferiores de gene, corre o risco de se tornar deprimida, mas apenas se também foram maltratadas na infância. De igual modo, se uma pessoa é maltratada, corre o risco de se tornar deprimida, mas apenas se tem versões inferiores do gene. Essa descoberta mostra muito bem como os genes e a experiência podem interagir para determinar nossa constituição” (Layard, 2008, p. 80)

criados juntos. O mesmo foi constatado para a predisposição à esquizofrenia, depressão, alcoolismo e comportamento criminoso, conforme Tabela 1.

TABELA 1 – Se um dos gêmeos tem o problema, o outro também o terá?  
(porcentagem de gêmeos para a qual a resposta é sim)

	Gêmeos idênticos	Gêmeos não-idênticos
Esquizofrenia	48	17
Transtorno bipolar	65	14
Alcoolismo (homens)	41	22
Condenação criminal (adultos)	52	23
Delinqüência juvenil	91	73

Fonte: McGue e Bouchard (1998), tabela 1

Se não podemos fazer nada que influencie os genes, ao menos o ambiente em que as crianças se desenvolvem pode ser alterado. É comprovado que crianças adotadas em ambientes conturbados, criminosos ou que possuam pais anti-sociais tendem a se comportarem destas mesmas maneiras, respectivamente, mesmo se seus pais biológicos não o eram.

O efeito da desintegração familiar, por exemplo, foi analisado ao acompanhar crianças aos sete anos e o efeito da separação dos pais, ou não, em suas vidas adultas. Esse evento aumenta em duas vezes a probabilidade de depressão. Crianças que, por volta dos 16 anos, são criadas por apenas um dos pais “tem 50% de chances a mais de ser condenado criminalmente aos 15; o dobro de chance de deixar a escola secundária sem obter seu diploma e ter um filho na adolescência e 50% de chances a mais de não fazer coisa alguma aos 20 anos” (Layard, 2008, p. 81). Três fatores podem explicar esses efeitos da desintegração familiar:

- a) Pobreza: é razoável supor que a renda familiar diminua pela metade ou menos.
- b) Efeito externo: diminui o estímulo e supervisão dos pais, assim como a criança provavelmente terá que se mudar, o que implica rompimento de amizades.
- c) Sentimento de traição: a ausência de um dos pais provoca tal sentimento.

### **Relacionamentos Familiares**

A *World Values Survey*, que possui uma amostra de 90 mil pessoas de 46 países, situa a felicidade numa escala de 10 a 100 de acordo com as variáveis que a influenciam. Os divorciados presumem uma queda de 5 pontos na escala da felicidade. Para aqueles que

separaram a queda é ainda maior, 8 pontos. Viúvos apresentaram menos 4 pontos, enquanto solteiros que nunca se casaram, menos 4,5. Por último, coabitantes, em vez de casados, apenas 2 pontos a menos. O casamento, segundo o *German Social-Economic Panel*, aplicado por mais de 20 anos, é uma fonte contínua de felicidade. Certamente tais estudos sofrem de endogenia, já que pessoas menos felizes possuem predisposição a se separarem. Todavia isso não é motivo para descartar suas conclusões. A taxa de divórcio, por outro lado, tem um efeito perverso no nível de felicidade e de suicídio de um país. Já o efeito de ter um filho aumenta a felicidade durante aproximadamente dois anos. Após esse período, a felicidade volta ao nível anterior.

Layard (2008) afirma que a vantagem do casamento sob a coabitação é a estabilidade, ponto chave dos relacionamentos em geral, independentemente do seu rótulo. Ambos – casamento e coabitação – oferecem maior nível de felicidade que estar solteiro porque “você se dão amor e conforto; partilham recursos, ganhando economias de escala; ajudam-se. As pessoas casadas têm, em média, uma vida sexual melhor que as solteiras – mais sexo satisfatório. Além disso, são mais felizes e vivem mais (...) maior equilíbrio hormonal e mais saúde”.

O economista Prêmio Nobel Gary Becker, da *University of Chicago*, escreveu o *Treatise on the Family*, onde ele explica o casamento e sua duração com base em termos contratualistas: “As pessoas se casam porque preferem ficar casadas com o parceiro a separadas; quando preferem ficar separadas o casamento termina.” (Layard, 2008, p. 129). Essa forma de raciocínio – de constante reotimização – explica porque os casamentos hoje trazem menos satisfação que anos atrás. O casamento mais feliz, segundo as evidências, é aquele baseado no conceito de dar, ao contrário da barganha do “toma lá da cá”.

Mas essas vantagens dos relacionamentos familiares estão condicionadas, de fato, à existência de relacionamento. Isto é, não é porque uma família habita sob o mesmo teto que evidentemente desfrutarão desses benefícios. Podemos estender a análise que se segue ao quarto item que influencia a felicidade – Comunidade e Amigos – tratado mais à frente.

Um episódio interessante ocorrido no Butão, país que tem como política principal aumentar a Felicidade Interna Bruta – FIB, serve para iniciarmos nossa discussão acerca da influência da ciência e tecnologia no comportamento, sentimentos e relacionamentos. O país, no ano seguinte em que determinou o crescimento do FIB como prioridade de governo, 1999, permitiu a televisão, antes proibida.

Logo todos notaram um grande aumento de desintegração familiar, da criminalidade e do consumo de drogas. Nas escolas, a violência no pátio de recreio aumentou de tal modo que o relatório anual de um diretor teve de incluir uma nova parte, chamada “Controvérsias”, que relatava a “maratona de reunião do staff” para discutir esses novos problemas. O “estudo de impacto” de alguns acadêmicos locais mostrou que um terço dos pais agora preferia ver tevê a conversar com os filhos (Layard, 2008, p.100).

A média de tempo em que um europeu passa assistindo à tevê é de mais de duas horas. Nos EUA o número é um pouco maior. Esse tempo gasto provém, principalmente, da vida social.

Em 1973, ainda havia comunidades no Canadá que não tinham tevê. Então um grupo de pesquisa monitorou o que acontecia quando a tevê era introduzida em determinada cidade. Como era de se esperar, a vida social era reduzida, especialmente entre as pessoas mais velhas. E as pessoas diminuíam suas práticas esportivas. Como a televisão é passiva, também reduz a criatividade das pessoas jovens e velhas. (Layard, 2008, p.109, de Williams, 1986).

Uma pesquisa interessante realizada pelo psicólogo Douglas Kenrick demonstra o efeito direto da televisão na satisfação do relacionamento.

Ver tevê também pode diminuir a satisfação com o próprio corpo ou do cônjuge. O psicólogo Douglas Kenrick mostrou a mulheres uma série de fotos de modelos do sexo feminino. Ele avaliou o humor das mulheres antes e depois de verem as fotos. Depois de verem as modelos, o humor piorou. Então, como o humor feminino pode ser afetado pela televisão? Assistindo tevê durante três horas por dia é impossível não ver um desfile de belas mulheres.

E quanto ao efeito nos homens? Como parte da mesma série de experiências, as fotos das modelos foram mostradas para um grupo de homens. Kenrick avaliou os sentimentos deles em relação às esposas antes e depois de cada apresentação. Depois de verem as modelos, a maioria dos homens se sentiu menos bem em relação às suas esposas. (Layard, 2008, p.112)

A situação piorou quando as televisões tornaram-se mais acessíveis e as casas possuíam mais de uma delas. Robert Putnam, da Harvard University, pesquisador das relações sociais, atribui à televisão o declínio da vida social no EUA. Ampliaremos a discussão dos efeitos da televisão na seção de Desenvolvimento Sustentável e Comunidade e Amigos.

Foi a tecnologia e as ciências que também, em parte, contribuíram para a mudança do papel da mulher, de apenas maternidade para trabalhadora. A evolução científica acabou com a necessidade de se ter vários filhos na expectativa de que apenas alguns sobrevivam. A tecnologia – luz elétrica, aspirador de pó, máquinas de lavar – facilitou e diminuiu os trabalhos domésticos, fornecendo maior tempo livre às mulheres. O que de certa forma trouxe liberdade a elas, ampliou o potencial de insatisfação da família, pois as mulheres continuaram

a se responsabilizar pelos filhos e pela casa, mas havia menos tempo de dedicação, inclusive ao marido.

Além desse triste efeito da tecnologia sob as relações sociais notamos, recentemente, maior número de famílias desintegradas, parte pela maior facilidade de se separar (seja moral, financeira ou legal). A Tabela 2 reflete o processo:

TABELA 2 – Problemas familiares			
	Divórcios por ano (porcentagem de todos os casais casados)	Filhos fora do casamento (porcentagem de todos os nascimentos)	Famílias chefiadas por um dos pais solteiros (porcentagem de todas as famílias)
Estados Unidos			
1960	0,9	5	9
2000	1,9	33	27
Inglaterra			
1960	0,2	5	6
2000	1,3	40	21

Fonte: Layard (2008, p. 101)

Evoluções científicas e institucionais, como o anticoncepcional e a legalização do aborto em alguns países, separou o sexo do risco de se ter filho, levando à revolução sexual. Isso facilitou os casos extraconjugais.

O efeito da desintegração familiar reflete tanto sobre a criança – divórcio foi identificado o motivo mais claro do aumento de suicídio de jovens nos EUA – quanto sobre os adultos, uma vez que a felicidade dos divorciados ou não casados é menor que dos casados.

Finalmente, toda essa mudança de estilo de vida das famílias<sup>10</sup>, onde cada vez menos nos relacionamos, requer adaptações favoráveis às famílias. “Isso significará horas de trabalho mais flexíveis, mais tempo de folga para os pais e uma criação melhor para os filhos” (Layard, 2008, p. 108).

Como o Estado pode interferir nos relacionamentos familiares para ampliar a felicidade? Normalmente o faz quando existem crianças na família. O mesmo cuidado que se tem para escolher os pais que irão adotar uma criança deveria existir com quem deseja gerar

<sup>10</sup> “Nos Estados Unidos, um quarto de todas as famílias janta reunida menos de quatro dias por semana; apenas 28% fazem isso todos os dias, comparados com 38% na Grã-Bretanha” (Layard, 2008, p. 108).

uma criança<sup>11</sup>. Layard (2008) sugere algumas propostas essenciais para uma sociedade feliz: aulas compulsórias de paternidade na escola para esclarecer a tarefa e responsabilidade que é conceber e criar um filho; a exigência de compromisso e maturidade entre um casal que desejasse ter filhos; uma vez grávida, o casal deveria frequentar aulas gratuitas de paternidade e pré-natais que abrangessem relacionamento entre pais e filhos e entre o casal; para facilitar o relacionamento, condições de trabalho favoráveis à família<sup>12</sup> e existência de creche de alta qualidade acessível conforme a renda; e ajuda as famílias que enfrentassem dificuldades<sup>13</sup>.

### **Situação Financeira**

A felicidade advinda do aumento na renda é a mais clara e explorada pelos estudiosos. Por meio da riqueza conquistamos conforto, segurança, status, saúde e educação de qualidade, tranquilidade e outros fatores. Conforme o *World Values Survey* “uma perda de um terço da renda (mantendo-se a renda nacional constante) causa uma queda de 2 pontos na escala da felicidade (10 a 100)” (Layard, 2008, p. 85).

Todavia, a felicidade proveniente da renda está muito relacionada com a segurança de possuí-la, isto é, vencer dois obstáculos que a ameaçam, as flutuações do emprego e o envelhecimento. O último fator incita a discussão da emergência da previdência privada. Houve o crescimento da opção em vários países até que o *crash* da Bolsa de Valores em 2001 e a crise atual iniciada no sistema financeiro esfriaram os ânimos. Esse sistema é de alto risco e pode se revelar um desastre. É necessário dar chance a todos de participarem de previdência livre de ansiedade, a previdência social baseada nos ganhos anteriores.

### **Trabalho**

A felicidade proveniente do trabalho advém de nos sentirmos úteis para a sociedade em geral, além, é claro, da necessidade. O desemprego traz consigo a perda da renda e desse sentido extra, destrói o amor próprio e desfaz as relações sociais criadas pelo trabalho. Na

---

<sup>11</sup> “Isso levou o psicólogo David Lykken a propor que os pais obtivessem licença para ter filhos, caso contrário correriam o risco de que fosse entregues para adoção” (Layard, 2008, p. 208).

<sup>12</sup> “Os países escandinavos são um modelo para o resto do mundo, e esse pode ser um dos motivos de estarem entre os mais felizes” (Layard, 2008, p. 209).

<sup>13</sup> “Se acharem que seus filhos são difíceis, agora há ótimos programas, como o *Positive Parenting Programme* (Triplo P) australiano, que demonstrou corrigir dois terços do comportamento destrutivo, ao mesmo tempo diminuindo o estresse e melhorando o casamento dos pais” (Layard, 2008, p. 210).

escala da felicidade, estar desempregado diminui em 6 pontos a felicidade; estar inseguro no emprego apresenta queda de 3; e viver num país onde o índice de desemprego é de até 10 pontos percentuais diminui a felicidade em 3 pontos. Esse último fator cria, além do desemprego diretamente, a insegurança no emprego. Governos comprometidos em aumentar o nível de felicidade da população devem ter como objetivo desemprego baixo e estável. Economistas costumam contrapor estabilidade econômica e crescimento a longo prazo, optando pelo segundo, o que implica maiores flutuações no emprego e impacto nos padrões de vida no longo prazo. A psicologia moderna defende o outro caminho, pois “o custo psicológico a curto prazo das flutuações do emprego é grande, enquanto o ganho a longo prazo do crescimento é relativamente pequeno, porque o valor de cada dólar extra se torna cada vez menor na medida em que as pessoas enriquecem” (Layard, 2008, p. 201).

É interessante notar que a diminuição da renda em um terço apresenta queda na felicidade de 2 pontos. Já o desemprego, de 6 pontos. Percebemos claramente que o “ter ou não” um emprego representa muito mais que apenas renda. A insatisfação de não estar trabalhando é tão grande no início quanto um ou dois anos depois, isto é, não nos habituamos a ele. Esses efeitos perpetuam, inclusive, após retornar ao mercado de trabalho.

Mas, além de possuir um trabalho, é importante que ele seja satisfatório e que se tenha controle sobre o que se faz, para podermos manifestar nossa criatividade.<sup>14</sup>

Como atingir níveis baixos de desemprego? Existe um consenso entre os economistas que o aumento da demanda agregada de um país não reduz permanentemente o desemprego e sim cria pressões inflacionárias. Uma política eficaz deve alterar a estrutura do mercado de trabalho por duas frentes: política para desempregados e a relação pagamento-produtividade.

Existem duas práticas mais comuns no tratamento ao desempregado: recebimento de seguro desemprego sem a contrapartida da exigência de preenchimento de vaga disponível<sup>15</sup>; ou recebimento de seguro-desemprego condicionado à procura intensa de trabalho (política de prêmio e punição) e com ajuda do Estado para encontrá-lo<sup>16</sup>. Países que adotam a segunda alternativa possuem índices de desemprego bem menores, sendo o meio termo entre

---

<sup>14</sup> “Há uma centelha criativa em todos nós, e se ela não pode manifestar, nos sentimos semimortos. Isso pode ser literalmente verdade: entre os servidores públicos ingleses de qualquer nível, aqueles cujo trabalho é mais rotineiro experimentam mais rapidamente entupimento de artérias” (Layard, 2008, p. 89).

<sup>15</sup> “No boom europeu, por volta do ano de 2000, essa era a situação na França e na Alemanha Oriental. Então a inflação aumentou e o *European Central Bank* (Banco Central Europeu) elevou a taxa de juros, pondo fim ao boom” (Layard, 2008, p. 203).

<sup>16</sup> “Se as pessoas ficam tão infelizes quando estão desempregadas, você poderia perguntar porque nem sempre aceitam qualquer trabalho. A resposta é que esse cálculo racional não se aplica. Após um período de desemprego, as pessoas que recebem benefícios sociais entram em uma fase de triste resignação em que qualquer mudança pode parecer perigosa. Seus “gostos” mudam. O papel da agência de empregos é fazer as pessoas saírem desse estado para uma atividade significativa” (Layard, 2008, p. 204).

indulgência e a severidade, como nos Estados Unidos, onde, após seis meses, é cortado o auxílio.

O outro fator que influencia o emprego é a proporção do pagamento com a produtividade. Existe pressão para que os salários locais sejam vinculados aos de outras partes do país. A consequência disso é a diminuição da oferta de trabalho. O pagamento deve, portanto, ser proporcional à produtividade local, com o estabelecimento de salários de forma mais flexível e descentralizada. Isso não quer dizer que devemos flexibilizar contratação ou demissão, pois o efeito líquido da mudança é nulo. O Estado também deve se preocupar com os indivíduos que perdem com as mudanças econômicas, ampliando acesso ao aprendizado e desenvolvimento de habilidades.

Mais um ponto importante na discussão a respeito do trabalho é até que ponto trabalhamos para nos trazer satisfação e até que ponto ele é fruto de uma competição insana e infundada. Não podemos nos esquecer de que é no trabalho onde exercemos mais frequentemente a comparação social, discutida anteriormente. Ao contrário da economia tradicional, que defende que se a renda de uma pessoa aumenta e todas as outras se mantêm iguais, as coisas melhoram, pois ninguém sofreu com isso<sup>17</sup>, a comparação social com os “grupos de referência” – isto é, aqueles que lhes estão próximos –, está fortemente presente nas relações humanas, pelo menos nas dos ocidentais. Recentemente vivemos episódios que retratam o descrito. O governo dos EUA, no intuito de diminuir os efeitos da crise econômica atual, liberou verba a certas empresas. Parte do dinheiro foi utilizada para pagamento dos milionários salários dos executivos. A repercussão do ato foi tão negativa na sociedade que o governo se viu obrigado a retroceder no acordo e restringir o gasto da ajuda de Estado a certas funções.

A mudança do grupo de referência pode afetar, e muito, o nível de felicidade, o que, em parte, ajuda a explicar porque os ricos são mais felizes do que os pobres.

Isso ocorre porque a renda é muito mais do que um meio de comprar. Também a usamos, comparada com a dos outros, como uma medida do quanto somos valorizados e (se não tivermos cuidado) do quanto nos valorizamos. Podemos comparar nossas rendas com a de nossos colegas e também com outros iguais a nós em locais de trabalho diferentes. Mesmo se não sabemos exatamente quanto ganham, podemos ver como vivem. Claramente, nós nos preocupamos com a nossa renda em relação à das pessoas, assim como com o seu nível absoluto.

---

<sup>17</sup> “Um estudo sugere que se as outras pessoas ganham 1% a mais que você, sua felicidade diminuiu um terço, tanto quanto aumentaria se você ganhasse 1% a mais. Portanto, se a renda de todos aumentasse igualmente, sua felicidade aumentaria mas apenas dois terços do que aumentaria se apenas sua renda crescesse” (Layard, 2008, p.65).

A única situação em que estaríamos dispostos a aceitar uma redução de salário é quando os outros também aceitam. É por isso que houve tão pouco descontentamento econômico durante a Segunda Guerra Mundial. Contrastantemente, na grande inflação da década de 1970 houve grande descontentamento porque em um mês os salários da maioria das pessoas não aumentavam, mas as de outras aumentavam muito. (Layard, 2008, p. 62).

O desemprego faz você sofrer menos se “outras pessoas” estão desempregadas e se você já esteve desempregado. (Clark, 2003a)

Com essa rede de incentivos distorcidos, acabamos por trabalhar mais do que seria socialmente ótimo. Pensando da mesma forma, pelo outro lado, poderíamos chegar à conclusão de que o lazer extra proporcionado por um menor tempo de trabalho também seria motivo para diminuir a felicidade das pessoas ao redor. Isso não é verdade segundo as pesquisas, pois as pessoas não cultivam o sentimento de rivalidade para o lazer, somente para renda.

Vamos falar um pouco mais sobre a busca autodestrutiva da renda relativa na sociedade como um todo. A lógica é circular e perversa, pois se trata de um jogo de soma zero: se quero maior riqueza que meu vizinho e ele também o quer, quando minha renda aumenta a dele diminui; ele se vê obrigado a sacrificar mais a vida privada e seu tempo com sua família; quando o cenário se reverte, o mesmo sacrifício ocorre comigo, numa lógica sem fim. Devemos interferir nessa lógica destrutiva, pactuando um limite para a competição, assim como fizemos para a corrida armamentícia. Todavia, o grande número de integrantes dificulta a ação coletiva.

Ao mesmo tempo, se consideramos o consumo uma fonte de prazer, desejamos que haja muitos bens e serviços a nossa disposição. Mas, para tal, devemos trabalhar mais, pois os consumidores são também os produtores. Mais uma vez isso incorre em excesso de trabalho e desequilíbrio entre a vida e o trabalho. A propaganda alimenta o ciclo, como discutiremos à frente, na seção de Desenvolvimento Sustentável.

Layard (2008) sugere uma solução semelhante à taxação da poluição: se houver um imposto corretivo sobre o trabalho, assim como a taxação sobre vícios – e não distorcedor – as pessoas são obrigadas a internalizar o malefício que causam aos outros (e porque não a si mesmo) ao trabalharem excessivamente<sup>18</sup>. Tal medida exige uma evolução da economia

---

<sup>18</sup> “Outro problema importante é o que os economistas chamam de seleção adversa. Por exemplo, nos escritórios de advocacia de Nova York os associados trabalham horas demais para provar que estão aptos a ser sócios. Cada qual tem um incentivo para trabalhar mais do que qualquer pessoa: sinalizar seu empenho. Mas a maioria preferiria trabalhar menos horas (ganhando menos) se os outros fizessem o mesmo (Landers et al. 1996, tabela 7)” (Layard, 2008, p. 292)

“Na Europa, achamos particularmente irritante quando os economistas americanos fazem preleções sobre nossa semana de trabalho mais curta e nossos feriados mais longos. A maioria dos europeus está feliz com a sua

pública, que por sua vez, deveria priorizar a produtividade muito mais do que o crescimento absoluto do PIB. Assim asseguraríamos aumento de renda a um menor sacrifício.

À luz desses argumentos, Layard (2008) critica pagamentos por desempenho que, apesar de eficientes, criam incentivos distorcidos. Ele alimenta a corrida individual por *status* e dinheiro, na medida em que é usado para reajustes ano a ano de desempenho e a base para seu estabelecimento é relativa e não absoluta, comparada aos colegas. Uma vez posicionado, o empregado se esforça para subir no *ranking* e esse esforço está relacionado com o aumento do nível de estresse identificado nas pesquisas, como o Eurobarometer. Outro efeito negativo do pagamento por resultado é “a diminuição da disposição das pessoas a julgar o mérito do caso” (Layard, 2008, p. 188). Dois exemplos:

O psicólogo Edward Deci entregou quebra-cabeças para dois grupos de estudantes. Um grupo foi pago por cada montagem correta e o outro não. Quando o tempo terminou, os dois grupos tiveram permissão para continuar a trabalhar. O grupo que não foi pago trabalhou mais – devido ao seu interesse intrínseco pelo exercício. Mas, para o grupo que foi pago, a motivação externa reduziu a motivação interna que normalmente existiria. Eles fizeram metade da montagem adicional de quebra-cabeças.

Um terceiro exemplo é um experimento natural na Suíça, em 1993, quando duas comunidades foram escolhidas como possíveis locais de depósito de lixo radioativo. Um economista, Bruno Frey, organizou uma pesquisa com os habitantes. Foi perguntado a um grupo: “Você concordaria em que o depósito fosse aqui?” Cerca de 50% das pessoas disseram que sim. Foi perguntado a um segundo grupo: “Se lhe fosse oferecida uma certa quantia (especificada) para compensá-lo, você concordaria em que o depósito fosse aqui?” A essa segunda pergunta menos de 25% responderam que sim”. (Layard, 2008, p. 188)

É também incentivando a ética profissional e valorizando o serviço prestado que geraremos melhor desempenho e trabalhadores mais satisfeitos, tanto para o serviço público quanto para o privado.

Não há tranquilidade e conforto onde a competição é insana, pois ou você é bem sucedido, e pode suspirar de alívio, ou fracassou. Ela é um motivador necessário e torna a vida mais interessante e divertida, porém deve haver equilíbrio sensato para não termos a impressão de que a vida é praticamente uma luta competitiva. Acreditamos que não podemos mais nos dar o luxo de nos sentirmos seguros. Mas isso não é verdade.

Outra discussão relevante diz respeito à importância da mobilidade para a diminuição da taxa de desemprego e aumento da renda, ou seja, os indivíduos deveriam buscar cidades onde há oferta abundante de serviço, onde ele é mais valorizado. Porém, é fundamental

---

jornada de trabalho, embora o PNB pudesse ser maior se trabalhassem mais horas. Alguns podem comparar suas rendas com as dos americanos, mas até hoje isso não tem sido um grande problema.” (Layard, 2008, p. 292)

considerar os efeitos externos dessa mobilidade “forçada”. A desestabilização da vida familiar e da comunidade provoca maior incidência de doenças mentais, da criminalidade e diminuição do nível de confiança interpessoal.

### **Comunidade e Amigos**

“Das coisas que a sabedoria proporciona para tornar a vida inteiramente feliz, a maior de todas é a amizade”. Essas palavras do filósofo grego Epicuro resumem a importância das amizades na vida de qualquer pessoa.

A comunidade em que vivemos nos influencia a fazer novas amizades na medida em que interfere na nossa segurança, confiança nas pessoas. A sociologia chama o conceito de difícil mensuração de “capital social”. Ainda não há uma definição precisa e consensual acerca do conceito, mas algumas tentativas são:

*“...features of social organisation, such as trust, norms (or reciprocity), and networks (of civil engagement), that can improve the efficiency of society by facilitating co-ordinated actions.” (Putnam, Leonardi and Nanetti, 1993)*

*“...the institutions, relationships, and norms that shapes the quality and quantity of a society’s social interactions.”(World Bank, 2000)*

*“...the rules, norms, obligations, reciprocity and trust embedded in social relations, social structures and society’s institutional arrangements which enable members to achieve their individual and community objectives.” (Narayan, 1997) (Measuring Sustainable Development, Prepared in cooperation with the Organisation for Economic Co-operation and Development and the Statistical Office of the European Communities (Eurostat). p. 53, 2009)*

A forma como os pesquisadores encontraram para medi-lo amplamente no *World Values Survey* foi fazendo a seguinte pergunta: “Em geral, você diria que pode confiar na maioria das pessoas ou que nunca é demais ter cuidado com elas?”. A resposta de “Sim, eu posso confiar na maioria das pessoas” varia de 5% no Brasil a 64% na Noruega. O resultado está bem correlacionado com outra experiência onde “os pesquisadores deixaram cair carteiras de dinheiro nas ruas de vários países, com os nomes e endereços dos donos dentro. Depois verificaram a proporção de carteiras devolvidas – a mais alta foi na Escandinávia” (Layard, 2008, p. 89). Isso significa que as pessoas captam bem se podem confiar ou não umas nas outras.

Na escala da felicidade, a porcentagem de cidadãos dizendo sim à pergunta acima caindo 50 pontos percentuais, implica queda de 1,5 pontos na felicidade.

Ao analisarmos a evolução desse indicador notamos sua queda: em 1956, eram 56% o número de ingleses que confiavam nas pessoas, caindo para 30% em 1998, estabilizando-se a partir da década de 80. Os Estados Unidos apresentam ainda uma evolução forte (mais que na Europa) de desagregação social, isto é, cada vez mais as pessoas não se associam a instituições de iguais (em torno de esporte, política, etc.), desacreditam nos valores morais e honestos e saem sozinhos mais constantemente. Tal mudança foi minuciosamente estudada por Robert Putnam, que deu origem ao livro *Bowling Alone*. O efeito da queda na confiança atrapalha a cooperação entre os indivíduos, pois esse passa a não valer a pena, na expectativa que o outro irá trapacear. A teoria dos jogos nos mostra a relação.

Contribui para a queda na confiança o aumento crescente da criminalidade desde a Segunda Guerra Mundial. Isso ocorre porque aumenta a alienação dos indivíduos diante da comunidade – sentimos inseguros para caminhar pelas ruas, sair, passear, etc. – e reduz o bem-estar da vítima e a segurança em geral. Também a influencia consideravelmente o impacto da ciência e tecnologia. Conforme dito na seção Relacionamentos Familiares, descreveremos aqui alguns efeitos da televisão na sociedade que extrapolam a substituição de mais de duas horas de relacionamento social para assistir-lhe.

O conteúdo da tevê não reflete fidedignamente a realidade de nossas vidas, caso contrário seria um tédio. Ela reflete os extremos: “Contém muito mais violência, sexo e relacionamentos caóticos e muito mais riqueza e beleza do que a vida real” (Layard, 2008, p. 109). Conseqüência disso é a insensibilização das pessoas quanto ao sexo e à violência e o descontentamento com a realidade, incitando o crime e a necessidade de se encontrar parceiros mais bonitos.

As evidências são empíricas e experimentais.

Se você expõe as crianças a filmes violentos, elas se comportam mais violentamente no pátio do recreio. (...) dois dias após um campeonato de pesos pesados nos Estados Unidos há 9% a mais de homicídios [Os dois dias são o terceiro e o quarto após a luta. Não há conseqüências dos outros dias (Phillips, 1983)]. E após a notícia de um suicídio ou um suicídio em um seriado de tevê mais pessoas tiram suas próprias vidas [Gould (2001) resume as evidências. Em um período notório após a apresentação do suicídio de um jovem em um seriado de tevê alemão, houve um grande aumento do suicídio de jovens, sem uma subsequente diminuição que o compensasse. As principais mortes adicionais foram sob trens, como no seriado de tevê (Schmidtke e Häfner, 1998)].

Uma segunda abordagem é acompanhar o desenvolvimento das crianças – para avaliar seu nível de agressividade quando eram pequenas, monitorar seu tempo assistindo tevê e, finalmente, reavaliar seu nível de agressividade. Isso demonstra que quanto mais tevê uma criança assiste, mais se torna agressiva. (Layard, 2008, p. 110)

A televisão interfere na nossa felicidade, também, na medida em que eleva os nossos padrões de comparação. Ela altera, de certa forma, nosso grupo de referência para comparações sociais. Questionamos nossas rendas<sup>19</sup> e relacionamentos comparando-os aos padrões da televisão<sup>20</sup>. Os telespectadores mais vitimados são as crianças, como relatado no item Desenvolvimento Sustentável.

Obviamente a televisão oferece vantagens, como o aumento do conhecimento, experiências e entretenimento. O problema concentra-se basicamente na frequência em que lhe assistimos e seu conteúdo<sup>21</sup>. Isso faz declinar a vida familiar e comunitária e estimula a criminalidade.

Mas, como poderíamos aumentar o nível de confiança nas pessoas e garantir a cooperação? Existem dois caminhos que pressupõem cálculo racional. O primeiro é via punição, pois partimos do princípio que o medo de ser punido inibe a criminalidade. O segundo caminho é voluntário, baseado na reputação. Temos consciência de que os efeitos de uma má reputação dificultam, por exemplo, conseguir um emprego. Cooperamos, na verdade, com a expectativa de recompensa.

Todavia, confiamos em um senso de justiça e cooperamos ainda com ele, uma vez que ele nos é embutido desde crianças. Dessa forma, encontramos satisfação por ser aprovados por pais e amigos e viver em harmonia. Atualmente, esse senso moral ultrapassa a fronteira das pessoas conhecidas, pois estamos constantemente mudando nossos relacionamentos. Ajudamos os estranhos, devolvemos uma carteira achada, porque temos conceitos formados do que é certo e errado, de justiça, direitos e deveres<sup>22</sup>. Fazer a coisa certa gera prazer, é o que demonstra o IRM.

O Estado pode ajudar na formação do capital social na medida em que elabora um bom planejamento do espaço físico. A alta mobilidade aumenta a desintegração familiar, pois onde existe uma rede de apoio social formada pelos pais e velhos amigos é menor a probabilidade de separação. A criminalidade é influenciada pela rotatividade de pessoas,

---

<sup>19</sup> “Foi estimado que uma hora a mais por semana vendo televisão faz você gastar 4 dólares a mais por semana para ter as mesmas coisas que as outras pessoas têm” (Layard, 2008, p.112).

<sup>20</sup> “A televisão nos leva às salas de estar dos milionários. Também exagera o número de milionários no lugar. Em 1982, quase metade dos personagens nos seriados do horário nobre eram milionários. Enquanto dois terços dos americanos reais são operários ou trabalham no setor de serviços, apenas 10% dos personagens de tevê trabalham nessas áreas. A propaganda tem efeitos parecidos, nos mostrando mundos em que os personagens tendem a viver melhor do que a média das pessoas” (Layard, 2008, p.111).

<sup>21</sup> “Curiosamente, quando a tevê foi introduzida pela primeira vez nos Estados Unidos, na década de 1950, não aumentou a violência. Isso ocorre porque naquela época o nível de violência na tevê era muito baixo. A tevê só tem um efeito se nos mostra algo diferente da nossa própria experiência” (Layard, 2008, p.110).

<sup>22</sup> “Ela [moralidade] varia muito entre as pessoas. Não é sentido por cerca de 1% que é psicopata ou não tem um senso moral” (Layard, 2008, p.125).

sendo mais baixa quando as pessoas confiam uma nas outras e quando há menos pessoas novas no local. “Um bom prognosticador de baixo índice de criminalidade é quantos amigos se tem em um espaço de 15 minutos de caminhada” (Layard, 2008, p. 211). A mobilidade também afeta as doenças mentais, ligadas no nível de confiança e heterogeneidade da comunidade. Segue um exemplo interessante ocorrida na Inglaterra:

No nível local, o bom planejamento pode reduzir os custos da mobilidade. No estado de Eastlake, em uma das novas cidades da Grã-Bretanha, os moradores dos andares térreos apresentavam altos índices de doença mental. Eles ficavam ansiosos porque todo mundo podia caminhar no espaço em frente de seus apartamentos. Como experiência, os planejadores fecharam a maioria dos caminhos que atravessavam o estado, de modo que agora qualquer pessoa do lado de fora da janela provavelmente era um vizinho. A doença mental caiu em um quarto. (Layard, 2008, p.212)

Outra política pública possível é fomentar as atividades culturais. Essa participação aumenta em 20% a possibilidade de conhecer várias pessoas na vizinhança, assim como aumenta em 60% a possibilidade de acreditar que a vizinhança é confiável<sup>23</sup>. Esporte e exercícios são juntos os maiores contribuintes para a participação social<sup>24</sup>.

## Saúde

Apesar de considerado importante pelas pessoas, a saúde não exerce um papel essencial na felicidade. Layard (2008) argumenta que isso se deve à capacidade de adaptação das pessoas às limitações físicas e, por outro lado, à superestimação dos indivíduos quanto à perda da felicidade quando este realmente experimenta limitações físicas.

Dentro da escala da felicidade, a “saúde subjetiva” caindo um ponto (em uma escala de 5 pontos) apresenta queda na felicidade de 6 pontos.

Todavia, dor crônica ou doença mental são de difícil adaptação. As doenças que vêm de dentro de si mesmo devem ser prioridades de governo. Alex Michalos (2004) aplicou um teste padrão na saúde subjetiva conhecido como SF-36 e descobriu que dentre oito tipos principais de problemas de saúde, a doença mental era a que mais prejudicava o indivíduo. A depressão explica muito mais sobre variação da felicidade do que a renda, ou seja, a depressão causa mais infelicidade que a pobreza. Constatou-se que as doenças mentais são provavelmente a maior causa de infelicidade das sociedades ocidentais.

<sup>23</sup> Resultado do *Taking Part Survey*, do Departamento de Cultura, Mídia e Esporte inglês, 2006, no *Public Service Agreements* 21, 2007.

<sup>24</sup> *Citizenship Survey*, CLG, 2001, no *Public Service Agreements* 21, 2007.

A incidência de doenças mentais é alta e, incluindo cerca de 15% de toda sociedade que sofre em algum momento depressão grave e incapacitante, um terço experimenta doença mental durante a vida, constatado a partir de dados dos EUA e Grã-Bretanha.

Mas quais são essas doenças? Os problemas mentais graves são a esquizofrenia, a depressão, o transtorno bipolar e as desordens da ansiedade (inclusive ataque de pânico, fobias, obsessões e ansiedade intensa ou generalizada) que atingem 1%, 15%, 1% e 13% da população por ano, respectivamente, segundo o *World Mental Health Survey Consortium* (2000) que inclui os EUA e 14 outros países. Os efeitos são terríveis tanto para quem sofre quanto para a família e amigos. Na esquizofrenia, por exemplo,

A maioria das pessoas com esquizofrenia que ficam sem tratamento se sente atormentada e perde o controle de aspectos importantes da realidade. Sofrem de delírios devastadores sobre si mesmas e outros que a “perseguem”. Muitas ouvem vozes que lhes transmitem mensagens ou dão ordens. Algumas têm alucinações visuais. Outras acreditam ser alguém diferente, como o papa. Esses delírios podem levar a comportamento violento; (...) qualquer um que já tenha visto um esquizofrênico gritando e batendo com o punho na cabeça jamais se esquecerá disso. Mas a maioria dos esquizofrênicos vai na direção oposta, uma forma de doloroso isolamento acompanhado de alguma forma de delírio. (Layard, 2008, p. 238-239)

Enquanto a esquizofrenia provoca distorções da realidade, a depressão causa distúrbio nas emoções. Esse sofrimento é percebido nas palavras do compositor Hector Berlioz:

“É difícil expressar com palavras o que eu sofri – as lembranças nostálgicas que pareciam arrancar meu coração do peito, a sensação horrível de estar só em um universo vazio, a agonia que me fazia tremer como se o sangue corresse gelado em minhas veias, o desgosto com a vida, a impossibilidade de morrer. Eu havia parado de compor: minha mente parecia enfraquecer à medida que meus sentimentos se fortaleciam. Eu não fazia coisa alguma. Só me restava uma capacidade – a de sofrer. O ataque me atingiu com espantosa força. Em minha agonia, fiquei gemendo no chão com os braços largados e estendidos, arrancando compulsivamente punhados de grama e margaridas inocentes e surpresas, lutando contra a esmagadora sensação de *ausência*, contra um isolamento mortal. Mas esse ataque não se compara com as torturas cada vez maiores que sofro desde então.” (Layard, 2008, p. 239-240)

O terceiro e mais permanente desses distúrbios é o transtorno bipolar.

Os bipolares alternam períodos de depressão e períodos mais curtos de mania, intercalados por períodos normais. Quando estão maníacos, ficam altamente excitados e, com frequência, dormem pouco. Iniciam projetos grandiosos – e então tudo vai por água abaixo. Um em dez comete suicídio. (...) Antes do advento do lítio [remédio utilizado para tratar a doença], um em cinco bipolares cometia suicídio. (Layard, 2008, p.240-251)

Por último, aqueles que sofrem de ansiedade extrema passam por

(...) medo extremo, ataques de pânico (quando freqüentemente acham que vão morrer) ou fobias (de sair, encontrar pessoas ou insetos). Um pouco parecidos são aqueles com desordem obsessivo-compulsiva, que passam horas por dia lavando as mãos ou verificando se a porta dos fundos está trancada. Essas condições podem ser paralisantes. (Layard, 2008, p. 241)

A partir dos anos 50 surgiram alternativas de tratamento para essas doenças, seja via drogas ou psicoterapia (terapia comportamental cognitiva), que, felizmente, esvaziaram os manicômios, apesar de, algumas vezes, apenas para cortar custos. Se aplicadas semanalmente, essas alternativas são eficientes em 60% dos casos, sendo a reincidência maior para os tratados por drogas. O importante é que têm a capacidade de tornar a vida do paciente normal, com resultados permanentes, e não são viciantes. Apesar de haver tratamento, poucas pessoas recorrem aos médicos e, dentre estas, nem sempre são corretamente diagnosticadas ou aceitam receber o tratamento. Se, na Grã-Bretanha, de cada 5 indivíduos com depressão grave apenas um recorre ao médico, a maioria medicada por um clínico geral, a situação no Brasil deve ser desastrosa.

Diante de um mal tão grave, não é possível que continuemos a tratar as doenças mentais marginalmente, destinando verbas baixas para tratamento e pesquisa<sup>25</sup>, enquanto gastamos muito mais com a pobreza, por exemplo.

### **Liberdade Pessoal**

Para mensurar a liberdade pessoal no *World Values Survey* três dimensões são cobertas: pessoal, política e econômica. Elas se dão por meio de uma medida sofisticada de qualidade do governo que reflete Estado de direito, estabilidade e falta de violência, o direito de opinar e a responsabilidade, a eficiência dos serviços públicos, a ausência de corrupção e a eficiência do sistema de regulamentação. A queda na felicidade relacionada à qualidade do governo<sup>26</sup> (compara-se os índices de Belarus 1995 e Hungria 1995) é de 5 pontos.

Fatores como liberdade e paz são valorizados principalmente na sociedade ocidental e isso reflete na maior infelicidade presente nos países sob regime comunista.

---

<sup>25</sup> “Se considerarmos todas as vítimas de doenças, inclusive de incapacidade e morte prematura, a doença mental é responsável por um quarto delas. Contudo, nos Estados Unidos, apenas 7% das verbas para a saúde são destinadas à doença mental, e, na Grã-Bretanha, apenas 13%. A parte das verbas públicas destinadas às pesquisas é ainda menor, 5%.” (Layard, 2008, p. 215)

<sup>26</sup> “Um estudo recente da democracia na Suíça produziu resultados notáveis. Em todos os cantões (ou regiões) suíços as políticas freqüentemente são decididas por meio de referendos. Mas em alguns cantões os cidadãos têm mais direitos de demandar referendos do que em outros. Ocorre que as pessoas são muito mais felizes onde têm mais direito a referendos. Se compararmos os cantões em que esses direitos são mais amplos com os em que são menos, a diferença na felicidade é tão grande quanto se a renda tivesse duplicado.” (Layard, 2008, p. 91)

## Valores Pessoais (Filosofia de Vida)

Esse aspecto da felicidade diz respeito à forma como as pessoas disciplinam suas mentes e seu humor e encontram, assim, fonte de conforto interior, pois “É óbvio que as pessoas são mais felizes se apreciam o que têm, seja o que for; se nem sempre se comparam com os outros; e se conseguem disciplinar seu próprio humor” (Layard, 2008, p. 92). Sir Henry Wotton faz uma descrição do homem feliz que exprime bem essa face dos valores pessoais:

Esse homem é livre de vínculos servis  
De esperança de subir ou medo de cair,  
Senhor de si mesmo, embora não de terras,  
E, apesar de não ter tido coisa alguma, tem tudo.  
(Sir Wotton, *The Character of a Happy Life*)

Essa “inteligência emocional” pode ser ensinada por pais e professores, conforme o psicólogo Daniel Goleman<sup>27</sup>. William Cowper<sup>28</sup> escreveu que “Como mostra a natureza, a felicidade depende menos de coisas externas do que a maioria das pessoas supõe”. Disciplinas mentais nos ajudam a assumir o controle da vida interior, treinar os sentimentos, evitando os sentimentos negativos e nos concentrando naqueles positivos.

São vários os instrumentos que nos permitem desenvolver a inteligência emocional. O budismo nos tem muito a ensinar a respeito de como lidar com os sentimentos de forma harmoniosa, explorando a compaixão, entendendo a raiva, transmitindo o bem e desenvolvendo o pensamento positivo. A meditação é a técnica para aumentar a força emocional e o conceito do fluxo é o aspecto central da filosofia budista. O budismo é, basicamente, uma prática psicológica e não vem de encontro à religião católica. Por exemplo:

Em um experimento recente, o psicólogo Jon Kabat-Zinn ofereceu um curso de meditação aos funcionários de uma corporação. Ele dividiu aleatoriamente os inscritos em dois grupos, colocando um deles em uma lista de espera para ter um grupo de controle. Ao outro grupo deu uma aula semanal de meditação, durante oito semanas. Esse grupo também deveria praticar sozinho todos os dias. A felicidade dos dois grupos foi medida tanto por questionário quanto por exame de EEG.

Os resultados foram notáveis. Quatro meses após o término do curso, as pessoas que o fizeram estavam visivelmente mais felizes. Se você imaginar uma classificação de cem pessoas, das mais infelizes para as mais felizes, o curso situou

---

<sup>27</sup> Daniel Goleman é um psicólogo americano nascido em 1946, doutor pela Universidade de Harvard em psicologia clínica e desenvolvimento pessoal. Tornou-se famoso pelo livro *Inteligência Emocional*. (Fonte: Wikipédia)

<sup>28</sup> William Cowper nasceu em 1731 e foi um dos poetas britânicos mais populares de sua época. Ele escrevia sobre as cenas cotidianas dos campos ingleses. (Fonte: Wikipédia)

as que contemplaram pelo menos vinte pontos acima segundo essa avaliação – um efeito surpreendente.

Portanto, a meditação faz bem ao espírito. Também é boa para o corpo. No final do curso, todos receberam vacina contra a gripe, independentemente de se tinham feito o curso ou não. Aqueles que o fizeram desenvolveram uma imunidade muito maior à doença.

Jon Kabat-Zinn não ficou surpreso com os resultados. Experimentos anteriores haviam mostrado como, durante a meditação, há mudanças no batimento cardíaco, no equilíbrio hormonal e nas leituras de EEG para medir a felicidade. O surpreendente no novo experimento foi a longa duração dos efeitos. (Layard, 2008, p. 217-218)

Outras religiões também possuem algum aspecto dessa tradição mística – apesar de mais incisivos na existência de uma conduta correta – que contribui para esse equilíbrio, como os Exercícios espirituais de Santo Inácio da Igreja Católica e os quackers no protestantismo. A abordagem básica dos bem sucedidos Alcoólicos Anônimos também segue a linha de ajuda por meio de um esforço consciente.

A psicologia oferece outros caminhos para o desenvolvimento da inteligência emocional. A Terapia Cognitiva, criada por Aaron Beck<sup>29</sup>, é um bom exemplo de técnicas prospectivas – que não enfatizam e retornam os traumas anteriores, como em Freud – para ajudar as pessoas. Ela procura cortar o ciclo vicioso de pensamentos automáticos auto-destrutivos e auto-reforçadores fazendo o paciente contestar todo o pensamento negativo. Sua eficácia é relevante para depressão, ansiedade ou ataque de pânico.

Outro caminho da psicologia é a psicologia positiva:

A idéia central é se concentrar nas verdadeiras fontes da autêntica felicidade – que incluem uma percepção de sentido na própria vida. A psicologia positiva sugere que nós nos concentremos nas áreas de vida onde podemos realmente florescer – isto é, em nossos pontos fortes. Para progredir, é mais importante desenvolver os pontos fortes do que combater os fracos. (Layard, 2008, p. 228)

Ligada a esse conceito de valores pessoais está a importância de se definirem objetivos e projetos na vida. Os objetivos dão sentido à vida. O economista Tibor Scitovsky concluiu, em 1970 com o livro *The Joyless Economy*, que a razão de ricos infelizes é o tédio. Isso ocorre porque não definiram objetivos de vida para além do trabalho e renda. É importante um objetivo para além de nós mesmos. Há momentos em que ficamos tão concentrados em algumas atividades – como ler um livro, ver um jogo – que não vemos o tempo passar. Tais momentos são importantes para a felicidade.

---

<sup>29</sup> Aaron Beck é um psiquiatra americano nascido em 1921. É professor emérito do departamento de psiquiatria da Universidade da Pensilvânia e considerado pai da terapia cognitiva e dos critérios de avaliação mundialmente utilizados. (Fonte: Wikipédia)

Todos esses valores refletem na forma de interação do indivíduo com a sociedade. Talvez, um dos fatores que o fazem gerar bem-estar seja porque o esforço para se sair bem causa muita ansiedade, ao contrário daquele esforço para fazer o bem ao resto do mundo. O objetivo da auto-realização é insuficiente para criar uma sociedade mais feliz. É fundamental que os valores pessoais criem um sentimento de responsabilidade com as outras pessoas. Existe, atualmente, um vácuo moral, pois o declínio do cristianismo ortodoxo e da solidariedade social não foi substituído com outras fontes de valores à altura. As condutas atuais preconizam a ‘seleção natural’ darwinista e a ‘mão invisível’ smithiana, ambos estimulam o egoísmo e a priorização dos próprios interesses para a formação de um mundo melhor. Acontece que, se não houver cooperação, nossa vida será como descreveu Hobbes “solitária, pobre, sórdida, brutal e curta” (Hobbes, 1651, cap.13).

Essa cooperação necessária não é a mesma a que Adam Smith se refere, aquela fruto de interesse próprio e configurada em uma troca numa economia de mercado. Devemos tentar fazer felizes as pessoas ao nosso redor e ficar felizes com o sucesso delas.

Na escala de felicidade da *World Values Survey*, pessoas que dizem não em vez de sim à pergunta “Deus é importante na minha vida” apresenta queda de 3,5 pontos na felicidade.

Depois dessa exposição, podemos perceber que todas as atitudes mencionadas podem ser aprendidas e praticadas, portanto, educação espiritual é um bem público. Recentemente, professores ensinam valores morais como tema de discussão e não verdades estabelecidas. Diante do benefício comprovado dos cursos bem planejados de inteligência emocional nas crianças, mesmo depois de dois anos, isso deve ser revisto. Layard defende uma disciplina escolar do primeiro ao décimo segundo ano que contenha:

- conhecer e controlar os sentimentos (inclusive a raiva e a rivalidade);
- amar e servir aos outros (incluindo exercícios práticos e aprendizado sobre modelos de papéis);
- apreciar a beleza;
- observar causas e curas de doenças, inclusive de doença mental, vício em drogas e álcool;
- amor, família e paternidade;
- trabalho e dinheiro;
- conhecer a mídia e a preservação dos próprios valores;
- compreensão dos outros e como se socializar;
- participação política;
- desenvolvimento de idéias filosóficas e religiosas. (...)
- exercícios físicos, que são bons para a saúde mental, e música e arte que nos dão habilidades muito valorizadas e que podemos usar durante toda a vida. (Layard, 2008, p. 231-232)<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> “Esta lista não é diferente da preparada por Daniel Goleman em seu *best-seller Inteligência emocional*” (Layard, 2008, p. 232)

Contudo, não tem como fazer esse experimento aleatório, somente em algumas cidades, pois a cultura jovem é forte demais e as atitudes são influenciadas pela sociedade. É necessário toda uma cidade ou um estado.

Muitas pessoas desacreditam no efeito dessas práticas mentais. Como então explicariam o efeito placebo? O que as curam são suas crenças.

### **3.2. Desenvolvimento Sustentável: a necessidade de uma “ecossocioeconomia”**

O desenvolvimento sustentável é um dos três principais eixos discutidos na literatura que procura medir o progresso socioeconômico e bem-estar. Seu debate é válido na medida em que as condições do meio em que vivemos impactam profundamente no bem-estar dos cidadãos, a exemplo da qualidade do ar, do aquecimento global, dos desastres naturais e dos efeitos na saúde. Também porque o planeta possui recursos naturais limitados – se considerarmos a maneira como eles vêm sendo explorados – para transformá-los em bens de consumo. Isso é evidente quando nos damos conta de que um terço deles foi consumido nas últimas três décadas<sup>31</sup>. É fundamental um sistema sustentável, que não comprometa a vida das próximas gerações.

O objetivo dos países não desenvolvidos é alcançar o padrão de vida dos países de primeiro mundo. Mas, caso a China atinja esse objetivo, o consumo mundial dobraria. Se todos os países em desenvolvimento o fizessem, seria como se o planeta fosse habitado por 72 bilhões de pessoas<sup>32</sup>. Obviamente, isso não implica necessidade de sacrifício eterno dos países pobres para manutenção do bem-estar dos países ricos. A questão é que o padrão de consumo almejado mundialmente precisa mudar, pois não se sustenta, como defendido pelo Prêmio Nobel de Economia, Edmund Phelps, apoiador do modelo solidário de economia. A dinâmica da economia de materiais é gerida, hoje, de forma linear – extração, produção, distribuição, consumo e tratamento de lixo – e não circular, como seria o sustentável num sistema de recursos finitos.

---

<sup>31</sup> Fonte: Documentário *The story of stuff*, 2007

<sup>32</sup> Fonte: jornal O Globo, 7 de maio de 2009

Nos Estados Unidos, de todo os produtos que circulam no sistema da economia de materiais, apenas 1% ainda são usados após 6 meses da compra. Isso implica 99% descartados no lixo. Os produtos não cabem nas casas americanas, apesar de elas terem duplicado de tamanho desde os anos 60. Cada americano, por exemplo, produz 2 kg de lixo por dia – o dobro de há 30 anos atrás – e, para cada saco de lixo descartado, outros 70 foram criados nos processos anteriores. Seria necessário de 3 a 5 planetas se todos consumíssemos ao ritmo americano, pois trata-se de 5% da população mundial utilizando 30% dos recursos mundiais<sup>33</sup>.

Essa extração desequilibrada gera outro problema, a migração em busca de trabalho. Calcula-se que hoje há cerca de 200 mil pessoas por dia se deslocando de ambientes que as sustentaram ao longo de gerações para as cidades. Além de romper laços entre as famílias e as comunidades, grande parte é obrigada a aceitar trabalhos mal remunerados e sem benefícios, exteriorizando os verdadeiros custos de produção<sup>34</sup>.

O consumo na atualidade está ligado intimamente à propaganda e à capacidade desta de alterar ou criar os gostos dos indivíduos. A forma como ele é incitado influencia no bem-estar, pois, além de informar a respeito do produto, o que é desejável, nos leva a pensar que necessitamos de algo antes não fundamental. Para aumentar o consumo<sup>35</sup>, dois processos distintos foram difundidos: obsolescência planejada, produtos criados para serem descartados (sacolas, copos, computadores – devido à tecnologia – etc.); e obsolescência perceptiva, quando um indivíduo é convencido de descartar um produto mesmo que ele ainda seja utilizável. A publicidade e a moda são grandes acentuadores do último tipo de obsolescência. Isso estimula o querer sempre mais e, conseqüentemente, a necessidade de trabalhar para produzir bens e serviços<sup>36</sup>.

Essa é uma das explicações para o declínio da felicidade nos EUA a partir da década de 50, momento em que explodiu a febre consumista. Na verdade, para aumentar o nível de consumo, os americanos trabalham cada vez mais e, conseqüentemente, possuem cada vez menos tempo livre para amigos, família etc. Analistas dizem que não se tem tão pouco tempo livre desde a Época Feudal e os americanos o gastam, principalmente, vendo televisão – reforçando o impacto da publicidade – e fazendo compras – com gasto de tempo três a quatro

---

<sup>33</sup> Fonte: Documentário *The story of stuff*, 2007

<sup>34</sup> Fonte: Documentário *The story of stuff*, 2007

<sup>35</sup> O aumento do consumo nos Estados Unidos foi, até certo ponto, planejado como alternativa à manutenção do crescimento no governo Eisenhower. Seu conselheiro econômico proclamou as seguintes diretrizes: “*our enormously productive economy (...) demands that we make consumption our way of life, that we convert the buying and the use of goods into rituals, that we seek our spiritual satisfaction, our ego satisfaction, in consumption (...) we need things consumed, burned up, replaced and discarded at an ever-accelerative rate*” (Victor LeBow, 1955)

<sup>36</sup> Fonte: Documentário *The story of stuff*, 2007

vezes maior que os europeus. Nesse país, cada indivíduo é bombardeado com mais de 3000 anúncios por dia, sendo que em um ano, as pessoas vêem mais publicidade do que viam em toda a sua vida há 50 anos<sup>37</sup>.

Esse efeito na criança é ainda mais profundo, pois o conteúdo comunicacional para a faixa etária de até 7 anos é emotivo e não racional, conforme o sociólogo doutor em Psicologia, Pedro Guareschi. Além disso, bastam apenas 30 segundos para uma marca influenciar uma criança segundo a Associação Dietética Norte Americana e Borzekowski Robinson. Hoje utilizam as crianças para atingir os adultos porque sabem que 80% da influência de compra dentro de uma casa vêm delas<sup>38</sup>. Percebemos, claramente nos comerciais, desenhos e mensagens direcionadas ao público infantil.

A criança é imatura e vulnerável e a maneira como a publicidade é veiculada, principalmente pela televisão, acaba por distorcer importantes valores da sociedade. Tanto o doutor em Ciências da Comunicação, Clovis de Barros Filho, quanto o professor titular em psicologia da USP, Yves de La Taille, atentam para a forma como o consumo está sendo absorvido pelas crianças: ele é pré-requisito para a inscrição ou aceitação na sociedade, é uma condição social que permite a ela acompanhar o grupo. Essa porta de entrada, que antigamente, era uma habilidade de jogar bola ou contar piadas, hoje é um tênis ou mochila. Jovens roubam para comprar um tênis importado não pelo fato de não possuírem um calçado, e sim porque se trata de um tênis importado. O celular, teoricamente desenvolvido para aproximar os indivíduos, passou a ser objeto diferenciador de pessoas – 48% das crianças de classe A e B o possuem em 2007, o dobro de 2002<sup>39</sup>.

Um fator agravante é que a televisão “conversa” com as crianças todos os dias – em especial as brasileiras que são as que mais assistem à TV no mundo, média de 4 horas, 51 minutos e 19 segundos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2005) –, já os pais conversam com seus filhos apenas à noite ou nos fins de semana. O reflexo do incentivo ao consumo proveniente da publicidade fica evidente em pesquisas que mostram o desejo de dinheiro das crianças, como a realizada pela *Cartoonnetwork* no Brasil com 500 meninas e 567 meninos em 2007. Diante da pergunta “O que você mais gostaria de ganhar no dia das crianças?”, o *ranking* foi 1º) MP3/MP4/Ipod, 2º) Dinheiro e 3º) Animal de estimação e 1º) *Video Game*, 2º) Dinheiro e 3º) MP3/MP4/Ipod, respectivamente.

---

<sup>37</sup> Fonte: Documentário *The story of stuff*, 2007

<sup>38</sup> Fonte: Pesquisa Interscience (outubro, 2003)

<sup>39</sup> Fonte: Pesquisa chamada *BrandChild* realizada pelo instituto internacional de pesquisas Millward Brown.

Testemunhos de alguns pais no documentário “Criança, a alma do negócio” afirmam que o consumo, no final das contas, torna-se fim e não meio de obter satisfação. Ou seja, compra-se pelo prazer de comprar. Isso é desastroso, pois incentiva o consumo desenfreado e as crianças começam a preferir comprar a brincar, caracterizando o encurtamento da infância. O efeito mais perverso é que esse estímulo da mídia não distingue classes econômicas, o mesmo desejo é implantado naqueles que possuem necessidades básicas. Para reforçá-lo, existem as redes sociais, isto é, as crianças em volta estão comprando e usando o anunciado.

E como os pais agem nessa situação? Muitos deles acabam por ceder aos pedidos dos filhos para compensar sua ausência ou evitar que a discussão se estenda, pois, normalmente, vêm de uma jornada cansativa de trabalho. Para suprir os pedidos dos filhos e seus próprios desejos (como já discutido na seção 4.1), os pais trabalham cada vez mais, intensificando o ciclo. Essa indústria bilionária – o mercado infantil no Brasil movimentava R\$130 bilhões em um ano<sup>40</sup> – que bombardeia a cabeça das crianças coloca, de certa forma, os filhos contra os pais, que agem como “vilões” ao negarem seus pedidos, parte fundamental do processo de educação. Isso tudo provoca grande insatisfação na criança, seja porque seu pedido é negado, seja porque a obtenção do bem não gera uma felicidade sustentável, pois, após um tempo (cada vez mais curto), o nível de felicidade volta ao que era antes da compra. Na verdade, o sistema como funciona hoje parece suscitar uma fonte de desejo insaciável e vazio de consumo.

Quanto à publicidade da indústria alimentícia dirigida ao público infantil no Brasil, 80% são de alimentos calóricos, com altos teores de açúcar e de gordura ou pobres em nutrientes. Isso, associado ao sedentarismo, explica em parte porque 30% da população infantil brasileira já estão com sobrepeso e 15% obesa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, 2006).

Os malefícios de uma mídia infantil não regulamentada – incentivo ao consumismo, obesidade infanto-juvenil, violência, encurtamento da infância, consumo precoce, estímulo a não se preocupar com o meio ambiente, conflito familiar, insatisfação – já foram objetos de discussão em outros países, que, a exemplo da Suécia, já completam dez anos de banimento de comerciais às crianças menores de 12 anos. Além dela, Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Dinamarca, Irlanda, Holanda, Grécia, Áustria, Noruega, Itália e Portugal já regularizam a publicidade em todos os tipos de mídia, proibindo seu direcionamento aos menores de determinada idade, restringindo horários, duração, conteúdos

---

<sup>40</sup> Fonte: Editora Abril – Revista Exame, 2004

(tipo de alimento, *merchandising* testemunhal) e publicidade nas escolas. No Brasil, existe lei que regulamenta publicidade infantil, mas ela não é cumprida.

Economistas respeitados, como o Ignacy Sachs, já teorizaram sobre o assunto e salientam a necessidade de modificar o sistema de valores em relação às atitudes de dominação frente à natureza para o alcance da chamada “ecosocioeconomia”.

Hoje, tanto a direita quanto a esquerda política colocam em cheque a legitimidade do crescimento fundamentado exclusivamente na eficácia. O professor do Instituto de Economia da Unicamp, Ademar Ribeiro Romeiro, contrapõe a afirmação de que crescimento econômico não é condição necessária e suficiente para o bem-estar apontando, dentre vários outros fatores, suas limitações quanto aos riscos ligados à qualidade dos produtos essenciais (a lógica da eficiência pautada na dinâmica de funcionamento das sociedades industriais modernas esbarra nos limites não previsíveis da ciência, a exemplo da vaca-louca). O homem parece ser, ao mesmo tempo, dominador e prisioneiro de uma mecânica em escala planetária. Nesse sentido, para compatibilizar desenvolvimento com gestão ambiental, devemos considerar seis interações das seguintes variáveis operacionais:

- 1) Estrutura de consumo: distribuição de renda e conjunto de valores reconhecidos pela sociedade.
- 2) Regime sócio-político: percepção dos custos sociais.
- 3) Técnicas empregadas: internalização da poluição (nível de despoluição e dano e técnica de produção).
- 4) Modalidades de utilização dos recursos naturais e da energia (desperdício de recursos raros, reciclagem e controle da taxa de obsolescência).
- 5) Modalidade de ocupação do solo: rotatividade de atividades.
- 6) Tamanho, ritmo de crescimento e repartição da população: não deve ser um pressuposto a correlação entre o tamanho da população e a pressão sobre os recursos naturais, basta ver o consumo dos poucos países ricos comparados ao dos países do terceiro mundo.

Uma nova escola de pensamento surgiu – e surge – no intuito de reverter o óbvio insustentável tratamento da economia de materiais de forma linear num sistema de recursos finitos. O ambiente deve passar a ser considerado uma dimensão do desenvolvimento, internalizado na tomada de decisão. Correntes chamadas de sustentabilidade e equidade, química verde, zero resíduos, produção em ciclo fechado, energia renovável e economias locais vivas apresentam alternativas para tornar esse sistema circular. Concomitantemente, alguns indicadores nasceram para mensurar a sustentabilidade das comunidades e o aparato

legislativo vem sendo aprimorado (desperdício de recursos raros, controle da taxa de obsolescência, reciclagem, etc.). Para Sachs, em umas das perspectivas de meio ambiente, o efeito do *habitat* total do homem – entendido como o meio natural, as tecno-estruturas criadas pelo homem e o meio social –, deve ser estudado sob as condições de vida e de trabalho assim como sob o funcionamento das empresas. Para tanto:

A qualidade do ambiente será, ao mesmo tempo, descrita com o auxílio de indicadores objetivos e apreendida no nível da sua percepção pelos diferentes atores sociais. Daí a necessidade de se elaborar um conjunto de indicadores, abrangendo desde medidas físicas e químicas da qualidade da água ou do ar, a enquetes psicossociológicas, passando pelas análises da disponibilidade e acessibilidade dos equipamentos coletivos, habitações e serviços sociais, o que implicar recorrer simultaneamente às estatísticas e aos orçamentos dos usos do tempo (*budgets-temps*. N.T) dos diferentes atores sociais. (Ignacy Sachs, Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento, 2007)

O primeiro indicador de sustentabilidade é o “Poupança Real” (*Genuine Saving*) do *World Bank* e ele inclui capital ou recursos naturais e uma simples medida de capital humano. Sua lógica consiste em que as nações devem manter a base do recurso total ou estoque de capital para alcançar uma trajetória sustentável de desenvolvimento no longo prazo. Esse é um indicador monetarizado calculado com base na poupança líquida (poupança bruta menos o consumo de capital fixo), somada aos gastos com educação, subtraída pelo consumo de recursos naturais (energia fóssil, recursos minerais e florestas) e avaliações monetárias dos danos causados pela emissão de  $CO_2$ . Há, implícita, a expectativa de que acumulação de capital humano e físico podem compensar perda de recursos naturais não renováveis, o que o torna um indicador fraco no quesito sustentabilidade e favorece países de alta renda. Sua aplicação foi feita em 140 países e mostrou que os 30 principais países em desenvolvimento apresentaram poupanças negativas, implicando redução dos recursos.

Em 2005, Wackernagel e Rees propuseram um indicador não monetário chamado “Pegada Ecológica” (*Ecological Footprint*). Sua unidade de medida é a superfície da terra habitável necessária para suportar os distintos níveis de vida de vários países. Em 2003, tanto Estados Unidos quanto a União Européia consumiam superfície maior que a sustentável por suas zonas geográficas, 9 e 5 hectares por habitante, respectivamente.

Numa esfera nacional, temos os Índice de Sustentabilidade Ambiental (*Environmental Sustainability Index*) e Índice de Performance Ambiental (*Environmental Performance Index*) desenvolvidos por pesquisadores americanos das Universidades de Yale e Columbia em 2000. O primeiro agrega 76 variáveis de 21 indicadores. Já o segundo é uma versão simplificada do

primeiro, com 16 indicadores politicamente orientados. A China também iniciou essa discussão, em 2006, com o *Green GDP Accounting Study*.

O *Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress* defende a necessidade de se calcular bem-estar e sustentabilidade separadamente, porque os considera negativamente correlacionados, isso é, se fundidos há perda de informação. “(...) *a high level of current well-being can be achieved at the price of lower sustainability; while conversely higher sustainability today may imply lower current well-being*” (p.12, 2008). O ideal é apresentar o nível de bem-estar e observar se ele é sustentável ou não. Vale enfatizar que, apesar de verdadeira na atualidade, o mais sensato é que essa correlação não exista. Isso seria alcançado através do desenvolvimento de novas tecnologias de produção e mudanças nos padrões de consumo, valorizando redução, reutilização e reciclagem dos produtos.

O crescimento sustentável é pauta de discussões importante<sup>41</sup>, pois é condição de sobrevivência e pode ser alcançado sem grandes traumas. É fundamental uma nova lógica de consumo e mudanças de prioridades. Diante do exposto, um governo que preze pela felicidade certamente deve considerar esse assunto, pois se trata de uma fonte de grande insatisfação.

### **3.3. PIB Ajustado: um objetivo em número**

A renda *per capita* ainda é a melhor *proxy* de bem-estar, apesar de toda as suas limitações já discutidas. Todavia, o Sistema de Contas Nacionais (SCN) – uma das bases indispensáveis para se medir o PIB – fornece outros indicadores que podem auxiliar sua mensuração.

Na perspectiva do bem-estar econômico, quatro limitações são identificadas no cálculo do PIB<sup>42</sup>, as quais algumas poderiam ser supridas pelo Sistema de Contas Nacionais:

- atividades domésticas são excluídas: o SCN inclui bens e serviços fornecidos gratuitamente ou subsidiados pelo governo ou provenientes de instituições não lucrativas fornecedoras de trabalhadores domésticos;

---

<sup>41</sup> “(...) *a joint initiative has been launched in 2005 by UNECE, OECD and Eurostat to provide a theoretical and conceptual framework on sustainable development indicators, and to better structure the work in these indicators in countries. The group will produce its final report in June 2008*” (*Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress, 2008, p.13*)

<sup>42</sup> *Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress, 2008.*

- exclusão de atividades não mercantilizadas: são excluídos serviços e bens providos pelo governo por considerá-los duplamente contados (incluídos no consumo final e também através da soma de seus custos, ou também como consumo intermediário) e de difícil mensuração monetária (não tem como saber se seu preço, refletido pelo custo marginal, corresponde à utilidade marginal dos consumidores e à qual índice deflator estaria sujeito). Essa última dificuldade pode ser abrandada de três formas: comparando o bem ou serviço com similar disponível no mercado; método de *input* (calculando o deflator de cada item que compõem o produto e depois somando-os); e método *output* (avaliando o volume produzido através de um indicador desse produto, por exemplo, número de alunos no serviço público);<sup>43</sup>
- desconsidera o efeito distributivo da renda: apesar de determinante para a felicidade, a distribuição de renda não é considerada. Tal conceito não está alinhado ao Utilitarismo Clássico de Bentham – em especial o discutido sobre justiça das políticas que priorizam a felicidade.
- o PIB mede flutuações e não estoque de riqueza: a capacidade de consumo não está captada na flutuação. Outros fatores, como variação nos preços dos ativos por reavaliações, trocas não incluídas nas transações econômicas (desastre natural, guerra, descobertas de recursos naturais) alteram o estoque de riqueza. O SCN dispõe de balanços que mensuram alguns elementos que influenciam o estoque de riqueza.

Uma nova forma de cálculo do PIB para revelar o bem-estar deve considerar aspectos da natureza humana antes ignorados (Layard, 2008):

- desigualdade: a renda extra é mais importante para os pobres do que para os ricos. É necessário atribuir pesos às perdas e ganhos dos pobres e dos ricos. A partir do século XIX economistas começaram a perceber que um real a mais para um pobre faz muito mais diferença do que um real a mais para um rico. Isso implica que a renda extra aumenta muito mais a felicidade de um pobre. Sendo esse benefício menor para os ricos, “se o dinheiro é transferido de uma pessoa mais rica para uma pessoa mais pobre, a mais pobre ganha mais felicidade do que a rica perde. Portanto a felicidade média aumenta”. Logo, “um país terá um nível mais alto de felicidade média se sua renda for mais igualmente distribuída – e tudo mais permanecer igual” (Layard, 2008

---

<sup>43</sup> “Differences can be significant. In his 2005 Review on the measurement of government output, Atkinson noted that, between 1995 and 2003, “the difference, for United Kingdom, between the input method (used by United States) and the output method used by United Kingdom [accounted] for nearly half the difference between the two countries’ published growth rates” (2.75% per year for UK; 3.25% per year for the US)” (Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress, 2008, p.5)

p. 74). Porém, transferir renda de um rico para um pobre requer um sistema de taxação ótimo onde a perda no crescimento da riqueza consequente dos impostos seja igual ao ganho de maior redistribuição, mesmo que um real para o rico valha menos do que para um pobre.

- efeitos externos: outras pessoas nos afetam indiretamente e não só através da troca. Essa interação de fatores deve ser levada em conta ao considerar o PIB como indicador de bem-estar:

Renda: se a renda das outras pessoas aumenta, eu fico menos satisfeito com a minha.

Trabalho: se meu amigo recebe um bônus por desempenho, eu acho que também deveria receber.

Vida familiar: se o divórcio se torna mais comum, sinto-me menos seguro.

Comunidade: se uma população transiente se muda para o meu bairro, tendo mais a ser assaltado.

Saúde: se mais redes sociais se formam em meu bairro, tendo menos a ficar deprimido.

Liberdade: se as pessoas não podem dizer o que pensam, empobreço.

Valores: se as outras pessoas se tornam mais egoístas, minha vida fica mais difícil. (Layard, 2008, p. 167)

- valores: nossas normas e nossos valores mudam, reagindo a influências externas, especialmente diante do valor que se dá à comparação social, ao dinheiro<sup>44</sup>, ao altruísmo, etc.
- aversão à perda: nós detestamos mais a perda do que valorizamos um ganho igual. Uma experiência do pesquisador Daniel Kahneman da Princeton University, único psicólogo que ganhou o Premio Nobel de Economia, descobriu que, para uma pessoa aceitar uma aposta de lançar uma moeda para o ar onde um dos lados a faz perder 100 libras, ela exigia que o outro lado a fizesse ganhar 200 libras, em média. Esse é apenas um exemplo, mas diversos outros estudos concluíram que perder desagrada em torno de duas vezes mais do que ganhar a mesma quantia.
- comportamento inconsistente: de muitos modos, nosso comportamento é inconsistente, seja pela incapacidade de prever sentimentos futuros, desinformação sobre riscos ou simples incapacidade de compreender números (probabilidades).

A manipulação das Contas Nacionais pode melhorar as *proxies* de felicidade. Ao contrário dos países desenvolvidos, que utilizam mais correntemente o Produto Nacional Bruto (PNB), no Brasil, costumamos nos referir ao Produto Interno Bruto, que indica mais

---

<sup>44</sup> “As pessoas que se importam mais com o dinheiro são menos felizes com uma determinada quantia do que as outras” (Layard, p. 170, 2008)

fielmente a renda disponível para a sociedade, pois inclui o fluxo de transferências global de empresas e trabalhadores não-residentes.

Um segundo ajuste possibilitado pelo SCN é a exclusão do consumo de capital fixo, nomeado Renda Nacional Líquida (RNL) ou Disponível (RND), conforme se considera PNB ou PIB, respectivamente. RNL é sistematicamente menor que PNB nos países da OECD, o que implica que apenas parte da renda gera felicidade. Todavia, dois fatores questionam a validade desse indicador: o consumo de capital fixo está sujeito às medidas de incertezas e a taxa de crescimento assim como o *ranking* de países da OECD são similares se compararmos RNL com PNB.

Outros cálculos são disponíveis pelo SCN, como os indicadores do setor doméstico, mas que também caminham conforme PNB *per capita*, apesar do *gap* entre eles. São eles: a renda doméstica disponível, que considera todas as rendas menos as transferências pagas; o gasto de consumo final; e o consumo real final, derivada da segunda mais transferência social recebida.

Também é possível utilizar o cálculo do PIB para medir bem-estar, ajustando-o por meio da exclusão de elementos que não contribuem para o bem-estar, e acrescentando aqueles que contribuem, através da atribuição de valor monetário a esses bens<sup>45</sup>. Economistas como Nordhaus e Tobim (1973) iniciaram o processo de ajuste do PIB levando em conta a qualidade ambiental e o lazer.

Seu ponto de início é o consumo doméstico. Dele são subtraídos componentes que não contribuem para o bem-estar (como baldeação e serviços legais) e acrescentado outros (como lazer e trabalhar em casa). O resultado é chamado de “Medida do Bem-estar Econômico” (*Measure of Economic Welfare – MEW*). O segundo passo implica torná-lo uma “Medida de Bem-estar Econômico Sustentável” (*Sustainable Measure of Economic Welfare – SMEW*) que considera a mudança no total de riqueza:

*To convert the MEW into the SMEW, an estimate of total public and private wealth is computed that includes reproducible capital, non reproducible capital (limited to land and net foreign assets), educational capital (based on the cumulated cost of years spent into education by people belonging to labour force) and health capital, based on a method of permanent inventory with a depreciation rate of 20% per*

---

<sup>45</sup> “In 2003, the United Nations, the European Commission, the International Monetary Found and the OECD finalised a Handbook on Integrated Environmental and Economic Accounting. While this handbook proposes a number of accounting frameworks, it also proposes methodologies for correcting national accounts aggregates for environmental degradations and resource depletion. The handbook does not provide empirical results and is limited to the environmental and resource aspects of correcting GDP.” (*Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress*, 2008 , p.7)

year. (*Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress*, p. 10, 2008)

Sua principal conclusão foi que o crescimento do Produto Nacional Bruto continua um bom guia para políticas públicas. Todavia, tal estudo foi considerado um ponto de partida. Cobb e Cobb (1994) aprimoraram o SMEW ou MEW criando o “Índice de Bem-estar Sustentável” (*Index of Sustainable Welfare – ISEW*) com a inclusão de dois aspectos:

- *An evaluation of natural resources depletion, measured as the investment necessary to generate a perpetual equivalent stream of renewable substitutes*
  - *The distribution of income (...)*
- (...) *the ISEW does not include any monetary evaluation of leisure time (...)*

*The ISEW can be summed up with the following simple formula:*

$$ISEW = C_{adj} + P + G + W - D - E - N$$

*where*

*C<sub>adj</sub> = consumer spending adjusted for inequality*

*P = public expenditures excluding defensive expenditures*

*G = growth in capital and net change in international position*

*W = non monetarised contributions to welfare*

*D = defensive private expenditures*

*E = cost of environmental degradation*

*N = depreciation of environmental capital base”*

*(Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress, 2008, p.10)*

O ISEW também é conhecido como *Genuine Progress Indicator (GPI)* e já foi medido para Estados Unidos, Canadá, Austrália, Áustria, Chile, Alemanha, Itália, Holanda, Escócia, Suécia, Reino Unido, Polônia e Bélgica. A conclusão mais importante é que ele se mostrou menor que o PNB ou mesmo declinante, reforçando que a renda gera bem estar até certo nível.

Percebemos, nesse último modelo, a preocupação com a distribuição de renda. Para corrigir a falha, a renda é multiplicada por 1 menos o Coeficiente de Gini. Portanto, quando a sociedade possui rendas *per capita* iguais, todo o consumo doméstico é considerado. Caso contrário, diante da concentração de renda em apenas um indivíduo, o consumo agregado não contribuiria em nada para o bem-estar global. Outra forma de ajustar as contas nacionais é atribuir pesos à renda média de cada décimo da distribuição de renda. O coeficiente que pondera os valores varia conforme a aversão à desigualdade de cada sociedade, sendo esse maior para sociedades com maior aversão, portanto, menor peso dado às rendas altas (Kolm,

1969). Certamente, os valores altos do coeficiente levariam a mudanças nos *rankings* dos países e afetariam a taxa de crescimento (Boarini *et al.*, 2006).

Outro procedimento interessante parte da análise de indivíduos com rendas equivalentes para permitir o estudo dos impactos das diferentes dimensões não econômicas (lazer, risco de desemprego, expectativa de vida, itens domésticos e sustentabilidade do meio ambiente). Ele agrega primeiramente as várias dimensões de bem-estar para indivíduos diferentes para depois agregar todos os indivíduos, enquanto a maioria combina as dimensões de bem-estar já agregadas entre os indivíduos.

No *Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress* encontra-se a aplicação de alguns indicadores provenientes das contas nacionais.

### 3.4. Condições de Vida

A bibliografia que trata da medição do progresso socioeconômico, felicidade ou bem-estar aparenta seguir as três grandes linhas discutidas acima: qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e PIB ajustado. Entretanto, como sua emergência e desenvolvimento se deram praticamente em países desenvolvidos, não podemos ignorar as diferenças de realidade com um país em desenvolvimento. Enquanto os US\$ 20 mil anuais *per capita* – limite de renda que interfere na felicidade – já foram alcançados por grande parte desses países, a realidade mineira é de US\$ 4.924 em 2006, menor, inclusive, que a renda média do Brasil, US\$ 5.740 no mesmo ano, e passando para US\$ 6.938 em 2007<sup>46</sup>. Os indicadores que avaliam dados agregados também são uma armadilha, pois distorcem os fatos haja vista a grande desigualdade de Minas Gerais. Por exemplo, o PIB a preços correntes de mercado dos 1.404 mil habitantes do Triângulo é de R\$17.011, enquanto os 982 mil habitantes do Jequitinhonha/Mucuri apresentaram renda de R\$3.602 anuais em 2005<sup>47</sup>.

Um quarto componente de análise e monitoramento é fundamental, portanto, para a garantia de que Minas se torne o melhor estado para se viver: condições de vida. Entende-se por condições de vida a manutenção dos elementos básicos para a garantia da vida, isto é,

---

<sup>46</sup> Centro de Estatística e Informações (CEI) da Fundação João Pinheiro (FJP), Perfil de Minas Gerais 2008.

<sup>47</sup> Centro de Estatística e Informações (CEI) da Fundação João Pinheiro (FJP), Perfil de Minas Gerais 2008.

assegurar que um bebê não morrerá de doenças evitáveis por meio de saneamento básico ou que a moradia de um indivíduo resistirá a uma chuva forte.

Toda a discussão já feita de qualidade de vida requer que as condições de vida sejam asseguradas. É utópico imaginar que se deva lecionar inteligência emocional se os alunos, apesar de frequentarem a escola, são analfabetos funcionais devido à qualidade da instituição de ensino, ou que devemos nos preocupar prioritariamente em garantir tempo livre a uma população com sua maioria de desempregados.

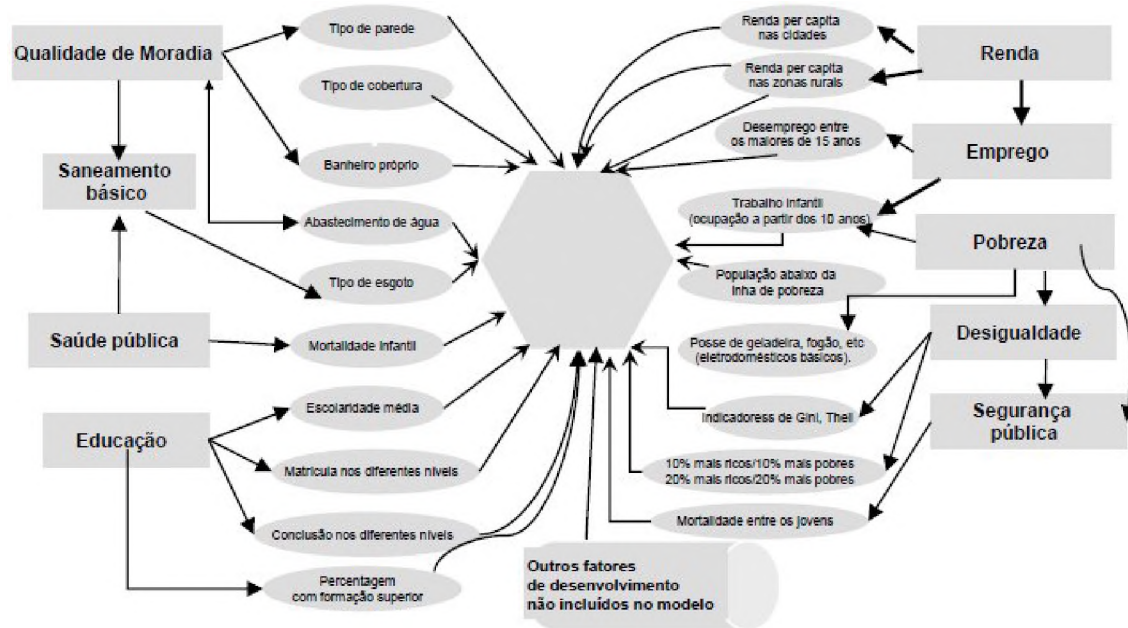
Quer dizer que ainda não podemos nos dar o luxo de sermos felizes? Óbvio que não. Isso não quer dizer que a condição de vida seja pré-requisito para a qualidade de vida. Pelo contrário. A qualidade de vida é prioritária, porém ambas as diretrizes de políticas devem caminhar juntas para garantir a felicidade. A condição de vida é fundamental na medida em que viabiliza a qualidade de vida. É mister a visão do sistema como um todo.

Diante das já discutidas limitações do PIB para explicar os fatores essenciais para o desenvolvimento, consideramos adequado adotar os Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico dos Estados Brasileiros (IDSE) para mensurar condições de vida. Tais indicadores foram resumidos em um indicador síntese<sup>48</sup>. Sua seleção foi por meio de uma metodologia estatística conhecida como análise de componentes principais (*principal component analysis* – PCA) em que é identificado “um fator explicativo latente, que pode ser entendido como um indicador do grau de desenvolvimento de uma sociedade, a partir de uma variedade de resultados do desenvolvimento socioeconômico que são diretamente observados” (FGV Projetos, 2008). São exploradas 8 dimensões do desenvolvimento socioeconômico decompostos em mais de 30 variáveis. Segundo os autores, “o indicador constitui uma boa medida de fatores ou variáveis não incluídos”, e também “as propriedades estatísticas da análise de componentes principais permitem interpretar o índice final com uma boa aproximação de outras variáveis de desenvolvimento, que podem não estar disponíveis estatisticamente, ou mesmo ser impossíveis de mensurar”. Segue sua síntese na Figura 3:

---

<sup>48</sup> Os Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico dos Estados Brasileiros (IDSE) foram desenvolvidos na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2008, pelos pesquisadores Fernando Blumenschein, Diego Navarro, Rafael Kaufmann e Rodrigo Dias.

FIGURA 3 – Síntese dos Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico dos Estados Brasileiros



O trabalho desenvolvido pela FGV comprova a viabilidade dos indicadores requeridos no nível das Unidades Federativas. Porém, sendo o Estado de Minas Gerais bastante desigual, o ideal é o cálculo dos IDSE por regiões e, se possível, municípios.

A avaliação dos IDSE pode ser feita tanto de forma estática, como um *ranking* em um determinado ponto no tempo (normalizado com média 50), ou dinâmica, isto é, a performance de cada Estado ao longo do tempo no período de 2001 a 2007. Também é possível e desejável observar a evolução dos subindicadores (as oito dimensões) e analisar quais deles contribuíram mais – e menos – para a evolução da condição de vida como um todo. Portanto, trata-se de um indicador síntese multifatorial eficiente e satisfatório para analisar as condições de vida e guiar os formuladores de políticas públicas. Uma constatação interessante do indicador, por exemplo, é que nos estados classificados de médio ou baixo desenvolvimento não existe relação clara entre crescimento econômico e desenvolvimento da sociedade. Por outro lado, a desigualdade de renda e as condições básicas de saneamento e moradia explicam grande parte da discrepância. (FGV-Projetos, 2008)

### 3.5. Monitoramento dos Valores da Sociedade e Aperfeiçoamento da Provisão de Bens Públicos

Nessa última, seção procuraremos identificar maneiras de o governo tornar a busca pela felicidade da sociedade um sistema contínuo, circular. A forma como percebemos as ações em outros países nos permite dividi-la em duas direções, 1) monitoramento dos valores da sociedade e 2) aperfeiçoamento da provisão de bens públicos, estes, portanto, o pilar final do sistema. Somente dessa forma, as ações do Estado estarão alinhadas às aspirações do povo.

A bibliografia utilizada para a definição das fontes de felicidade no trabalho se baseia principalmente no *World Values Survey*<sup>49</sup>. Certamente se trata de informações robustas que correspondem à realidade. Todavia não podemos negar seu caráter geral, isto é, ele é a síntese dos valores compartilhados por todo mundo e não é pormenorizado em questões particulares do Estado de Minas Gerais. A experiência internacional mais autêntica da primeira direção ocorre no Butão. No país existem órgãos específicos para tratar da felicidade que aplicam constantes questionários com a intenção de pormenorizar as especificidades dos indivíduos e monitorar o nível de bem-estar. Dessa forma eles descobriram, por exemplo, que a população rural teme muito mais fantasmas do que criminosos. Pode até parecer brincadeira, mas o fato é que uma política de esclarecimento sobre questões concernentes às assombrações seria muito mais eficaz em aumentar o bem-estar da população do que a ampliação do policiamento.

Outro país que se preocupa em avaliar essas questões é o Canadá por meio do *Personal Security Index (PSI) – A reflection of how Canadians feel*, índice que avalia a percepção da segurança pessoal nas dimensões econômica, física e da saúde. O peso dado a cada uma dessas dimensões foi fixado na primeira vez em que o questionário foi aplicado, refletindo a importância que os canadenses dão a cada uma delas<sup>50</sup>.

O *Canadian Council on Social Development (CCSD)* reconhece que o aumento do PIB, assim como a diminuição da taxa de criminalidade ou notícias de longas listas de espera para certas cirurgias, influencia na qualidade de vida canadense. Todavia, o CCSD queria

<sup>49</sup> O questionário está disponível no site <http://www.worldvaluessurvey.org/>.

<sup>50</sup> “As a first attempt towards this, we shall evocate the only index (to our knowledge) tackling this shortcoming, namely the Canadian personal security index. The relative importance of the three dimensions of the index (economic security, health security, physical safety) was based on a survey where people were asked to select the most important element within those three. The corresponding frequencies were used as weights for the three dimensions entering the overall index (0.55 for health, 0.35 for economic security, and 0.10 for physical safety)”. (*Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress*, 2008, p.15)

detectar a distância entre os noticiários diários, tendências empíricas e percepções, criando, assim, o PSI, ferramenta que mede anualmente as mudanças na sensação de segurança discriminado por região, gênero, grupo de idade e renda<sup>51</sup>. Ao combinar indicadores subjetivos e objetivos, ele detecta se as condições financeiras são consideradas suficientes para a sobrevivência e inclusão social dos indivíduos assim como a disponibilidade de recursos em caso de necessidades; se os canadenses desfrutam de uma boa saúde e confiam no acesso ao serviço de saúde necessário; e, por último, sua percepção de segurança diante do nível de criminalidade e acidentes. A análise dos elementos subjetivos é confrontada com a conjuntura econômica, social e política do país, sintetizada em 11 indicadores objetivos, como a taxa de desemprego e a evolução do PIB *per capita*. Para aprimorar o índice, foi acrescentada uma pergunta ao questionário que capta a sensação de controle sobre a própria vida. Os resultados apontaram para um crescente estresse e ansiedade (refletindo na percepção da saúde) consequentes da dificuldade de balancear compromissos do trabalho e da família.

Nos cinco anos de aplicação do questionário (1999-2003), a principal descoberta foi a discrepância entre a realidade e a percepção dos indivíduos, sendo a evolução dos indicadores objetivos muito maior que a dos indicadores subjetivos. Em alguns momentos, as evoluções desses índices eram, inclusive, opostas. Em geral, os canadenses estão mais ricos, com maior expectativa de vida, sujeitos a um número consideravelmente menor de doenças e diante de taxas decrescentes de criminalidade. Por outro lado, estão mais insatisfeitos com sua renda e saúde e mantêm o mesmo nível de sensação de segurança física.

*The message to policy makers is not that changes in certain data indicators make no difference, but rather that feelings of economic, health, and physical security are based on a wide variety of factors. Some of these factors may influence perceptions more than others – and perceptions, especially changes in perception, can flag real problems which must be addressed. (The Personal Security Index, Five Years Later, 2003, p.48)*

O importante na questão do monitoramento dos valores da sociedade é identificar aquilo que ela valoriza, ou seja, que lhe traz bem-estar, ou infelicidade, na sua realidade. No entanto, a percepção ou sensação também são fatores fundamentais para definir diretrizes políticas e níveis de bem-estar, e devem ser captados, a exemplo PSI canadense.

No que concerne ao aperfeiçoamento da provisão de bens públicos, exploraremos a idéia por meio da experiência de Bangalore, na Índia, que se estendeu para outros 23 estados indianos, Filipinas, Ucrânia e Vietnã.

---

<sup>51</sup> Ver Anexo I questionário completo.

A ONG *Public Affairs Centre* (PAC) criou o Cartão de Relatório do Cidadão (*Citizen Report Cards*) que funcionou como um importante veículo para a manifestação da sociedade a respeito das agências públicas e impactou consideravelmente na qualidade dos serviços, aproximando o governo do cidadão. Trata-se do *feedback* de alguns cidadãos quanto à percepção da qualidade do serviço público prestado e nível de satisfação coletados por questionários domésticos. Dentre os serviços estão fornecimento de água, energia, serviços municipais, transporte, habitação, telefone, bancos e hospitais. Uma vez coletados os dados, o PAC se ocupou em disseminar as descobertas da pesquisa (o que inclui *rankings* das agências), persuadir o governo quanto à necessidade de alterações conforme os resultados e ajudar aqueles departamentos que manifestassem desejo de mudanças. As ações do governo são pontuais e o aprimoramento do serviço é percebido de imediato pela população, pois foi ela que indicou as falhas. O sistema incentivou também a manifestação dos cidadãos.

O relatório cobriu os seguintes aspectos:

- a) *Overall public satisfaction (by agency).*
- b) *Dimensions of public satisfaction with respect to:*
  - *Staff behavior.*
  - *Quality of service.*
  - *Information provided.*
- c) *Speed money actually paid.*
- d) *The cost of compensatory investments made by citizens. (An Assessment of the Impact of Bangalore Citizen Report Cards on the Performance of Public Agencies, 2004, p. 3)*

Grande parte do sucesso do programa pode ser atribuída à publicidade dos resultados, pois estimulou mudanças nas agências com baixo desempenho, na sociedade civil e em pessoas-chave do governo. Percebemos a inclusão de competitividade no setor público e o conceito de cidadão-cliente, com o serviço orientado para o cliente.

A idéia básica por trás do Relatório é que os cidadãos, como os próprios usuário de bens e serviços públicos, podem prover melhor que ninguém as informações úteis quanto a sua qualidade e adequação e os problemas enfrentados diante dos prestadores dos serviços.

Não se pretende, na seção, fazer uma revisão bibliográfica acerca do monitoramento da performance do governo ou das maneiras empregadas para descobrir os valores da sociedade. O objetivo é enfatizar a necessidade de fechar o ciclo da busca pelo bem-estar. A definição dos objetivos do governo deve partir dessas constatações. Da mesma forma, o aprimoramento dos serviços deve considerar a opinião de quem o recebe. Mais uma vez, o grande diferencial da literatura a respeito do bem-estar é ser baseada em evidências e não em afirmações.

#### 4. INDICADOR DE BEM-ESTAR: REFLEXO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A mensuração do Produto Interno Bruto foi criada em 1930 para auxiliar as políticas que interferem na flutuação do emprego. Contudo, hoje ele é utilizado como medida de bem-estar e os países governam em função de aumentá-lo continuamente. A razão para tanto é de caráter individual – presumimos que as preferências não variam, portanto, mais dinheiro seria mais consumo e uma situação melhor – e também do grupo de indivíduos – os ganhadores compensam os perdedores, aumentando assim o bem-estar nacional, quando há crescimento econômico.

Mas, conforme discutimos rapidamente na Introdução, a renda *per capita* não capta perfeitamente o bem-estar. Suas restrições mais evidentes começaram a ser levantadas na metade dos anos 70, diante dos limites ecológicos ao crescimento e do aumento gradual da importância dada aos aspectos sociais e econômicos do progresso humano. Os precursores dessa idéia foram Nordhaus e Tobin (1973), como já dito, ao desenvolverem uma medida de bem-estar econômico ajustando o PIB. Porém, suas conclusões foram que, apesar de limitado, o PIB *per capita* ainda era um bom indicador de bem-estar. O foco em tal discussão foi desviado diante de outras prioridades que surgiram na época, como a estagflação e as altas taxas desemprego.

Nos anos 90, os questionamentos voltaram à tona, tendo como grande marco o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em conta, além da renda, a educação e a saúde, bem como com o debate de desenvolvimento sustentável da Agenda 21, no Rio de Janeiro em 1992, ambos fomentados pela Organização das Nações Unidas (ONU). O surgimento do IDH foi importante na medida em que difundiu um índice que abrange uma dimensão não econômica da qualidade de vida. Por ser regularmente calculado para vários países, permite acompanhamento e comparações periódicas. Todavia, ele sintetiza uma limitada quantidade de informação, sendo mais apropriado para abordagem de países em desenvolvimento. Além disso, felizmente, o Brasil alcançou o nível de IDH elevado, maior que 0,8 (0,807). É necessário ampliar a discussão.

A partir de então, surgiram iniciativas locais ou nacionais para o desenvolvimento de indicadores. No início dos anos 90, eram apenas dois (IDH e “*kids count index*”), ao final da década já se contabilizavam dez, em 2001-2002 por volta de trinta (Gadrey e Jany-Catrice, 2007) e esse número continua a crescer exponencialmente. Para ilustrar a evolução, existiam

quatro artigos a respeito em 1991-1995, mais de cem de 2001 a 2005 (Kahneman e Krueger, 2006), crescendo ainda mais de 2003 a 2006, 173 artigos (Clark, Frijters and Shields, 2006).

O *Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress* atribui o crescimento do interesse às limitações do meio ambiente, consequentes do crescimento econômico, cada vez mais evidentes e ao fim do processo de *catching up*<sup>52</sup> dos países desenvolvidos, que sustentou o crescimento do PIB consideravelmente nos últimos 30 anos. Esse período de menor crescimento regular trouxe mais insegurança econômica, expondo a população ao risco de desemprego, pobreza e piores condições de trabalho.

Outro estudo da Comissão Sarkozy<sup>53</sup> atenta para a necessidade de se pensar nos critérios de qualidade de vida no presente e não focar nas gerações futuras apesar de incluir o desenvolvimento sustentável da qualidade de vida.

Para expandir a análise conjuntural do bem-estar, normalmente se considera indicadores que avaliam a natureza multidimensional da noção de progresso social e econômico formando um “quadro de indicadores”. Recentemente, esses conjuntos de indicadores apresentam três pontos semelhantes: forte ênfase nas condições ambientais, desenvolvimento sustentável; desenvolvimento participatório, em nível local para mobilizar ações numa questão específica; e moldado para as necessidades dos *policy makers* (por exemplo, nos países da OECD, para condições sociais o *Society at a Glance*, condições ambientais o *Key Environmental Indicators*, condições econômicas o *Going for Growth*, indicadores-chave econômico, social e ambiental o *Factbook*).

O primeiro esforço bem sucedido foi o quadro de indicadores norte-americano *US President's Research Committee on Social Trends* (1993) apesar da tentativa de países da OECD em organizar indicadores sociais na década de 70. Também existem aqueles desenvolvidos por pesquisadores, como o *Calvert-Henderson Quality of Life Indicators*<sup>54</sup>, ou pelo sistema oficial de estatística de um país, por exemplo, o *Measures of Australia's Progress*<sup>55</sup>.

Esse tipo de quadro tem vantagens, como viabilizar a identificação de grandes diferenças entre performance econômica e condições sociais, suas evoluções e possíveis relações de causalidades. Mas também apresentam desvantagens, haja vista a aleatoriedade

<sup>52</sup> Processo de alcance do nível de industrialização das economias desenvolvidas.

<sup>53</sup> *Issue paper*, 2008.

<sup>54</sup> Inclui as seguintes dimensões: educação, emprego, energia, meio ambiente, saúde, direitos humanos, renda, infra-estrutura, seguridade nacional, segurança pública, recreação e habitação (desabrigados).

<sup>55</sup> Inclui quatro dimensões principais: 1) indivíduos (saúde, educação e treinamento, trabalho); 2) economia e recursos econômicos (renda nacional, miséria econômica, riqueza nacional, habitação, produtividade); 3) meio ambiente (paisagem natural, ar e atmosfera, oceano e estuários); e 4) convivência (família, comunidade e coesão social, crime, demografia, governo e cidadania).

em que são escolhidos, em condições específicas de um lugar e tempo e risco de dupla contagem. Elas não consideram uma teoria de bem-estar nem apontam o que deveria ser feito ou *trade-offs* das políticas.

O ideal é um número para rápida análise e comparação que inclua vários indicadores, os chamados “indicadores-síntese”. Eles são de fácil implementação e relativamente simples, pois não demandam precificação, como os ajustes do PIB. Todavia, sua seleção também tem natureza *ad hoc* e não há uma base normativa para o estabelecimento de pesos. Em alguns casos eles são estabelecidos conforme a importância relativa que os entrevistados atribuem a eles, como no caso do PSI canadense.

Em um dos documentos elaborados pela Comissão, uma ressalva importante é salientada a respeito de indicadores-síntese:

*A problematic feature of these indicators is that they are not individualistic. That is, they do not form an aggregate of individual indexes, but instead add up social indicators for various domains of individual well-being. Consider for instance health and income. Adding up a social index of health (e.g., average life expectancy at birth) with a social index of income (e.g., GDP), as is done in the HDI, gives the same result for societies having the same value for both indexes, independently of the correlation between health and income at the individual level. If one thinks that such a correlation is important, because a society with no correlation is better than a society in which being richer implies being healthier, one cannot rely on these summary indicators.<sup>34</sup> Assuming that information about this correlation is available, one can of course use it as an additional component of the summary indicator, but it should be clear that it is a much more satisfactory procedure to evaluate situations at the individual level before going up to social summaries. (Individual well-being and social welfare: Notes on the theory, p.22, 2008)*

O IDH, como citado, leva em conta os elementos considerados fundamentais para o desenvolvimento e progresso humano: PIB *per capita*, saúde (expectativa de vida) e educação (taxa média de alfabetismo de um adulto – 2/3 – e taxa de matrícula do primeiro, segundo e terceiro nível de ensino – 1/3). Todavia, sua formulação quantitativa é relativamente frágil, pois admite pesos iguais aos três elementos considerados e também é bastante limitado no sentido de orientar políticas de desenvolvimento para um país. Para combinar as unidades dólar, ano e porcentagem:

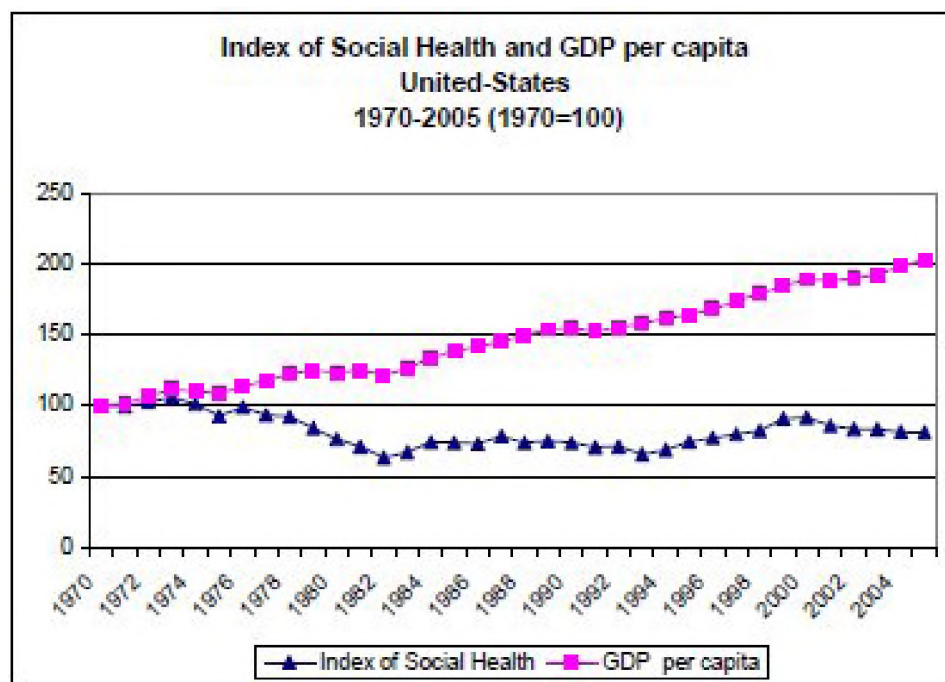
*The HDI methodology is based on re-scaling each dimension relative to its most likely range of variation (but it could have been set from historically observed values). Maximum and minimum values for life expectancy are set at 85 and 25 years, respectively, so that the re-scaled index of life expectancy is e.g. 0.916 for an observed level 80 years. The educational index is scaled along the full range available for a percentage, namely [0; 100]. Finally, GDP per capita in PPP (in log) is scaled relatively to a minimum of 100 \$ and a maximum of 40 000 \$. For countries whose GDP per capita exceeds the 40 000 \$, their GDP index is set to 1. The Log function is adopted to characterize the assumed decreasing effect of GDP*

on and well-being as GDP increases. (*Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress*, p.13, 2008)

O *ranking* de países com base no IDH é bastante diferente daquele com base na renda *per capita*, assim como nos estados o Brasil.

Outro exemplo predecessor foi o Índice da Saúde Social (*Index of Social Health – ISH*) dos Estados Unidos, elaborado por M. e M-L Miringoff. Tal índice procura avaliar a saúde social em todas as etapas da vida dos norte-americanos e é formado por 16 indicadores: mortalidade infantil, pobreza infantil, abuso infantil, suicídio de jovens, abuso de drogas na adolescência, evasão escolar, desemprego, salários, cobertura do seguro-saúde, pobreza entre os idosos, custos de saúde fora do orçamento para idosos, homicídios, fatalidades de trânsito relacionadas com o consumo de álcool, alimentos subsidiados, habitações acessíveis e desigualdade de renda. O ISH demonstra a disparidade crescente entre seu valor e o PIB *per capita*, como observado no Gráfico 3. Similarmente, existem indicadores de bem-estar no Canadá (*Personal Security Index*, desde 1998) e na França (BIP40) que concluem a mesma disparidade do indicador americano.

GRÁFICO 3 – Índice da Saúde Social e PNB *per capita* (USA) – 1970-2005

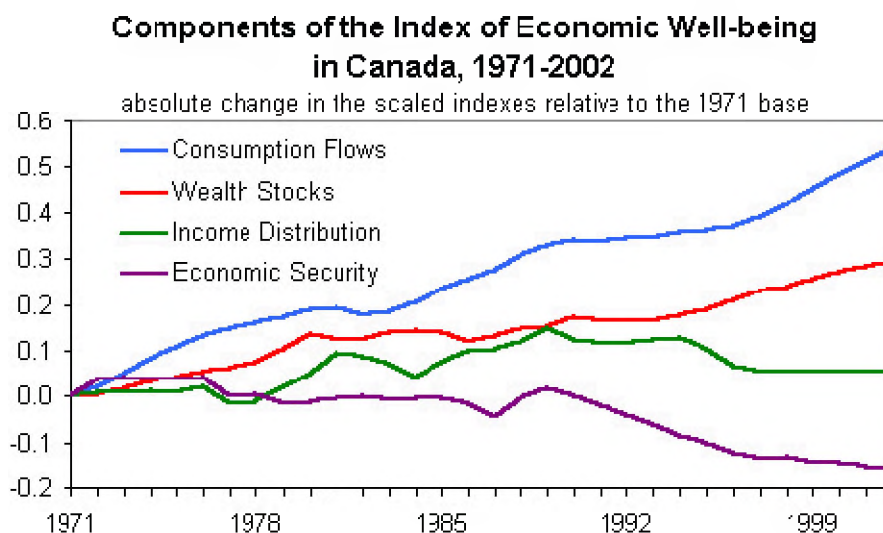


Fonte: M & M. L Miringoff, *Institute for Innovation in Social Policy*, no *Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress*, p.48, 2008

Também podemos citar o Índice de Bem-estar Econômico (*Index of Economic Well-being*) elaborado por L. Osberg e A. Sharpe (2002), que mescla indicadores de prosperidade corrente, acumulação sustentável, questões sociais e ambientais (custo *per capita* de

$CO_2$  emitido, estoque de P&D, Coeficiente de Gini, medida da intensidade da pobreza – Índice Sen-Shorrocks-Thon –, desemprego, doença, pobreza em situações com somente pai ou mãe e pobreza entre os idosos)<sup>56</sup>. No Gráfico 4 está sua evolução da década de 70 até os anos 2000.

GRÁFICO 4 – Componentes do Índice de Bem-estar Econômico no Canadá – 1971-2002



Fonte: Lars Osberg & Andrew Sharpe, *Center for the Study of Living Standards*, no *Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress*, 2008, p.49.

Poucos indicadores consideram os fatores subjetivos de bem-estar ponderados pela preferência dos indivíduos. O indicador desenvolvido por Veenhoven e Kalmijn é uma exceção. Ele é baseado no significado e na distribuição de variância de questões acerca de qualidade de vida em geral. Outros combinam fatores subjetivos e objetivos, como os dois índices propostos por Diener (1995), *Advanced Quality of Life* e *Basic Quality of Life*, para países desenvolvidos e em desenvolvimento, respectivamente, e o *Happy Life Expectancy*, desenvolvido por Veenhoven (1990).

Diante de todo o exposto, defendemos que os indicadores que melhor monitorariam o bem-estar de uma sociedade são aqueles ligados às fontes de felicidade aqui descritos: relacionamentos familiares, situação financeira, trabalho, comunidades e amigos, saúde, liberdade pessoal e valores pessoais. Vale salientar que o foco desses índices está dentro do contexto em questão. Por exemplo, certamente o número de parceiros comerciais de um país,

<sup>56</sup> “Their costs are estimated as the probability of being in that condition times the financial compensation provided by the welfare system. For instance, unemployment risk is evaluated by multiplying the unemployment rate by the average income replacement rate for unemployed people. Normalisation of each dimension is handled as usual through linear scaling over the historical range of values observed for all the countries considered by Osberg and Sharpe (nine OECD countries) and aggregation relies on equal weights”. (*Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress*, 2008, p.14)

assim como a taxa de câmbio, influenciam no PIB total que, por sua vez, irá alterar a renda *per capita*. Contudo, não são índices que alteram o nível de bem-estar diretamente. As questões relevantes para “situação financeira” dizem respeito, dentre outros fatores, à segurança no emprego e à capacidade de manter o mesmo nível de vida com o envelhecimento. Ou seja, taxa de desemprego e abrangência da assistência social, como seguro-desemprego e aposentadorias, dizem muito mais a respeito do nível de felicidade. Também percebemos fundamental, para a garantia da vida, o monitoramento de indicadores de desenvolvimento sustentável assim como de condições de vida.

Seguindo esse raciocínio, fizemos um filtro das variáveis de 26<sup>57</sup> indicadores ou quadro de indicadores que melhor poderiam mensurar essas dimensões. Algumas delas foram agrupadas porque os indicadores influenciam ambas. Sua classificação procura enquadrá-lo naquela considerada de maior relevância. Na segunda coluna selecionamos indicadores disponíveis para o Estado de Minas Gerais que poderiam refletir as dimensões, expostos adiante nos Quadros 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

A intenção não é definir precisamente os melhores indicadores de felicidade e sim suscitar sua discussão e esboçar uma direção para tais índices. Portanto, os indicadores disponíveis para Minas Gerais nem sempre satisfazem as condições para monitoramento, como periodicidade e defasagem no tempo. É indispensável ressaltar que os resultados do *Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress* apontam para uma correlação clara entre o desenvolvimento de medidas de progresso sócio-econômico e o lançamento desses processos políticos. Por isso, a grande importância de discuti-los e desenvolvê-los no Estado de Minas Gerais.

QUADRO 2 – INDICADORES DE SITUAÇÃO FINANCEIRA E TRABALHO

Exemplos	Disponíveis para Minas Gerais
Renda Disponível (salário+transferências+investimentos-imposto de renda); <i>Gap</i> de Pobreza (dinheiro necessário para trazer até a linha de pobreza todos aqueles que se encontram abaixo dela); Taxa de Desemprego de Longo-prazo (proporção das pessoas desempregadas há mais de 12 meses); Segurança Social (percentual de desempregados que recebem seguro-desemprego); Assistência social (benefício para pai ou mãe solteiro(a) que vive em cidade grande com um filho); Benefício Social (nível do benefício como percentual da linha de pobreza); Vulnerabilidade Financeira (razão do total dos empréstimos hipotecários e de dívida de consumo pelo total do renda disponível); Auto-suficiência (taxa de desemprego, proporção da população em casas onde ninguém trabalha, escolaridade média, performance média de um aluno aos 15 anos); Produtividade do trabalho (normal, conforme	Consumo residencial <i>per capita</i> de energia elétrica ( <i>proxy</i> de renda disponível); Rendimento médio do setor formal; PIB <i>per capita</i> ; Razão de dependência; Taxa de fecundidade; Proporção de pobres; Razão da renda; Taxa

<sup>57</sup> Todos presentes no *Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress*(2008), mais o *Public Service Agreements* (2007).

<p>ciclo econômico e comparada internacionalmente – por trabalhador e por hora trabalhada); Desemprego regional; Média de horas/ dia trabalhadas; Taxa de risco de pobreza após transferências sociais; ); Renda adequada às necessidades; Medo de perder o trabalho em dois anos; Confiança em achar um emprego em 6 meses, se desempregado; Confiança no governo quanto aos programas de salário na renda para manter a renda; Contar com família ou amigos em caso de instabilidade financeira; Sustentabilidade baseada somente na própria poupança; Taxa de extra-emprego (pessoas que trabalham, mas desejam trabalhar mais); <i>Gap</i> entre a taxa de emprego geral e de grupos excluídos (pessoas com deficiência, pais solteiros, minorias étnicas etc.); Número total da PIA fora dos benefícios trabalhistas; Total do tempo gasto pelas pessoas com os benefícios trabalhistas; Auxílio para inválidos e doentes; Indicador da legislação de proteção ao trabalho; Benefícios fora do trabalho; Taxa de substituição de pensão de idosos; Greves; Taxa de dependência; Percentual de jovens de 16 a 18 anos fora de instituições de ensino, treinamento ou trabalho; Percentual de pensionistas com baixa renda.</p>	<p>de desemprego por idade e sexo; Média de horas/ dia trabalhadas; Coeficiente de Gini; Participação do Grande Norte no ICMS arrecadado em MG; Proporção de indigentes (MG e RMBH); Proporção de pobres (MG e RMBH).</p>
--	---

QUADRO 3 – INDICADORES DE COMUNIDADES E AMIGOS E  
RELACIONAMENTOS FAMILIARES

Exemplos	Disponíveis para Minas Gerais
<p>Taxa de Acidentes de Trabalho (número de acidentes por mil trabalhadores); Taxa de acidentes de trânsito (número de acidentados no trânsito como proporção da população do país); Nível de confiança em pessoas e instituições; Número de Instituições de Estrutura de Suporte; Taxa de crimes violentos; Taxa de crimes contra o patrimônio; Taxa de Vitimização; Taxa de Encarceramento; Reincidência criminal; <i>Gap</i> Salarial por Gênero (<i>proxy</i> de confiança); Respeito às Religiões; Contatos Sociais; Rede de Contatos; Interesse em Política; Acesso aos Serviços Públicos; Satisfação com Serviços Públicos; Proporção dos trabalhadores de meia-jornada; Percentual de pessoas que participam de atividades culturais ou de esporte; Taxa de fertilidade; Casamento e divórcio; Mães em trabalhos remunerados; Custo na infância; Fertilidade atual e desejável; Formação de uniões; Atitudes diante de questões familiares e de gênero; Pobreza em caso de pais solteiros; PIB do turismo; Taxa de homicídios intencionais; Benefícios não mercadológicos do capital social; Capital social real <i>per capita</i>; Taxa de crime violento (geral e mais sérios); Taxa de crime contra a propriedade (geral e mais sérios); Percepção do risco de crime violento na vizinhança; Percepção do risco de crime violento contra a propriedade na vizinhança; Percentual de pessoas que acreditam que pessoas com diferentes trajetórias de vida se dão bem na localidade; Percentual de pessoas que interagiram significativamente com outras pessoas com diferentes trajetórias de vida; Percentual de pessoas que se sentem pertencentes à vizinhança; Proporção de pessoas jovens utilizando frequentemente drogas ilícitas, álcool e substâncias voláteis; Gravidez na adolescência; Número de entrantes primários no sistema de justiça criminal na idade de 10 a 17; Proporção das pessoas maiores de 65 anos satisfeitas com a habitação e a vizinhança; Percepção de comportamento antissocial; Número de usuários de drogas registrados em tratamento efetivos; Taxa de</p>	<p>Conselho de Educação atuante; Conselho de Saúde atuante; Existência de 2 conselhos atuantes, além de Educação e Saúde no município; Existência de pelo menos um equipamento de esporte e lazer no município; Gastos com desporto e lazer no município; Taxa específica de fecundidade; Taxa de mortalidade específica (homicídio, acidente de transporte, causas de intenção indeterminada, agressão); Mulheres chefes de família com filhos menores de 15 anos; Taxa específica de fecundidade (por faixa etária); Taxa de evasão das Oficinas de Esporte; Percentual de alunos das Oficinas de Esporte participantes de Competições Referências em MG; Acidentes nas rodovias estaduais e federais delegadas; Taxa de homicídio; Taxa de crimes violentos contra o patrimônio; Taxa de crimes violentos; Nível de satisfação do turista dos Circuitos Turísticos; Público visitante dos equipamentos do circuito cultural Praça da Liberdade; Proporção de</p>

internação hospitalar relacionado ao álcool; Percentual da população que percebe usuários de drogas e traficantes, bêbados e desordeiros como sendo um problema em sua área.	emprego formal da RMBH em atividades típicas de turismo.
--	--

QUADRO 4 – INDICADORES DE VALORES PESSOAIS E LIBERDADE PESSOAL

Exemplos	Disponíveis para Minas Gerais
Taxa de suicídio; Participação em Atividades Voluntárias; Percentual de pessoas que sentem que podem influenciar nas decisões da localidade; Prosperidade do 3º setor; Peso da regulação nos procedimentos dos negócios; Barreiras as empresas; Barreiras a entrada; Barreira ao investimento direto estrangeiro; Regulação (transporte; energia; correio e telecomunicação); Divisão do mercado; Voto; Confiança nas instituições políticas; Nível de Corrupção (diferença do preço estipulado pelo serviço ou bem e preço pago, suborno); Aderência das Regras Legais; Cultura; Inatividade jovem; Satisfação da vida; Nível de escolha, controle e flexibilidade que viabilizam vida independente; Participação política das minorias étnicas, mulheres, pessoas com deficiência e jovens; Isonomia no tratamento recebido pelos serviços disponíveis.	Taxa de suicídio; Percentual de municípios com articulação intermunicipal; Gestão e preservação do patrimônio histórico; Existência de biblioteca no município; Existência de outros dois equipamentos culturais, exceto biblioteca no município; Gasto <i>per capita</i> em difusão cultural no município; Tempo para abertura de empresas; Número de projetos aprovados nos programas de incentivo à Cultura da SEC e FCS.

QUADRO 5 – INDICADORES DE SAÚDE

Exemplos	Disponíveis para Minas Gerais
Anos Potenciais de Vida Perdidos (quociente do total de anos de vida perdidos depois dos 75 anos e a proporção da população abaixo dos 75 anos); Condições de saúde (expectativa de vida ao nascer, expectativa de vida saudável ao nascer – ex. lifespan without disabling medical condition); Anos Potenciais de Vida Perdidos resultado de acidentes ou doenças preveníveis; Nível de obesidade; Falta no trabalho devido a doenças; Indicadores de doenças crônicas; Indicadores de doenças mentais; Vida estressante; Confiança no acesso aos serviços de saúde; Nível de obesidade infantil; Saúde emocional e bem-estar ( <i>surveys</i> ); Evolução do Serviço para a saúde mental de crianças e adolescentes; Percentual de crianças que sofreram assédio moral; Percentual de crianças encaminhadas à assistência social e receberam uma avaliação em 7 dias úteis; Internações hospitalares de emergência causadas dor lesões não intencionais e intencionais em crianças e jovens; Morte infantis evitáveis; Proporção de pessoas com depressão e/ou desordens de ansiedade, no qual são oferecidos terapias psicológicas.	Taxa de prevalência de fumantes regulares de cigarros; Taxa de prevalência de excesso de peso; Taxa de prevalência de consumo excessivo de álcool; Taxa de prevalência de atividade física insuficiente; Taxa de prevalência de hipertensão arterial; Cobertura de planos de saúde; Distância percorrida para internação de média complexidade – todos; Percentual das internações por transtornos mentais e comportamentais e Faixa etária; Evolução das Unidades de serviço de apoio de diagnose e terapia e público atendido; Número de internações na Psiquiatria; Esperança de vida ao nascer e aos 60 anos.

Seguindo esse mesmo raciocínio, prosseguimos com os indicadores de condições de vida e desenvolvimento sustentável. Não discorreremos acerca do Monitoramento dos Valores da Sociedade e Aperfeiçoamento da Provisão de Bens Públicos, porque extrapola as intenções do trabalho.

QUADRO 6 – INDICADORES DE CONDIÇÕES DE VIDA

<b>Variáveis finais do modelo IDSE</b>		<b>Disponíveis para Minas Gerais</b>
Qualidade de moradia e Saneamento básico	Percentagem de domicílios no estado com parede de alvenaria e fator de ajuste; Percentagem de domicílios no estado com cobertura do tipo laje e fator de ajuste; Percentagem de domicílios no estado com acesso à luz elétrica e fator de ajuste; Percentagem de domicílios no estado com coleta de lixo; Percentagem de domicílios no estado com acesso a banheiro; Percentagem de domicílios no estado com banheiro próprio; Percentagem de domicílios no estado com acesso à rede de esgoto e fator de ajuste; e Inverso da quantidade média de pessoas por domicílio.	
Posse de eletrodomésticos básicos	Percentagem de domicílios no estado com fogão (seja de uma ou duas bocas); Percentagem de domicílios com geladeira; Percentagem de domicílios com computador; e Percentagem de domicílios com máquina de lavar.	
Educação, trabalho e emprego	Anos de estudo (média do estado); Percentagem da população acima de 10 anos alfabetizadas; População acima de 15 anos alfabetizada (razão de Mills invertida); Percentagem da população que escapa à mortalidade infantil; Defasagem escolar; Mortalidade infantil (razão de Mills invertida); Taxa de conclusão do ensino superior; Percentagem da população infantil que não trabalha; e Percentagem da população adulta empregada.	
Renda e desigualdade	Renda total nas áreas urbanas do estado; Renda total nas áreas rurais do estado; Renda por domicílio nas áreas urbanas; Renda por domicílios nas áreas rurais; Renda do trabalho principal do domicílio; Inverso de Gini; Percentagem da renda apropriada pelos 99% mais pobres; Percentagem da população acima da linha de pobreza; e Percentagem da população acima da linha da indigência.	

QUADRO 7 – INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

<b>Exemplos</b>	<b>Disponíveis para Minas Gerais</b>
Emissão de $CO_2$ (total do país, <i>per capita</i> , por 1\$ PIB e até 2050); Desperdício municipal (total e intensidade); Índice de gases que provocam o efeito estufa; Índice do consumo aparente de substâncias prejudiciais a camada de ozônio; Taxas de conexões de tratamento de água usada; Intensidade de uso (água, floretas, peixes, energia); Proporção de terras coberta por florestas; Proporção do estoque de peixes localizados em limites biológicos seguros; Proporção de recursos do total de água usada; Proporção de espécies ameaçadas de extinção; Proporção da população bebendo água de fonte aprimorada; Proporção da população utilizando facilidades sanitárias aprimoradas; Percentual da população habitando em áreas de risco; Concentração de poluentes do ar em ambiente urbanos; Área arável e permanentemente plantada; Intensidade do uso de água na atividade econômica; Qualidade da água (exame químico e biológico); Qualidade do ar	Cobertura de coleta de lixo; Percentual da população com disposição adequada de lixo; Percentual da população com tratamento de esgoto; Percentual de áreas de proteção ambiental; Percentual de municípios com associações ou parcerias para a Disposição de resíduos sólidos (lixo) doméstico e/ou industrial; Recuperação da qualidade de recursos hídricos; Tratamento de esgoto doméstico e Recuperação de áreas degradadas; Percentual de municípios com ocorrências impactantes (alteração ambiental que tenha afetado as condições de vida da população, poluição do ar, poluição do recurso água, escassez do recurso água, assoreamento de corpo d'água no município, contaminação do solo, degradação das áreas legalmente protegidas, desmatamento, alteração que tenha prejudicado a paisagem, queimadas, redução da quantidade/biodiversidade ou perda da qualidade do pescado, atividade agrícola prejudicada por problema ambiental, atividade pecuária prejudicada por

(medida do dióxido de nitrogênio e partículas); Proporção total e por região ecológica de áreas terrestre protegida; Mudança no nível de ameaça das espécies; Intensidade material da economia; Consumo anual total de energia e por categorias principais; Tratamento e disposição de lixo; Capital natural real <i>per capita</i> ; Produtividade do solo; Volume de carga transportada relativa ao PNB; Consumo de renováveis; Consumo de energia no transporte; Estoque de recursos naturais; Custo real das emissões de $CO_2$ ; Proporção e áreas com captação sustentável e água; Tamanho do mercado global de carbono; Medida dos impactos positivos da agropecuária (mudança na paisagem, valorização imobiliária, emissão de poluentes)	problema ambiental, outras e nenhuma ocorrência); Percentual de municípios com órgão gestor do meio ambiente; Número de pessoal ocupado na área de meio ambiente (por 1000); Existência de Conselho para Meio Ambiente; Percentual de municípios com recursos, fundo municipal de meio ambiente e licença ambiental; Demanda Bioquímica de Oxigênio Rio das Velhas; Índice de Qualidade da Água; Número de Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos estruturadas; Percentual da população urbana com acesso à disposição adequada de lixo; Percentual do território com cobertura vegetal nativa (Mata Atlântica Cerrado Caatinga); Taxa de tratamento de esgoto COPASA área da meta 2010; Taxa de tratamento de esgoto realizado pela COPASA na RMBH
---	--

Uma vez feito esse filtro, no capítulo seguinte discorreremos acerca da situação de Minas Gerais.

## **5. A SITUAÇÃO DE MINAS GERAIS – O QUE TORNARIA MINAS O MELHOR ESTADO PARA SE VIVER SEGUNDO O PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO?**

A idéia de que o PIB não é – sozinho – o mais adequado indicador para se discutir o melhor estado para se viver, por sua vez, é considerada na confecção do PMDI 2003-2020 na medida em que julgam “inconcebível que o Estado seja hoje a 2ª ou 3ª maior economia do País e esteja em 11º lugar no desenvolvimento humano medido no IDH”. Outras *proxies*, que não a renda, são percebidas pelo governo haja vista que:

De pouco ou nada adiantará atrair alguns bilhões de dólares em investimentos privados, ou conseguir imprimir maior velocidade às decisões e ações do governo se isso não se traduzir, objetivamente, em melhoria sustentável da qualidade de vida do povo mineiro. (PMDI 2003-2020, p.99).

Portanto, nas palavras do governador do Estado, é através da “incansável busca pela justiça social em nosso Estado, pela perseguição à máxima eficácia da máquina pública, pela consolidação da qualidade fiscal e pela eliminação sistemática de entraves burocráticos e obstáculos estruturais” (PMDI, 2007) que se alcançará a meta de fazer de Minas o melhor Estado para se viver. Essa visão foi destrinchada na Estratégia de Desenvolvimento do Governo na revisão do PMDI 2007-2023.

A interação das diversas esferas do executivo público com uma ferramenta formulada para diagnosticar sucintamente a evolução recente do Estado resultou na revisão do PMDI para realinhamento das políticas públicas. São estes os agentes responsáveis:

- Alto executivo do Estado: instância submetida às condições políticas.
- Indivíduos chave do setor público: servidores que detêm amplo conhecimento da dinâmica do Estado.
- Diagnóstico do progresso socioeconômico de Minas Gerais (“Estado do Estado” Anexo III, PMDI, 2007): equipe técnica (Secretaria de Governo de Planejamento e Gestão, Fundação João Pinheiro, técnicos de outros órgãos da administração estadual por consultores) articulada especialmente para a elaboração de *papers* acerca de questões demográficas, econômicas (crescimento, emprego, desenvolvimento regional, produtividade), tecnológicas, desenvolvimento humano, pobreza e desigualdade, saúde, educação, criminalidade e transportes.

Eles contaram com o apoio de uma empresa de consultoria. O resultado está sintetizado no Quadro 8.

QUADRO 8 – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado



Fonte: MINAS GERAIS. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2007-2023, p.27.

Para dar continuidade ao Choque de Gestão<sup>58</sup>, superada a etapa do Déficit Zero<sup>59</sup> (primeira geração) e iniciada fase do Estado para Resultado<sup>60</sup> (segunda geração), os destinatários de políticas públicas (Pessoas instruídas, saudáveis e qualificadas, Jovens protagonistas, Empresas dinâmicas e inovadoras, Equidade entre pessoas e regiões e Cidades seguras e bem cuidadas) passaram a ser o foco do planejamento na nova gestão:

As 11 Áreas de Resultado no centro do esquema, por sua vez, são os desafios, objetivos e metas a serem superados pelo governo. A partir delas são criadas as ações e produtos esperados assim como as metas por áreas de responsabilidade de cada secretaria, para impactar nos destinatários de políticas públicas definidos.

Por fim, a interação dos resultados positivos dessas áreas juntamente com qualidade fiscal e qualidade e inovação em gestão pública, acabariam por desenvolver seis eixos fundamentais para tornar Minas o melhor Estado para se viver. São eles:

- Perspectiva Integrada do Capital Humano.
- Investimento e Negócios.
- Integração Territorial Competitiva.
- Rede de Cidades.
- Equidade e Bem-estar.
- Sustentabilidade Ambiental.

Para certificar-se do alinhamento entre a estratégia traçada pelo PMDI com o executado, além das ferramentas orçamentárias – Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) –, o governo do Estado instituiu, em Lei Delegada nº112 de 25 de janeiro de 2007, o Programa Estado Para Resultados (EpR), estrutura temporária (até janeiro de 2011), com os seguintes objetivos legais:

- I - viabilizar a ação coordenada do Estado nas Áreas de Resultado definidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI;
- II - alinhar as ações estratégicas de governo, de forma a proporcionar a atuação articulada dos órgãos e das entidades encarregados da gestão de Projetos Estruturadores e Projetos Associados;

---

<sup>58</sup> O Choque de Gestão é uma política de governo proposta por Aécio Neves durante o seu mandato como governador do Estado brasileiro de Minas Gerais que visa, primariamente, a promoção do desenvolvimento mediante a reversão de quadros de déficits orçamentários (através, inclusive, num primeiro momento, da redução de despesas), da reorganização e modernização do aparato institucional do Estado e da busca e a implementação de novos modelos de gestão. (Fonte: Wikipédia)

<sup>59</sup> Déficit Zero foi a primeira etapa do Choque de Gestão do governo de Minas Gerais para equilíbrio das contas públicas.

<sup>60</sup> Estado para Resultado foi a segunda etapa do Choque de Gestão do governo de Minas Gerais que visa um gestão baseada na pactuação de resultados.

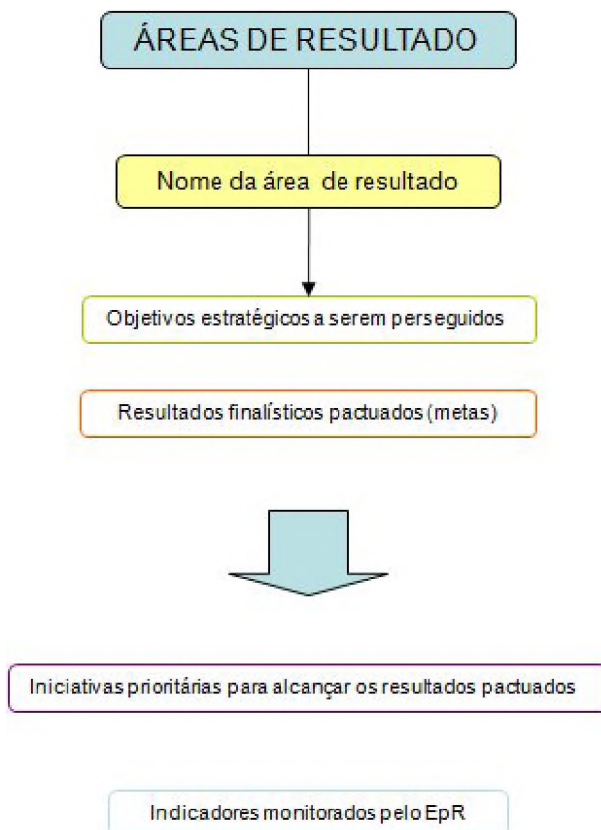
- III - incentivar o alcance dos objetivos e metas das Áreas de Resultado, Projetos Estruturadores e Projetos Associados;
- IV - acompanhar e avaliar os resultados das políticas públicas implementadas pela Administração Pública do Poder Executivo estadual; e
- V - oferecer conhecimento público das metas e resultados relacionados à gestão estratégica do governo, de forma a contribuir para o seu controle social.

Ele possui, portanto, duas funções: “escritório de apoio à gestão estratégica e responsável pela montagem do sistema de monitoramento e avaliação do Governo mineiro”, fundado no sistema de Monitoramento e Avaliação baseado em Resultados (M&A-BR). Ele é “constituído basicamente por um conjunto de indicadores de performance do Governo e um sistema de avaliação das políticas públicas governamentais”. Nesse sentido, o EpR foi dividido em três unidades: Unidade de Gestão Estratégica, Unidade de Indicadores e Unidade de Empreendedores. Para os fins que se prestam a essa monografia, iremos detalhar a “Unidade de Indicadores, responsável pela montagem do sistema de monitoramento e avaliação do governo, acompanhando um conjunto de indicadores, pesquisas e avaliações que refletem o desenvolvimento do Estado e de suas políticas públicas” (Campos e Guimarães, 2008 e 2009).

Sua conduta é norteada pelo PMDI e, mais precisamente, pelo planejamento estratégico do Plano, que definiu 83 indicadores e suas respectivas metas a serem alcançadas em 2011 e 2023. Esses indicadores foram destrinchados em diversas metas pactuadas no Acordo de Resultado para serem monitoradas anualmente. Contudo, devido aos problemas de operacionalização, periodicidade e robustez, definiram-se outros 106 índices em 2007 que se aproximassem dos primeiros e, posteriormente, uma segunda revisão, no ano seguinte, determinou 101 indicadores, os mais alinhados possíveis às metas pactuadas e exequíveis.

A partir das 11 Áreas de Resultado mais a “Qualidade Fiscal” e “Qualidade e Inovação da Gestão Pública”, fizemos o detalhamento de cada uma delas com os “Objetivos estratégicos a serem perseguidos”, seguido dos “Resultados finalísticos pactuados (metas)”, “Iniciativas prioritárias para alcançar os resultados pactuados” e, por fim, os “Indicadores monitorados pelo EpR”. Segue a legenda do esquema na Figura 4:

FIGURA 4 – Legenda da Síntese das Áreas de Resultado



Não cabe a esse trabalho avaliar as iniciativas prioritárias a serem perseguidas para alcançar os objetivos estratégicos. Certamente todo esse trabalho foi fruto de grande esforço e competência por parte dos participantes da elaboração do PMDI. Entretanto, existe uma fragilidade nos indicadores selecionados para monitorar a evolução das áreas de resultado, embora haja, também, uma carência de indicadores que possam satisfazer as exigências de robustez, operacionalização e periodicidade necessária. Por exemplo, um dos três objetivos estratégicos de “Educação e Qualidade” é “Reduzir as disparidades regionais de aprendizado em Minas Gerais”, mas não há nenhum indicador que o meça. Podemos citar, também, o caso do “Protagonismo Juvenil”, que tem como objetivo “Prevenir a Violência, o uso de drogas, as doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce”, mas não há nenhum indicador que afira qualquer um dos fatores. Outro indicador de relevância questionável, dada a dimensão do turismo mineiro, é o de “Público visitante dos equipamentos do circuito cultural Praça da Liberdade”.

Vale enfatizar que um governo que se propõe a exercer um mandato guiado por resultados deve criar um aparato institucional que viabilize base de dados eficiente. Certamente é um trabalho que demanda tempo e empenho, mas é difícil um Estado para Resultados sem ter como apurar resultados.

Esse esforço já está sendo empreendido pelo EpR, em especial a Unidade de Indicadores, que desenvolveu um conjunto de avaliações e pesquisas de políticas públicas. O intitulado Sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A) se aperfeiçoa concomitantemente a outras iniciativas importantes como a Avaliação de Impacto, a Pesquisa de Amostra por Domicílio de Minas Gerais – PAD-MG (fundamental para obter dados regionalizados, haja vista a amplitude do Estado e suas profundas desigualdades) e a Pesquisa de Controle de Qualidade dos Serviços Públicos. Essa última está alinhada ao discutido acima em Aperfeiçoamento da Provisão de Bens Públicos:

(...) objetivou fornecer informações rápidas sobre a qualidade dos equipamentos sociais do Estado, inicialmente almejando, as escolas e Unidades Básicas de Saúde. Com base em um questionário de verificação do padrão mínimo desses equipamentos sociais, uma pesquisa periódica e contínua observaria essa adequação, de modo a permitir melhores controles e por sua vez, contramedidas, para a atuação do Estado junto a esses grandes sistemas (Educação e Saúde). (Campos e Guimarães, 2008).

Uma última iniciativa é congruente com a proposta de Estado Para Resultados, a criação do Núcleo de Gestão Estratégica de Resultados (formado pelo Secretário-Adjunto da SEPLAG, Presidente da FJP e Coordenador Executivo e Executivo Adjunto do EpR) pelo

decreto número 45.029 de 2009, composto pela Secretaria de Governo de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Fundação João Pinheiro – FJP, EpR e instituições parceiras como Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG) e Banco Mundial.

Outra questão imprescindível para uma boa base de dados, em que há uma carência enorme, são os indicadores qualitativos, pois estes mensuram com mais precisão qualidade de vida, percepção do governo, qualidade dos serviços públicos, sensação de segurança etc. Com exceção de um indicador, “Nível de satisfação do turista dos Circuitos Turísticos”, todos os outros 101 são dados quantitativos. Como já discutido, a realidade nem sempre é captada pelo indivíduo. E acreditamos ser mais válido um homem que acredita ser feliz, mesmo em condições e qualidade de vida nem tão favoráveis, do que um que não o é, embora tenha completa condição de ser.

O desafio agora é descobrir se tais estratégias do PMDI e do EpR levariam e captariam, de fato, Minas ao status de melhor Estado para se viver, no formato que propomos, baseado no Utilitarismo Clássico. Para tanto, partimos do pressuposto que os indicadores selecionados pelo EpR norteiam a política de governo que se pretende seguir. A afirmação, apesar de razoável, pode ser, na prática, enganosa, pois não é porque se mede a “Participação do Grande Norte no ICMS arrecadado” que existe política intervindo no número.

Percebemos que todas as áreas de resultado influenciam, de certa maneira, no nível de bem-estar, como era de se esperar. Porém, “Protagonismo Juvenil”, “Rede de Cidades e Serviços”, “Qualidade Ambiental” e ambas as áreas que procuram combater as desigualdades (“Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce” e “Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva”) estão mais condizentes com a literatura aqui exposta. Embora na “Qualidade Ambiental” nenhum indicador mensure sustentabilidade, isto é, um equilíbrio entre o consumo e a capacidade de renovação do meio ambiente como, por exemplo, emissão de  $CO_2$  por PIB unitário compatível com a capacidade de absorção do gás pelo Estado. As outras áreas de resultado ressaltam condições de vida (“Educação de Qualidade”, “Defesa Social” e “Vida Saudável”) e crescimento econômico (“Investimento e Valor Agregado da Produção”, “Inovação, Tecnologia e Qualidade” e “Logística de Integração e Desenvolvimento”). “Qualidade e Inovação na Gestão Pública”, se analisados por seus indicadores, percebemos a priorização da eficiência da gestão em detrimento da qualidade, no sentido de aprimoramento da provisão de bens e serviços públicos. Por fim, “Qualidade Fiscal” é importante para o bem-estar haja vista que reflete na estabilidade política e econômica do governo, trazendo, dessa forma, em tese, segurança aos indivíduos.

Percebemos no Programa EpR a preocupação em selecionar um número reduzido de indicadores, sendo que “‘menos pode ser mais’, no sentido de que muita informação pode colocar em risco a prestação e efetividade do sistema” (Campos e Guimarães, 2009). Isso se justifica na medida em que um número grande de índices poderia acabar por desviar o foco, reduzir a qualidade das informações e aumentar o custo de aferimento diante do benefício. Defendem, portanto, que a qualidade do sistema de M&A não está relacionada com o número de indicadores.

Obviamente, monitorar milhares de indicadores é uma tarefa impossível, mas diante da complexidade da governança pública e de todo o sistema criado pelo PMDI, 102 indicadores não são suficientes. A grande maioria dos quadros de indicadores de outros países possui um número maior de índices. Além disso, todos eles certamente caminham em ritmos diferentes e, talvez, direções opostas. Em que maneira todas essas políticas do governo estão influenciando na felicidade dos mineiros? Isto é, como apurar a evolução do bem-estar?

*Well-being” is a complex concept. Dictionary definitions differ, but notions of prosperity, health and happiness generally figure. Well-being is not something that one can give a precise number to. Numerical indicators relevant to measuring the different components of well-being exist, and it is plausible to argue that the general well-being of society as a whole has risen or fallen if a set of indicators move in a given direction. However, when these different indicators move in opposite directions, it is not possible to say if well-being is being enhanced or reduced unless all indicators are expressed in a common metric. (Alternative measures of well-being, Statistics Brief, OECD, 2006, p. 1)*

Defendemos, portanto, a sistematização dos indicadores concomitante à ampliação de seu número. Dessa forma, seria possível apurar a direção geral percorrida em determinado tema e, ao fazer uma análise mais minuciosa, descobrir pontualmente os gargalos. Um exemplo bem-sucedido é o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos Estados, já exposto, e as quatro categorias definidas como indicadores de condições sociais para os países da OECD (auto-suficiência, equidade, saúde e coesão social, que incluem 16 indicadores), sintetizados em um único índice<sup>61</sup>.

Primeiramente, três indicadores síntese apurariam as seguintes questões: Índice de Qualidade de Vida (IQV), Índice de Condições de Vida (ICV) – no qual poderia ser o IDSE –, Índice de Vida Sustentável (IVS) – que funcionaria como uma “Pegada Mineira”, a exemplo do indicador “Pegada Ecológica” já citado.

---

<sup>61</sup> Para mais informações a respeito desse índice *Alternative Measures of Well-Being* Romina Boarini, OECD *Social, Employment and Migration Working Papers*, Asa Johansson and Marco Mira d’Ercole, 2006.

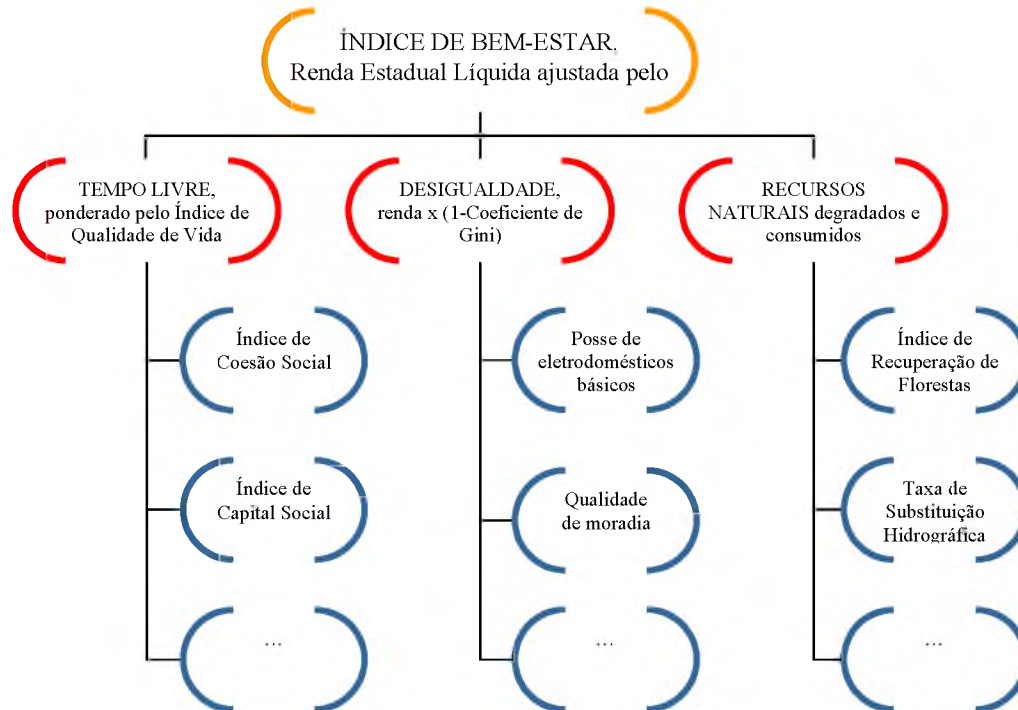
Cada um deles seria subdividido em outros indicadores síntese. Por exemplo, para IQV seria “Índice de coesão social”, “Índice de capital social”, “Índice de auto-suficiência” e “Índice de Segurança Pessoal”. Dessa forma, poderíamos apurar a evolução de cada grande área e averiguar qual subitem está dificultando sua evolução, apontando para a área que necessita intervenção.

Mas ainda assim temos dois problemas: não incluímos um indicador específico de crescimento econômico, que é importante para o bem-estar, e também não há um número que mostre a direção da felicidade.

Uma solução seria calcular a Renda Estadual Líquida – valor mais próximo da renda real para consumo do indivíduo – ajustado da maneira proposta a seguir. O esquema garante que qualquer mudança que influencie a desigualdade de renda ou altere as condições do meio ambiente para melhor ou pior, assim como intervenha na qualidade de vida é captada pelo Índice de Bem-Estar (IBE). Optamos por ponderar o tempo livre pelo IQV, pois, além de sensibilizar o IBE às variações na qualidade de vida, nem todo tempo livre é gasto de forma prazerosa. Pode-se passar todo o tempo livre vendo televisão, por exemplo. Submeter a Renda Estadual Líquida à ponderação pelo Coeficiente de Gini também foi uma opção preferível a dar peso a cada décimo da distribuição de renda, pois assim evitam-se definições valorativas, ou seja, ser muito ou pouco radical com a desigualdade, e torna-se a fórmula de fácil aplicação. De toda maneira, garantimos a punição à desigualdade e, por outro lado, reconhecemos que a possibilidade de enriquecimento é necessária para estimular esforços e inovações que beneficiam a sociedade como um todo. Os recursos naturais, por sua vez, seguiriam o *Handbook on Integrated Environmental and Economic Accounting* desenvolvido pelas Nações Unidas, Comissão Européia, o Fundo Monetário Internacional e OECD.

Segue o esquema com índices a título de exemplo na Figura 5:

FIGURA 5 – Índice de Bem-estar



Ao mesmo tempo, o ICV e a “Pegada Mineira” seriam monitorados para seu alcance integral e manutenção do equilíbrio ecológico, respectivamente. Segue o esquema com índices a título de exemplo:

FIGURA 6 – Índice de Condições de Vida

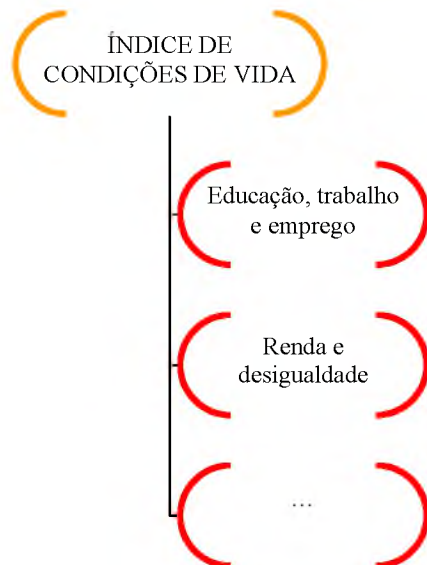
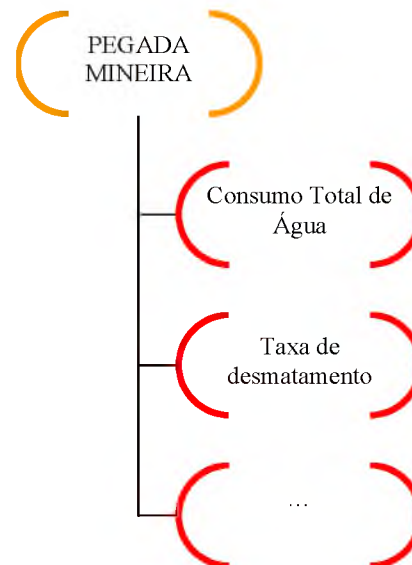


FIGURA 7 – Pegada Mineira



Por último, não podemos esquecer uma peça chave desse esquema: o Monitoramento dos Valores da Sociedade e Aperfeiçoamento da Provisão de Bens Públicos. É a partir dele que garantiremos a precisão do IQV e descobriremos os pontos de insatisfação da sociedade com o governo.

A aplicação de todo esse sistema requer uma visão de longo prazo de governo, compatível com o PMDI, que é voltado para 2023, e vai ao encontro das tendências de consolidação de uma gestão preocupada com a eficiência, com o social e com o desenvolvimento. Entretanto, tal abordagem não segue a lógica do EpR – pelo menos não diretamente –, principalmente porque este é um programa temporário. Ele se encaixaria melhor numa estrutura fixa, tendo um “EpR” como ferramenta. Em outras palavras, apesar de fundamental para nortear as ações dos gerentes públicos, não basta a perseguição de metas, como, por exemplo, construir 80 praças. É necessário averiguar seu impacto no bem-estar da sociedade. Ela pode não ter incentivado nenhuma forma de interação social, ou ser transformada em local para usuário de drogas. Nesses casos, essas metas, apesar de cumpridas, não contribuíram em nada para o bem-estar, inclusive o pioraram. Obviamente, a questão é bem mais complexa. Devemos considerar que a existência de uma praça, por si só, pode estimular interações, assim como estas são alvo de outras políticas, dentre outros fatores. Mas o relevante a se destacar é essência dessa idéia: é fundamental monitorar o impacto das ações de qualquer “EpR” no bem-estar, para governos que tenham como meta “tornar o Estado o melhor Estado para se viver”. Portanto, um Índice de Bem-estar sobreviveria a qualquer EpR, pois o objetivo maior e que deveria ser amplamente difundido como fim em si próprio é aumentar a felicidade.

O grande desafio a enfrentar agora é o de consolidar, institucionalizar o processo de transformação, de forma a assegurar a sua irreversibilidade, indo além da ideia de responsabilidade fiscal e incluindo uma responsabilidade social e de gestão, que, em última análise, significa o comprometimento com os resultados de desenvolvimento e a respectiva prestação de contas à sociedade (Vilhena, 2006, p.254).

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que tornaria Minas o melhor estado para se viver? Visão do PMDI para 2023. Essa foi a principal pergunta que procuramos responder com a monografia. Para tanto, com base no utilitarismo clássico, que tem Jeremy Bentham como seu principal expoente, concluímos uma verdade simples, mas inegável: o melhor estado para se viver é aquele onde as pessoas são mais felizes. Uma política pública deve, portanto, ser julgada pelo quanto pode influenciar na felicidade dos indivíduos.

A bibliografia referente ao progresso do bem-estar na sociedade normalmente trata desse assunto seguindo três eixos: qualidade de vida – quais fatores influenciam na felicidade –, desenvolvimento sustentável – pré-condição para a sobrevivência no planeta –, e PIB ajustado às variáveis que alteram o bem-estar.

A segunda etapa foi, portanto, explorar as dimensões objetivas da felicidade. Defendemos que ela pode ser medida, pois se trata de um fenômeno real e objetivo:

*Above all, one can consider that the traditional suspicion among economists about the possibility to measure subjective well-being should be assuaged by the recent progress. Combining questionnaire surveys ("Taking all things together, how satisfied are you with your life as a whole these days? Are you very satisfied, satisfied, not very satisfied, not at all satisfied?"), the methods of experience sampling (mood declaration at random moments of the day) and day reconstruction (short recall mood declaration), physiological measures (hormone concentration, skin conductivity...), neurological measures (brain activity), as well as behavioral observations (smiling...), it now seems more possible than ever to obtain a rather consistent estimate of subjective well-being. (Individual well-being and social welfare: Notes on the theory, M. Fleurbaey, 2008)*

Ao explorarmos as fontes de felicidade, descobrimos que a renda é apenas uma das formas de se alcançar a felicidade, apesar de utilizarmos o PIB *per capita* como *proxy* de bem-estar, consciente de suas limitações evidentes. A renda possui um efeito marginal decrescente, isto é, a renda extra influi menos na felicidade na medida em que as pessoas se tornam mais ricas.

Com base, principalmente, no *World Values Survey*, Layard (2008) identificou sete fontes de felicidade: relacionamentos familiares, situação financeira, trabalho, comunidade e amigos, saúde, liberdade pessoal e valores pessoais. Fizemos uma breve discussão de cada uma delas.

As evidências mostraram que o homem é um ser sociável, pois, em geral, prefere a companhia de alguém a estar sozinho e é mais feliz quando casado ou cercado de amigos. Por isso, abomina tanto o desemprego porque, além da perda da renda, é rompida a rede de relacionamentos sociais. Segundo Layard (2008), as diferenças de felicidade média entre os países se explica “pela proporção de pessoas que dizem que podem confiar nos outros; a proporção que pertence as organizações sociais; a taxa de divórcio; o índice de desemprego; a qualidade do governo e a crença religiosa”. Política que incentive a confiança é extremamente importante. Um exemplo é educação moral nas escolas e políticas que buscam estabilidade das famílias, das comunidades e do trabalho.

Os indivíduos também gostam de ser respeitados, por isso buscam trabalhar bem ou ajudar os outros para serem reconhecidos. Essa é a principal motivação para o trabalho, a

satisfação da norma profissional. Incentivos financeiros são importantes, mas não devem ser a prioridade se se busca uma sociedade mais feliz.

Descobrimos, também, que as pessoas abominam a perda muito mais do que apreciam o ganho. De forma mais genérica, preferimos o que é familiar. Empiricamente, alta criminalidade e alto nível de doenças mentais estão mais presentes em sociedades transientes, mistas e com alta mobilidade.

Discutimos os efeitos perversos de uma competição insana por status. É uma busca sem fim, que se auto-alimenta e onde sempre haverá perdedores, pois o número de status disponível na sociedade é fixo. Sua intensificação é uma das principais razões pelas quais a sociedade ocidental não se tornou mais feliz. A renda tem um efeito viciador, pois somos seres adaptáveis e, a cada aumento dela, nossa felicidade também aumenta, mas logo volta ao nível inicial. O contrário vale para as amizades, por exemplo, que têm efeitos permanentes na felicidade. Outra forma de se tornar mais feliz é através do desenvolvimento de força de caráter interior – inteligência emocional. A internalização deste custo à sociedade, através da taxaço do trabalho, é uma forma de conter seu avanço. Também a educação, ensinando os jovens a valorizar menos os status e desenvolver a inteligência emocional.

Nesse segundo eixo – desenvolvimento sustentável – discorreremos acerca da necessidade de difundir uma nova lógica de consumo e mudanças de prioridades, incluindo o meio ambiente no desenvolvimento. A nova dinâmica inclui proteger as crianças do consumismo e desenvolver e aplicar as correntes de sustentabilidade e equidade, química verde, zero resíduos, produção em ciclo fechado, energia renovável e economias locais vivas.

Quanto ao último, apresentamos alguns modelos de PIB ajustado. Normalmente esse ajuste se inicia chegando até a renda doméstica disponível para consumo, depois inclui tempo livre, atribuindo valor monetário a ele, e considera as variações dos estoques de recursos naturais e degradação ambiental.

Como a maioria dessa literatura tem sua origem em países desenvolvidos, achamos prudente incluir uma seção que verse sobre Condições de Vida, isto é, variáveis básicas para a sobrevivência digna.

Por último, debatemos a importância de monitoramento dos valores da sociedade, para descobrir o que influencia no bem-estar, e do aperfeiçoamento da provisão de bens públicos, e assim, fechar o ciclo de políticas proposto de forma sólida.

Diante do exposto percebemos que é possível alinhar melhor as práticas públicas em geral à felicidade. Isso implica mudança de prioridade refletida em novos indicadores e políticas de ajustes. Assim sendo, ao longo do trabalho, discutimos os diversos indicadores e

políticas atuais que abrangem os aspectos mencionados para, então, confrontá-los às prioridades definidas pelo PMDI e os indicadores monitorados pelo Programa Estado para Resultado.

Existe uma falha que não pode ser desprezada no monitoramento das Áreas de Resultado devido à escassez de informações. Todavia, ainda é um processo em formulação que vem evoluindo, haja vista a criação do Núcleo de Gestão Estratégica de Resultados e da Pesquisa de Amostra por Domicílio de Minas Gerais – PAD-MG, extremamente oportuna para identificação das desigualdades.

Concluimos que as propostas do PMDI contribuem para o aumento do bem-estar, como era de se esperar, mas a forma como se dá seu monitoramento impossibilita uma verificação precisa dos caminhos que estamos perseguindo. Ou seja, ao acompanharmos vários índices que caminham em ritmos e direções diferentes, não temos um resultado líquido com precisão. Sugerimos, assim, um Índice de Bem-estar, com a renda estadual líquida sensível às variações no tempo livre – e, implicitamente, Índice de Qualidade de Vida –, à desigualdade de renda e à exploração dos recursos naturais. Concomitantemente, deve haver uma busca incessante para alcançar a totalidade do Índice de Condições de Vida e manutenção de equilíbrio ambiental da “Pegada Mineira”. Esses índices sintetizadores, por sua vez, devem ser formados por outros índices, como, por exemplo, Índice de Capital Social e Índice de Auto-suficiência. Toda essa estrutura se encaixaria de forma permanente no governo.

Acreditamos que os cinco itens discutidos acima, em especial os três primeiros – Qualidade de Vida, Desenvolvimento Sustentável e PIB Ajustado –, não são excludentes, pelo contrário, eles se completam.

Não podemos nos deter somente aos índices se queremos uma sociedade mais feliz. Devemos, também, orientar políticas públicas para o aumento do nível de felicidade. Um caminho seria incluir no currículo das escolas que passarão a ter horário integral, segundo a Área de Resultado de Educação de Qualidade, matéria de valores pessoais, princípios morais e aulas de paternidade no formato proposto; criar leis que proíbam publicidade a menores de 12 anos e publicidade nas escolas; desenvolver políticas de desemprego vinculando seguro-desemprego à obrigatoriedade de aceitar um trabalho; combater intensamente a pobreza do Norte de Estado; utilizar o Boletim Conjuntural feito pela Unidade de Indicadores do EpR para divulgar *ranking* das melhores agências públicas criando, assim, competitividade no setor público, disponibilizá-lo para a sociedade no intuito de diminuir a discrepância entre os dados reais e a percepção, e auxiliar as práticas do executivo; incluir no PAD-MG questões

qualitativas referentes ao nível de bem-estar; instituir práticas rotineiras de *survey*; adaptações favoráveis às famílias (horas de trabalho flexíveis, mais tempo de folga para os pais etc.); leis trabalhistas que diminuam a insegurança, inclusive previdência social para todos; fomento à convivência, com criação de espaços públicos e políticas de integração para aumento da coesão e capital social; políticas para doenças mentais; limites à competição insana via conscientização nas escolas, taxaço sobre o trabalho e priorização da produtividade.

Poder-se-ia iniciar o processo pelos servidores públicos do Estado institucionalizando práticas de meditação, flexibilização do horário de trabalho e fatores motivacionais não financeiros, sem desmerecer o grande avanço dos Acordos de Resultados<sup>62</sup>. Ora, isso seria fácil para um governo que tem como objetivo promover a felicidade!

Com absoluta certeza, a monografia não esgota a discussão acerca da felicidade, como promovê-la e mensurá-la. Outras linhas de pesquisas devem ser aprimoradas como a filosofia da felicidade; as cinco esferas discutidas (qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, PIB ajustado, condições de vida e monitoramento dos valores da sociedade e aprimoramento da provisão de bens públicos); em que medida os indicadores monitorados das Áreas de Resultado refletem a execução política do Estado, analisando os Projetos Estruturadores, Comitês por área, orçamento e disponibilização de empreendedores públicos; *proxies* de bem-estar dentre outros temas.

A vida é para ser vivida. E ela é única. Não faz sentido sustentar um sistema que, por si só, parece nos levar ao descontentamento. Pior ainda é aceitá-lo como um caminho natural, verdade estabelecida. As coisas são construídas e nada mais razoável que prezar pela felicidade de todos. Certamente, uma mudança de prioridade tão extrema não é fácil de atingir. Mas o processo deve ser iniciado se queremos fazer de Minas o melhor Estado para se viver. O Utilitarismo Clássico e toda a discussão acerca de felicidade, inclusive seu monitoramento, nos mostram um caminho desejável. Ainda mais diante da superação das profundas carências materiais. É colocado mais um desafio ao Estado.

Crie toda a felicidade que puder criar; elimine todo o sofrimento que puder eliminar. Todos os dias você poderá aumentar o prazer dos outros, ou minorar-lhes o sofrimento. E para cada grão de contentamento que semear no coração de alguém você terá uma colheita em seu próprio coração; e cada tristeza que arrancar dos pensamentos e sentimentos de um semelhante será substituído por beleza, paz e alegria no refúgio de sua alma. (escrito por Jeremy Bentham para a filha de um amigo, em 22 de julho de 1830, pouco antes de sua morte).

---

<sup>62</sup> Incentivo financeiro institucionalizado no Governo do Estado de Minas Gerais para as equipes de trabalho que alcançassem as metas pactuadas.

## REFERÊNCIAS

AFSA, Cédric *et al.* **Survey of existing approaches to measuring socio-economic progress.** *Commission on the Measurement of Economic Performance and social Progress*, 2007.

BOARINI, Romina; JOHANSSON, Asa; D'ERCOLE, Marco Mira. **Alternative Measures of Well-being**, *Statistics Brief, Statistics Directorate of the OECD*, Paris, França, 2006.

BOARINI, Romina; JOHANSSON, Asa; D'ERCOLE, Marco Mira. **Alternative Measures Of Well-Being**, *OECD Social, Employment and Migration Working Papers, n° 33*, Paris, França, 2006.

CANADIAN COUNCIL ON SOCIAL DEVELOPMENT, **The Personal Security Index, 2003 - Five Years Later**, Spyridoula Tsoukalas e Andrew Mackenzie, Ottawa, Canadá, 2003.

CAMPOS, Eder; GUIMARÃES, Tadeu. **Gestão da estratégia no governo do estado de Minas Gerais: em busca da harmonia entre a ação e os resultados.** In: XIII CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, Buenos Aires, Argentina, 2008.

CAMPOS, Eder; GUIMARÃES, Tadeu. **Programa Estado para Resultados: balanço da implementação de um escritório de apoio à gestão estratégica e gestão por resultados em Minas Gerais.** In: I CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 29, Brasília, Brasil, 2009.

CRIANÇA, A ALMA DO NEGÓCIO. **Um documentário sobre publicidade, consumo e infância.** Produtora: Maria Farinha Produções, Direção: Estela Renner, Produção Executiva: Marcos Nisti, 2008.

FLEURBAEY, M. **Individual well-being and social welfare: Notes on the theory**, 2008.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico dos Estados Brasileiros**, FGV Projetos, Fernando Blumenschein, Diego Navarro, Rafael Kaufmann, Rodrigo Dias, 8/12/2008

<http://www.indexmundi.com/pt/butao/> para informações sobre o Butão.

LAYARD, P. R. G. **Felicidade: lições de uma nova ciência**; tradução Maria Clara De Biasse W. Fernandes. – Rio de Janeiro: BestSeller, 2008

LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE. **Social Cohesion, Trust and Participation: Social Capital, Social Policy and Social Cohesion in the European Union and Candidate Countries**. *Monitoring Report* preparado pelo *European Observatory on the Social Situation - Social Capital Network*, 2007.

MEASURING SUSTAINABLE DEVELOPMENT, Preparado a partir da cooperação entre *Organisation for Economic Co-operation and Development and the Statistical Office of the European Communities (Eurostat)*, Nova York e Gênova, 2009.

NEW ECONOMICS FOUNDATION, **National Accounts of Well-being: bringing real wealth onto the balance sheet**. Juliet Michaelson, Saamah Abdallah, Nicola Steuer, Sam Thompson e Nic Marks. Londres, Reino Unido, 2009.

SHAPIRO, Ian. **Os fundamentos morais da política**; tradução Fernando Santos; revisão da tradução Evandro Ferreira e Silva. – São Paulo: Martins Fontes, (Coleção Justiça e Direito) 2006.

STIGLITZ, Joseph; SEN; Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul. **Issues Paper, Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**, 2008

WORLD BANK, **An Assessment of the Impact of Bangalore Citizen Report Cards on the Performance of Public Agencies**, Adikeshavalu Ravindra, *Evaluation Capacity Development*, ECD Working Paper Series, nº 12, Washington, D.C., 2004

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. Organizador: Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2007.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão, coord. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023**. Belo Horizonte, 2007.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Superintendência Central de Planejamento. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2003-2020**. Belo Horizonte: Rona Editora, 2004.

REINO UNIDO, *Cabinet Office*, **PSA Delivery Agreement 1 to 30**, Londres, Reino Unido, 2007.

THE STORY OF STUFF. Produtora: Free Range Studios, Direção: Louis Fox, Produção Executiva: Christopher Herrera, Tides Foundation, Funders Workgroup for Sustainable Production and Consumption.

*WORLD VALUES SURVEY*. Internet appendix to Inglehart, Foa and Welzel. *Social Change, Freedom and Rising Happiness*, *Journal of Personality and Social Psychology*

## ANEXOS

### ANEXO I – *Personal Security Index (PSI) – A reflection of how Canadians feel*

For our purposes, security is reduced to three key elements:

- **economic security** in the broad sense of job and financial security;
- **health security** in the sense of protection against the threats of disease and injury; and
- **physical safety** in the sense of feeling safe from violent crime and theft.

#### *Survey Questionnaire*

The following questions were asked by staff of EKOS Research Associates for the PSI project:

- 1) How adequate would you say your household income is in meeting your family's basic needs? Please use a 7-point scale where 1 is "not adequate at all" and 7 is "extremely adequate," and the mid-point 4 is "moderately adequate."
- 2) In general, how would you rate your health? Please use a 7-point scale where 1 is "terrible," 7 is "excellent," and the mid-point 4 is "average."
- 3) Thinking of your family's exposure to violent crime, how safe is your neighbourhood? Please use a 7-point scale where 1 is "not at all safe," 7 is "extremely safe," and 4 is "moderately safe."
- 4) Thinking of your household's exposure to property crime such as break-ins, how safe is your neighbourhood? Please use a 7-point scale where 1 is "not at all safe," 7 is "extremely safe," and 4 is "moderately safe."
- 5) How stressful would you say your life is? Please use a 7-point scale where 1 is "not at all stressful," 7 is "extremely stressful," and the mid-point 4 is "moderately stressful."
- 6) If you were seriously ill at home, is there a friend, neighbour or family member who would look after you?
- 7) If you lost your job, or were in financial distress, is there a friend, neighbour or family member who you could count on to help you?
- 8) Now, please rate the degree to which you agree or disagree with the following statements, using a 7-point scale where 1 means you "strongly disagree," 7 means you "strongly agree," and the mid-point 4 means you "neither agree nor disagree." The (first/next) one is (Read Statement – Randomize). (If Respondent Says They Don't Have A Job Or That The Question Doesn't Apply To Them, Then Record "99")
- 9) *Statements:*
  - a. I think there is a good chance I could lose my job over the next couple of years.
  - b. If I lost my job, I am confident that I could find an equivalent one within six months.

- c. If I lost my job, I am confident I could count on government support programs to sustain me and my family adequately while I looked for a new job.
- d. I'm confident that if I or a member of my family were to become seriously ill, we would be able to access the necessary health care services.

10) If you and your spouse lost your jobs, how many MONTHS could you sustain yourselves on your current savings (that is, bank accounts and RRSPs)? (PROBE FOR BEST ESTIMATE. OBTAIN SPECIFIC NUMBER, NOT A RANGE)

***Additional questions for PSI 2003:***

11) "I can balance my personal, family and work needs in my current job." (Always, Often, Sometimes, Rarely or Never)